

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**FLUXOS MIGRATÓRIOS E CICLOS ECONÓMICOS:
UMA ANÁLISE APLICADA À UNIÃO EUROPEIA**

- Versão Definitiva -

Dissertação de Mestrado em Economia

CÁTIA VANESSA RIBEIRO TEIXEIRA

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Prof.^a Doutora Leonida Amaral Tomás Correia



VILA REAL, 2013

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**FLUXOS MIGRATÓRIOS E CICLOS ECONÓMICOS:
UMA ANÁLISE APLICADA À UNIÃO EUROPEIA**

Dissertação de Mestrado em Economia

CÁTIA VANESSA RIBEIRO TEIXEIRA

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Prof.^a Doutora Leonida Amaral Tomás Correia

Composição do Júri:

VILA REAL, 2013

Este trabalho foi expressamente elaborado como dissertação original para efeito de obtenção do grau de Mestre em Economia, sendo apresentado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Aos Meus

AGRADECIMENTOS

Tenho a agradecer a todos aqueles que permitiram que a realização desta dissertação de Mestrado fosse possível. Este projeto não teria sido concretizável sem o apoio e motivação de todos os que durante este ano me acompanharam, enquanto era elaborado.

Por esta razão, deixo o meu maior agradecimento à minha orientadora, a Professora Doutora Leonida, por todo o tempo que dedicou à minha orientação, à revisão da tese, ao incentivo e empenho que me incutiu, além da disponibilização de todos os meios que me foram necessários. Sem o seu valioso contributo não teria concluído este projeto da forma como foi conseguido.

À minha família que me tem vindo a apoiar a todos os níveis na realização dos objetivos a que me proponho. Um especial agradecimento à minha mãe que foi aquela que me amparou desde os meus primeiros passos, direcionando-me para o melhor caminho. Ela foi a minha primeira professora e aquela que me instou a seguir o meu percurso académico.

Ao meu namorado que me acompanhou, encorajando-me nos momentos de maior desalento, sabendo sempre do que precisava e quando precisava. Obrigada pela sua dedicação e pelo seu suporte.

Ao INE, PORDATA e OCDE pela disponibilização da informação estatística, bem como a elucidação oportuna das minhas questões.

À Senhora Dona Manuela Mourão, funcionária da secretaria do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, pelo seu auxílio na formatação da versão final da dissertação.

RESUMO

O estudo da relação entre os ciclos dos fluxos migratórios e do produto real das economias tem especial relevância no contexto atual da realidade europeia e, em particular, do caso português.

O contributo da literatura em relação a esta temática é relativamente extenso. As diversas teorias podem ser divididas tendo em conta três períodos. O primeiro é referente à elaboração da teoria clássica, na qual Ravenstein foi o grande precursor com a elaboração de algumas leis migratórias, as quais são a base das restantes teorias migratórias até agora elaboradas. O segundo é composto pelas teorias neoclássicas de abordagem macro-social e micro-social. O terceiro centra-se na nova abordagem económica do mercado laboral.

Neste trabalho, a caracterização dos fluxos migratórios é efetuada tendo em conta a sua tipologia (quanto à localização, às razões e à duração), as suas principais determinantes (vantagens comparativas dos países, processos de globalização e de integração económica, e custos inerentes) e a importância para o desenvolvimento das economias (nomeadamente, as externalidades positivas e negativas para os países de origem e de destino).

A relação empírica entre os ciclos dos fluxos migratórios e do produto real é analisada com base nos dados dos 15 países que constituíam a União Europeia (UE) antes do alargamento de 2004. Para efeitos de controlo, considera-se ainda um grupo de 4 países fora da UE. O período amostral decorre entre 1970 e 2010. Inicialmente são examinadas as estatísticas descritivas das duas variáveis. De seguida, estimam-se coeficientes de correlação de Spearman para aferir o grau de sincronização entre os ciclos. Este estudo é conduzido para todo o período e por subperíodos, os quais foram escolhidos tendo em conta dois eventos de relevância na história da UE: a introdução do euro e a atual crise económica e financeira.

Face aos resultados das correlações entre os ciclos económicos e os ciclos dos fluxos migratórios, para o período total, parece ser possível concluir que a maioria dos países exibe uma correlação estatisticamente significativa de valor positivo (comportamento procíclico), mas de valor fraco a moderado, em termos contemporâneos ou com o desfasamento de um período. Da análise por subperíodos decorre alguma evidência de que a entrada para a UEM implicou uma alteração na associação cíclica entre as duas variáveis para alguns países.

A caracterização efetuada dos fenómenos de emigração e imigração em Portugal é reveladora dos seguintes aspetos centrais: (1) a emigração tem vindo a aumentar desde 2009, é composta principalmente por emigrantes temporários do género masculino e, desde 2008, que os emigrantes pertencem sobretudo à faixa etária entre os 15 e os 24 anos; (2) as remessas da emigração têm vindo a sofrer um aumento e são na sua maioria oriundas da Europa; (3) mais recentemente, a emigração tem sido redirecionada para países como Angola, como se constata a partir do aumento das remessas provenientes deste país; (4) a imigração apresenta-se maioritariamente composta pelo género masculino, exibindo um crescimento contínuo desde 1980 até 2008, tendo vindo a decrescer desde então; (5) os países com maior percentagem de população estrangeira em relação à população residente são o Luxemburgo, seguido da Suíça e da Bélgica, sendo que Portugal ocupa um lugar de pouco relevo.

Palavras-chave: Fluxos Migratórios, Ciclos Económicos, União Europeia, Portugal.

ABSTRACT

The study of the relation between the cycles of migration flows and the real output of the economy is of particular relevance in the current European reality and, in particular, in the Portuguese case.

The contribution of the literature regarding this subject is relatively extent. The various theories can be divided taking into account three periods. The first is related to the development of the classical theory, in which Ravenstein was the great forerunner to the development of some immigration laws, which are the basis of the remaining migratory theories so far developed. The second consists of the neoclassical theories on a macro-social and micro-social approach. The third focuses on the new economic approach to the labor market.

In this work, the characterization of migration is carried out with regard to its type (for location, the reasons and duration), its main determinants (comparative advantages of the countries, globalization processes and economic integration costs and benefits) and the importance to the development of the economies (in particular, the positive and negative externalities for the countries of origin and destination).

The empirical relation between the migration flows cycles and the actual product is analyzed based on data from the 15 countries that formed the European Union (EU) before the 2004 enlargement. For control purposes, it is also taken in account a group of four countries outside the EU. The sample period is between 1970 and 2010. Initially, the descriptive statistics of the two variables are examined. Then, it is estimated the Spearman correlation coefficients to measure their degree of synchronization between the cycles. This study is conducted for the entire period and sub-periods, which were chosen taking into account two important events in the history of the EU: the euro introduction and the current economic and financial crisis.

Given the results of the correlations between economic cycles and cycles of migration flows for the entire period, it seems possible to conclude that the majority of countries present a statistically significant positive value (procyclical behavior), but with a weak or moderate value, in contemporary terms or with a lag of one period. Analysis by subperiods gives some evidence that the entry to EMU led to a change in the cyclical association between the two variables for some countries.

The characterization carried out of the phenomena of emigration and immigration in Portugal reveals the following key aspects: (1) migration has been increasing since 2009, it is mainly composed of temporary male emigrants and, since 2008, that the emigrants belong mainly to the age group between 15 and 24 years, (2) emigration remittances have been experiencing an increase and are mostly from Europe, (3) most recently, emigration has been redirected to countries like Angola, as observed by the increase in remittances from this country, (4) immigration is mainly composed by males, showing a continuous growth from 1980 to 2008, having been decreasing since then, (5) the countries with the highest percentage of foreign population in relation to the resident population are Luxembourg, followed by Switzerland and Belgium, and Portugal holds a position of little importance.

Keywords: Migration Flows, Economic Cycles, European Union, Portugal.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	III
LISTA DE QUADROS	IV
LISTA DE ABREVIATURAS	V
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO ESTUDO DAS MIGRAÇÕES	4
2.1 AS ORIGENS: TEORIA CLÁSSICA E TEORIA NEOCLÁSSICA	4
2.1.1 <i>Teoria Clássica</i>	4
2.1.2 <i>Teoria Neoclássica</i>	5
2.2 ABORDAGEM MICRO-SOCIAL	7
2.2.1 <i>Teoria Push-Pull ou Teoria Atração/Repulsão</i>	7
2.2.2 <i>Teoria do capital humano</i>	8
2.3 ABORDAGEM MACRO-SOCIAL	12
2.3.1 <i>Teoria do Mercado Segmentado ou Teoria do Mercado Dual</i>	13
2.3.2 <i>Teoria do Sistema-Mundo</i>	14
2.3.3 <i>Teoria dos Sistemas Migratórios</i>	14
2.3.4 <i>Teoria de transição espaço-temporal</i>	17
2.4 NOVA ABORDAGEM ECONÓMICA DO MERCADO LABORAL	17
2.5 SÍNTESE	18
CAPÍTULO III - CARACTERIZAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	21
3.1 TIPOS DE MIGRAÇÕES	21
3.1.1 <i>Quanto à localização</i>	21
3.1.2 <i>Quanto às razões</i>	22
3.1.3 <i>Quanto à duração</i>	23
3.2 DETERMINANTES DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	23
3.2.1 <i>Vantagens Comparativas dos Países</i>	24
3.2.2 <i>Globalização e Processos de Integração Económica</i>	25
3.2.3 <i>Custos das Migrações</i>	26
3.3 A IMPORTÂNCIA DAS MIGRAÇÕES NA ECONOMIA DOS PAÍSES	27
3.3.1 <i>As Remessas</i>	28
3.3.2 <i>Investimento em Capital Social e Humano</i>	29
3.4 SÍNTESE	30
CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO	32
4.1 INTRODUÇÃO	32
4.2 DADOS	33
4.2.1 <i>Estatísticas Descritivas do Produto</i>	34
4.2.2 <i>Estatísticas Descritivas dos Fluxos Migratórios</i>	35
4.3 ANÁLISE DOS CICLOS DO PRODUTO E DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	37

4.3.1 Métodos de extração dos ciclos.....	37
4.3.2 Análise da evolução dos ciclos do produto e dos fluxos migratórios.....	38
4.4 SINCRONIZAÇÃO ENTRE OS CICLOS DO PRODUTO E DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS.....	42
4.4.1 Análise para todo o período	43
4.4.2 Análise por subperíodos	45
4.5 DINÂMICA DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL	47
4.5.1 Evolução da emigração.....	48
4.5.2 Evolução da imigração.....	54
4.6 SÍNTESE	57
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO	59
5.1 “ESTADO DA ARTE”	59
5.2 CONCLUSÕES EMPÍRICAS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXOS	70
ANEXO 1 – GRÁFICOS DOS CICLOS OBTIDOS COM O FILTRO BK, PARA TODO O PERÍODO	70
ANEXO 2 – GRÁFICOS DOS CICLOS OBTIDOS COM O FILTRO HP PARA TODO O PERÍODO	77
ANEXO 3 – CORRELAÇÕES DE SPEARMAN ENTRE O PIB E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS, FILTRO HP.....	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Emigrantes por duração e género, em milhares.....	48
Figura 2. Emigração Portuguesa Permanente, em milhares.....	49
Figura 3. Emigrantes por faixa etária, em milhares	50
Figura 4. Remessas de emigrantes, em milhares de euros.....	51
Figura 5. Remessas de emigrantes – Europa, milhares de euros.....	52
Figura 6. Remessas de emigrantes – África, milhares de euros.....	53
Figura 7. Remessas de emigrantes – América, milhares de euros.....	54
Figura 8. População estrangeira em percentagem da população residente, em %	56
Figura 9. População Estrangeira Legalizada em Portugal, em milhares	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estatísticas descritivas do PIB por país, para todo o período	34
Quadro 2: Estatísticas descritivas dos fluxos migratórios por país, para todo o período	35
Quadro 3: Correlações entre os ciclos do PIB e dos Fluxos Migratórios, para todo o período	44
Quadro 4: Correlações entre os ciclos do PIB e dos Fluxos Migratórios, antes e depois da UEM.....	45
Quadro 5: Correlações entre os ciclos do PIB e dos Fluxos Migratórios, antes da crise e para todo o período.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS

BRIC	Brasil, Rússia Índia e China
BK	Baxter-King
CEE	Comunidade Económica Europeia
DP	Desvio Padrão
FM's	Fluxos Migratórios
FMI	Fundo Monetário Internacional
GM	Guerra Mundial
HP	Hodrick-Prescott
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
NTEML	Nova Teoria Económica da Migração Laboral
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
RATS	<i>Regression Analysis of Time Series</i>
SEF	Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
UE	União Europeia

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Migration is the oldest action against poverty.

J.K.Galbraith

As migrações são um fenómeno demográfico. Tem especial interesse o estudo das suas causas, as quais podem ser, entre outras, fatores sociais, políticos, económicos ou catástrofes naturais. Quando se verificam grandes deslocações migratórias, normalmente, estas não são aleatórias, e têm predominantemente a mesma causa, uma vez que na generalidade das situações, por natureza, o ser humano procura condições mais favoráveis quando enfrenta dificuldades. Perante estas dificuldades a população tenderá a deslocar-se e, como critério de escolha do futuro local de destino, estão as condições de riqueza desse mesmo país.

Os movimentos migratórios têm tido, desde há muito tempo, um lugar de destaque na realidade europeia. Contudo, o seu comportamento acentuou-se, sobretudo, com a crise económica que atingiu a Europa a partir de 2008. No caso de Portugal, atualmente estamos perante uma das principais determinantes da emigração: o agravamento das condições sociais (pobreza, desemprego e perda de certos benefícios).

A investigação da possível relação existente entre os fluxos migratórios e os ciclos económicos reveste-se de grande interesse porque esta problemática não foi ainda suficientemente abordada do ponto de vista empírico. A associação entre os fluxos migratórios e a riqueza é normalmente analisada de forma indireta em alguns trabalhos, mencionando-se a relação teórica entre a migração e a riqueza, sem contudo explorá-la empiricamente, com métodos quantitativos.

A relevância e atualidade do tema bem como a falta de estudos, sobretudo para o caso português, estiveram na base da escolha desta investigação, em que se pretende comprovar empiricamente os fundamentos teóricos até agora elaborados sobre esta temática.

Segundo Peixoto (2004) (...) *Atualmente, coexistem os dois fluxos nos movimentos migratórios, (...) em Portugal. Esta simultaneidade coloca Portugal numa posição de*

relevo à escala da União Europeia: ser ao mesmo tempo recetor e emissor de migrantes. (...) Portugal encontra-se num Regime Misto (...).

O objetivo central desta tese de mestrado é, assim, o estudo da relação entre os ciclos dos fluxos migratórios e os ciclos económicos. Para tal ser possível, a investigação incide sobre as causas das variações nos fluxos migratórios, analisa o comportamento das diferentes variáveis em estudo em diferentes períodos de tempo, quantifica as relações entre as variáveis, compara a realidade de diferentes países da União Europeia (UE) e extra UE, e por fim, estuda a influência da atual crise económica e financeira. Após a investigação da realidade europeia é feita uma análise às principais características dos fluxos migratórios portugueses. As dinâmicas da emigração são examinadas tendo em conta a duração e género, a faixa etária e as remessas geradas. No que respeita à imigração procede-se a uma comparação da percentagem de população estrangeira em relação à população residente em vários países da UE e observa-se a evolução da população estrangeira legalizada em Portugal.

Em termos metodológicos, este trabalho é desenvolvido recorrendo à literatura disponível sobre o tema, à recolha dos dados disponíveis e à sua análise. Na recolha dos dados utiliza-se a base estatística da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), referente ao Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes de 2005 e aos fluxos migratórios medidos em milhares de pessoas. Os países em estudo são uma amostra de 15 países da UE (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Suécia), e um grupo de controlo, do qual fazem parte dois países europeus não pertencentes à UE (Suíça e Noruega) e dois países reconhecidos por terem grandes fluxos migratórios (Canadá e EUA). O período para o qual é feito o estudo vai desde 1970 a 2010, por este período ter uma base de dados mais completa e com menores quebras nas séries.

O trabalho está organizado por capítulos. Este introduz o tema dos fluxos migratórios e da sua relação com a riqueza dos países, bem como apresenta os objetivos, a metodologia e a organização da dissertação. O segundo aborda as diferentes teorias da migração e explica em que cada uma consiste. O terceiro caracteriza os fluxos migratórios, apresentando os tipos de migração, as suas determinantes e a sua importância para a economia dos países. O quarto analisa empiricamente a relação entre os ciclos dos fluxos migratórios e dos ciclos económicos para os 19 países da amostra e faz uma abordagem aprofundada para o caso português, baseada em informação disponibilizada pelo Instituto

Nacional de Estatística (INE) e pela PORDATA. O quinto conclui o trabalho e apresenta as dificuldades sentidas, bem como as futuras melhorias propostas para uma investigação posterior do tema.

Na conclusão deste projeto pretende-se alcançar a corroboração do que tem sido elaborado em trabalhos anteriores e contribuir com um acréscimo significativo para o atual “Estado da Arte” através da quantificação das relações entre os ciclos dos fluxos migratórios e do PIB dos países abordados.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO ESTUDO DAS MIGRAÇÕES

As migrações têm vindo a ser abordadas de diversos pontos de vista. Segundo Peixoto (2008), as deslocações evoluíram, tendo atualmente características muito distintas das que tinham inicialmente, devido aos novos meios disponíveis e às novas possibilidades que se apresentam. No entanto, o autor considera relevante que seja considerada a possibilidade de que a evolução não seja previsível.

Mesmo que o que Peixoto afirma seja verdade, é necessária a análise das teorias migratórias desenvolvidas até hoje, para que seja possível, se não prever, pelo menos compreender os movimentos migratórios. É esse o objeto do presente capítulo. Este começa por abordar as origens das teorias atuais das migrações. De seguida, descreve as características das duas principais abordagens das migrações enraizadas na teoria neoclássica: a micro-social e a macro-social. Por último, destaca a chamada “Nova Teoria Económica da Migração Laboral” (NTEML).

2.1 AS ORIGENS: TEORIA CLÁSSICA E TEORIA NEOCLÁSSICA

Na base das teorias atuais das migrações estão a teoria clássica e a teoria neoclássica. A principal diferença entre estas duas teorias é que a primeira refere-se a diferenças reais de salários entre regiões e a segunda às diferenças esperadas e não reais (Roy & Debnath, 2011; Lee, 1966):

2.1.1 Teoria Clássica

O estudo das migrações foi iniciado por Ravenstein em 1885. Este autor introduziu o que é considerado por muitos como a teoria clássica das migrações. A ele se devem as chamadas “leis de Ravenstein”, as quais podem ser resumidas como (Roy & Debnath, 2011):

1. Os migrantes normalmente deslocam-se temporariamente;
2. A migração ocorre num processo de vários movimentos;
3. Se a deslocação for numa grande distância tenderá a ser feita para um centro industrial;
4. Cada fluxo de migração provoca um contra fluxo;
5. Tenderá a haver maior migração nos centros urbanos do que nos rurais;

6. As mulheres migram mais internamente e os homens mais para o exterior;
7. Os migrantes costumam ser adultos;
8. As maiores cidades crescem mais devido à migração do que pelo crescimento natural;
9. O aumento da migração acompanha o desenvolvimento do comércio, da indústria e do transporte;
10. A migração direciona-se na sua maior parte das regiões de setor primário para as industriais e comerciais;
11. A maior parte das razões para a emigração são de origem económica.

É de salientar que o contributo deste autor remonta à época industrial e, como tal, as suas leis devem ser devidamente enquadradas, com todas as implicações de terem sido elaboradas nesse período.

2.1.2 Teoria Neoclássica

Segundo a teoria neoclássica o fator trabalho, bem como os restantes fatores de produção, desloca-se na tentativa de maximizar o seu retorno. As diferenças salariais que segundo esta teoria originam a migração, não são mais que a demonstração da escassez do fator de produção trabalho. Qualquer diferença na produtividade do trabalho entre os países cria os estímulos necessários à migração, seja para cobrir falhas a nível de mão de obra, capital ou conhecimento. No entanto, devido a que os retornos são decrescentes, os migrantes irão alterar os salários do país de destino, porque a migração tende no tempo para o equilíbrio global. Qualquer fator de produção irá deixar de se deslocar quando a vantagem comparativa inicial se esgotar e a oferta de trabalho for superior à procura (Abreu, 2006).

A migração terá um efeito de equilíbrio e equidade salarial, restando apenas os custos da migração para serem contabilizados (European Commission, 2000). Ela permite a melhor distribuição dos fatores produtivos e trará melhores resultados para os agregados. A procura de trabalho no país de destino irá reduzir-se e no país de origem diminuirá a tensão da procura. Através do teorema de Heckscher-Ohlin poderemos concluir que se a teoria neoclássica fosse absoluta existiria um “*fator de equalização de preço*”, porque os salários nos diferentes países tenderiam para o mesmo valor. Neste ponto, quando o salário auferido se igualasse aos custos de migrar, a migração deixaria de ocorrer (de Haas, 2007; O’Rourke & Sinnott, 2006). Desta forma, a teoria neoclássica, ao assumir uma relação

inversamente proporcional entre o salário/oportunidades e a migração, defende que esta relação acabará em condições de equilíbrio (de Haas, 2010).

Os modelos neoclássicos microeconómicos, além de abordarem os mercados laborais, examinam também a forma como as pessoas calculam, de forma racional, as componentes da relação custo-benefício da decisão de migrar. Na migração, quanto maior for a diferença nos retornos maior será o volume da emigração. No entanto, quando as remunerações atingem um determinado valor máximo a tendência será a de decrescerem. Assim, na presença de uma diferença salarial demasiado grande, os migrantes podem ter a expectativa de que os salários irão convergir e, por isso, optam por esperar (European Commission, 2000). Caso os migrantes criem expectativas de ter um emprego e um melhor rendimento no país de destino que não coincidam com a realidade, existe o retorno de emigrantes (Cassarino, 2004).

Por outro lado, a teoria neoclássica macroeconómica também associa a evolução da migração laboral com o desenvolvimento económico dos países. É o desenvolvimento que leva a desigualdades na distribuição dos recursos humanos e, como tal, é um dos responsáveis pelos movimentos populacionais (Peixoto, 2004). A diferença entre o rácio capital/trabalho leva a diferenças salariais, as quais são um incentivo para os migrantes migrarem em busca de um rácio que lhes seja mais favorável. Com a existência de diferenças regionais entre a escassez de trabalho e a procura de fator trabalho em oposição ao capital, quando existem diferenças de rendimento, o fluxo migratório irá deslocar-se dos países com menores salários na direção dos países com salários mais elevados.

Perante o que foi referido, conclui-se que a teoria neoclássica tem uma vertente micro-social e macro-social, sendo estas as duas principais abordagens que analisam, atualmente, as migrações (Peixoto, 2004). A micro-social é referente ao estudo direcionado ao indivíduo, com base na racionalidade da tomada de decisão deste e a macro-social analisa a migração sobre o ponto de vista histórico-estrutural, de forças que são externas ao indivíduo (Gonçalves, 2009).¹

¹ Uma outra arrumação possível do estudo das migrações seria, como em Castles (2000), considerar duas abordagens: funcional e estrutural. Na primeira a decisão de migrar compete ao indivíduo enquanto na segunda tal decisão é determinada pelas condições macroeconómicas estruturais que se manifestaram.

2.2 ABORDAGEM MICRO-SOCIAL

As teorias micro-sociais abordam sobretudo a decisão do agente individual que, sobre condicionantes diversas e através da racionalidade, analisa as condicionantes externas e equaciona a melhor decisão: migrar ou não migrar (Peixoto, 2004).

2.2.1 Teoria *Push-Pull* ou Teoria Atração/Repulsão

A teoria de Ravenstein e as suas leis estão na base da teoria neoclássica *Push-Pull* (modelos de atração-repulsão). Ambas analisam as migrações através da decisão racional dos indivíduos e através da informação que eles têm disponível sobre os países (Peixoto, 2004).

Segundo Ravenstein (1885), este processo racional inicia-se com a reação dos indivíduos que pretendem melhorar a sua condição social e económica, tendo em conta a informação disponível. Esta é imperfeita, nomeadamente quanto às condições nos possíveis países de destino, a nível de salários e de empregabilidade.

Para que se tome a decisão de migrar é necessário ponderar um conjunto de fatores de repulsão, de expulsão e inércias² (Lee, 1966). Tais fatores estão interligados e podem ser económicos, sociais, ou até obstáculos intervenientes, como os custos e a distância. Além destes, é necessário considerar fatores pessoais como o ciclo de vida.

A teoria *Push-Pull* tem em conta que o equilíbrio é alcançado com base na análise destes fatores impulsionadores ou repulsores do indivíduo. A diferente distribuição do fator trabalho leva a que locais com maior procura de trabalho, melhores remunerações e nível de capital mais elevado sejam mais apelativos para os indivíduos, tornando a equação de custo/benefício positiva. Assim, segundo esta teoria, com a emigração, é reduzido o excedente de oferta de mão de obra no país de origem e é reduzida a escassez no país de destino. Com a redução das diferenças na oferta e na procura de trabalho entre os dois países, os salários tendem para o equilíbrio (Gonçalves, 2009).

Para de Haas (2007) o que é considerado um fator *pull* no país de destino é ao mesmo tempo um fator *push* no país de origem. Caracteriza-se este fenómeno por um efeito espelho. Isto torna difícil a perceção de qual fator será o principal. Embora a distância influencie a decisão de emigrar, ele acha passível deduzir que esta ocorre entre os

² Para Lucas (2008) mesmo sabendo que os retornos serão superiores, a maioria das pessoas prefere permanecer no país natal. A deslocação é exposta a atrito e este apenas é superado por uma eventual falha em empregar, acompanhar a restante força de trabalho ou devido à falta de segurança.

países/regiões mais pobres e ricos. Os fatores *push* que dificultam o bem-estar dos indivíduos têm natureza económica, social e política nos países mais pobres e os fatores *pull* caracterizam-se por vantagens comparativas dos países mais ricos, sendo a relação de ambos os fatores e o peso que cada um tem determinante na direção e quantidade de migrantes (European Commission, 2000).

A teoria *Push-Pull* considera que os emigrantes são uma prova de que os países ou regiões de origem são pobres e pouco desenvolvidos. Segundo esta teoria, para que as pessoas emigrem têm de haver fatores de expulsão ou que “empurrem”. Devido a desigualdades globais, os fluxos migratórios ocorrem espontaneamente nos setores que têm menos importância na sociedade de origem. No entanto, esta teoria usa razões óbvias e não consegue apresentar um motivo para a diferença dos fluxos migratórios em tamanho e número das diferentes regiões de origem, bem como as diferentes tendências para emigrar entre indivíduos da mesma região. A teoria não justifica também os movimentos autónomos que se prolongam quando deixa de existir uma vantagem comparativa entre os países; ela apenas afirma que acaba por acompanhar a diminuição dos incentivos económicos mas com um atraso. No entanto, na realidade estes não se extinguem tão facilmente (Portes & Borocz, 1989).

2.2.2 Teoria do capital humano

Segundo o dicionário de Oxford³ capital é entendido como: “*wealth in the form of money or other assets (...)*”. E, por isso, passível de gerar retorno. Assim, o capital humano não é mais do que as capacidades apreendidas pelos indivíduos, com a aprendizagem, a prática, ou a observação.

A teoria do capital humano expressa a importância da educação como um investimento que permite o desenvolvimento dos recursos humanos, uma vez que cada indivíduo, sendo dotado de capital tanto a nível do intelecto como da saúde, pode estimular este mesmo capital através de educação, formação e dos cuidados com a saúde. Tal como a educação, a migração é vista por esta teoria como um investimento em capital humano com o intuito de desenvolver a produtividade do indivíduo. O capital humano é observado sob o ponto de vista micro porque é compreendido como um investimento na ascensão social e na melhoria de condições de vida.

³ Ver: <http://oxforddictionaries.com/definition/english/capital?q=capital>

Esta teoria analisa também os custos e benefícios da migração, considerando que os mais jovens terão maiores retornos por investirem na migração durante mais tempo e investirem em aspetos de capital humano no país de destino. Os indivíduos com um capital humano superior, ou mais qualificados, são preferíveis aos demais, por serem mais eficazes em tornar produtiva a economia do país de destino. Nos países de destino com maior retorno por nível de capital humano será maior a atração exercida nos qualificados. Gonçalves (2009) baseia-se nestas ideias para concluir que a migração irá dos países com baixos retornos para os desenvolvidos, aumentando conforme a diferença no retorno.

A teoria do capital humano afirma que a análise de custos e benefícios por parte do indivíduo não deva ser apenas de curto prazo, porque a migração é um investimento a longo prazo. O migrante considera que os custos do curto prazo serão ultrapassados pelos retornos no longo prazo. Ao se olhar para a migração como um investimento, os futuros investimentos em educação e formação associados à migração podem trazer maiores retornos. O fator idade torna-se importante, sendo que quanto maior é a idade menor é o tempo de retorno do investimento (Peixoto, 2004).

A decisão de migrar pode ser tomada a nível individual ou pelo agregado familiar. Nesta decisão é equacionado o ciclo da vida, o qual é composto pelas várias etapas da vida, como é o caso do casamento ou da reforma. Os diferentes períodos da vida do indivíduo apresentam diferentes características, como capacidades e custos. Para que a trajetória da mobilidade social do indivíduo, associada à respetiva carreira profissional, vá de encontro às suas expectativas, ele terá de ponderar cada fator que possa influenciar a equação dos custos/benefícios. Como exemplo disso, quando um indivíduo constituiu família tem de ponderar o custo da deslocação de mais membros, sendo esta altura do ciclo da vida do migrante menos propensa à migração (Peixoto, 2004).

A emigração e o desenvolvimento são muitas vezes estudados em conjunto. Para o desenvolvimento é necessária a reforma estrutural da economia e o crescimento económico. Sem crescimento económico o desenvolvimento não ocorre. Com o desenvolvimento, dá-se o aumento das condições de vida, sendo estas uma forma de originar fluxos migratórios. Na teoria do capital humano a concentração de capital nos países desenvolvidos origina crescimento. No entanto, os países de origem por sua vez sofrem de estagnação económica ou mesmo de regressão. Nos países menos desenvolvidos, o aumento demográfico torna-se um grande problema, que a migração pode

atenuar, reduzindo a pressão do número de recursos humanos disponíveis (Gonçalves, 2009).

Nesta teoria, os fatores considerados importantes para a migração são a industrialização dos países, o crescimento demográfico, a modernização e a evolução dos fatores de produção (Gonçalves, 2009).

2.2.2.1 *Brain Drain*

Relacionada com a teoria do capital humano está a possibilidade de *Brain Drain* (“fuga de cérebros”). O conceito de *Brain Drain* é definido por Beine *et al.* (2003:2) como: *International transfer of resources in the form of human capital (...) the migration of relatively highly educated individuals from developing to developed countries*. Bräucker *et al.* (2008) simplificam o conceito com a afirmação deste fenómeno como “uma perda de capital humano”.

Neste contexto, o fator trabalho tem sido estudado porque as capacidades dos trabalhadores estão intimamente ligadas à diferente riqueza dos países, por fomentarem retornos à escala e externalidades positivas. Certas atividades, como a experiência, desenvolvem o conhecimento e a capacidade, tornando os indivíduos distintos e o mercado de mão de obra heterogéneo. Com estas características, eles são difíceis de substituir e ao emigrarem provocam um decréscimo no *stock* de capital humano do país de origem. Este tem perdas com a migração, devido à saída de capital humano, nas relações sociais e na coesão que são enfraquecidas (Gallego & Mendola, 2011).

A este propósito, Taylor & Mora (2006) afirmam que a migração é seletiva porque os indivíduos que se deslocam têm características que os distinguem dos restantes. A migração tem uma componente retratada por "*the best and the brightest*", ou seja, ela por si só seleciona os melhores para emigrar. Isto ocorre por serem os mais informados, por serem mais eficientes e porque têm maiores retornos do processo.

Alguns autores consideram mesmo que o *Brain Drain* é uma perda dupla, porque os emigrantes qualificados deixam de poder ser utilizados no processo produtivo doméstico e porque também é perdido o investimento feito pelo país na formação dos mesmos. Também há outras perdas: as de terem de se preparar ou encontrar os profissionais para ocupar o lugar dos que partem e os impostos dos emigrantes que não são mais coletados. Alguns podem entender estes custos como correntes ou afundados (Abreu, 2006).

Devido às consequências da migração, os países de origem e de destino têm de ter políticas apropriadas para reduzir possíveis efeitos adversos (Chiswick, 2000).

No entanto, como mencionam Beine *et al.* (2003), os fluxos estão a ser atraídos para países que já têm mão de obra qualificada, os países desenvolvidos. Contrariamente, os países menos desenvolvidos podem ter o seu progresso económico comprometido, porque atualmente a maior parte dos emigrantes nestes países são os mais qualificados.

2.2.2.2 *Brain Gain*

A perda de capital não é sentida no país de origem como uma grande perda porque, os indivíduos ao procurarem melhores condições de vida, não costumam ter muito capital antes de emigrar, e, se o têm, normalmente não o levam para fora do país, uma vez que continuam a manter laços com a família. No entanto, algum capital é investido na emigração em si, uma vez que para este processo ser levado a cabo é necessária informação e alguns recursos. Pode realizar-se uma perda de capital para o país de origem, mas um grande benefício para o de destino e quem sabe a longo prazo esse benefício tenha um retorno, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

No entanto, em qualquer dos casos, é necessário contabilizar todas as externalidades da emigração. Nomeadamente, mesmo que o *Brain Gain* possa não superar o *Brain Drain*, existem outros aspetos para ter em conta, como o impacto no bem-estar e produção, as remessas, os retornados com experiência, as redes transnacionais criadas com transferência de tecnologia, entre outros (Abreu, 2006).

Se a migração for bem-sucedida e originar remessas, reduz os custos tidos pelo país de origem. Tanto a migração como as remessas levam a melhorias económicas em contextos de desenvolvimento. A deslocação é admitida como algo que traz benefícios a nível familiar, ao diversificar os meios de lidar com os riscos, ao estabilizar o consumo e financiar o investimento, por este ser um rendimento mais seguro. Há uma perda do retorno do capital social quando ocorre a migração. Os indivíduos que migram passam a conseguir auto proteger-se com maior facilidade e já não são dependentes. A migração laboral interna ou externa é uma forma para sociedades em desenvolvimento saírem da pobreza. Por outro lado, a estrutura social e a organização da sociedade do país de origem ficam afetadas pelo aumento de assimetrias (Mendola & Gallego, 2011).

O benefício da falta de oferta de mão de obra e da compensação que os mais qualificados ou capacitados recebem pelo seu trabalho, leva a que a população tenda a

entrar num processo de aprendizagem para alcançar esse patamar. A população com capacidade e informação sobre a oferta de mão de obra no seu país e com novas capacidades para as preencher pode decidir colmatar as lacunas deixadas pelos emigrantes. Ora, isto é um *Brain Gain*. Os indivíduos que ponderam emigrar, ao quererem ter um melhor retorno e melhores condições, serão propensos à qualificação. Devido aos ganhos dos migrantes qualificados, o investimento na educação aumenta, sendo o acréscimo de pessoas qualificadas um benefício, proporcionando o aumento do bem-estar e ao crescimento (Oezden & Schiff, 2006). Por sua vez, isto levará a alterações na estrutura de incentivos ao capital humano, levando no final a "um benefício social" da economia. Quanto mais indivíduos permanecerem no país após este processo de qualificação, maior será o *Brain Gain*. Neste caso, o efeito negativo poderá tornar-se num efeito positivo (Abreu, 2006).

Perante o que foi dito, poderá concluir-se que a emigração dos mais qualificados é uma soma nula, na qual a emigração é vista como uma fonte de externalidades negativas mas também positivas, pelo que nem sempre será possível estimar os efeitos positivos e negativos. Alguns países já ponderaram para minorar a perda com a emigração dos mais qualificados, a aplicação de um imposto sobre os qualificados (*brains tax*). Contudo, a contrariar esta perspetiva está a possibilidade de poderem ser retirados efeitos positivos desta emigração, nomeadamente o facto de estas perdas poderem ser um incentivo à educação, às remessas, o retorno dos emigrantes com novas qualificações adquiridas e as redes criadas pelos emigrantes entre países, que futuramente podem garantir uma rota para negócios e transações (Beine *et al.* 2003).

2.3 ABORDAGEM MACRO-SOCIAL

Na abordagem macro-social a migração deve-se fundamentalmente às diferenças a nível económico entre as regiões. As teorias macro-sociais dão maior atenção aos fatores coletivos (Peixoto, 2004). As regiões mais desenvolvidas e com maiores rendimentos necessitam de mão de obra e dão retornos superiores. Elas são aliciantes para os indivíduos que estão em regiões com recessão económica e desemprego elevado (Gonçalves, 2009). As regiões e os países periféricos são mais propensos à exportação de matérias-primas do que à industrialização por falta de capital para investir nas infraestruturas necessárias, tornando-se dependentes de regiões centrais industrializadas. Estas zonas periféricas têm menos oferta de trabalho e menores salários, sendo elas as emissoras de mão de obra.

2.3.1 Teoria do Mercado Segmentado ou Teoria do Mercado Dual

O mercado de trabalho em vez de ser homogéneo é segmentado de forma heterogénea. A segmentação do mercado é analisada pela teoria do mercado segmentado ou dual. Esta teoria estuda os mercados que atraem pessoas qualificadas e, sobretudo, os que atraem pessoas não qualificadas, bem como as razões e as consequências dessa segmentação do mercado (Abreu, 2006).

As teorias dualistas ou do mercado segmentado associam o mercado de trabalho a dois grupos distintos e complementares: o mercado primário e o mercado secundário (Gonçalves, 2009). O primeiro corresponde às melhores ofertas de trabalho, maiores retornos, nele é possível subir-se na hierarquia profissional e, como tal, este mercado integra os mais qualificados. Os trabalhadores imigrantes ocupam o setor secundário, que oferece piores condições laborais, trabalhos mais instáveis, piores ordenados e rotatividade elevada⁴. No entanto, é mais acessível devido às condições pouco aliciantes. Este setor secundário é descartado pelos nativos e integra em grande parte os migrantes pouco qualificados porque os trabalhos do setor primário, por serem melhor pagos e mais estáveis, são ocupados pelos naturais. Desta forma, esta teoria considera que há um recrutamento de imigrantes para ter mão de obra barata que os naturais não querem fornecer (Müller, 1999).

Os fluxos para países mais desenvolvidos têm ligação à teoria do mercado de trabalho segmentado. Os migrantes que são integrados pelo mercado primário são integrados no país de destino por meios legais; já os migrantes que entram no mercado secundário têm origens étnicas, não são qualificados e ingressam por vezes pelos meios ilegais (Peixoto, 2004).

Uma das formas que os imigrantes usam para se protegerem do mercado secundário é através dos enclaves étnicos. Segundo Gonçalves (2009), estes são nichos de mercado para imigrantes, em que grupos de migrantes num determinado espaço partilham ligações étnicas e sociais, ou seja, partilham capital social e criam empresas que absorvem os migrantes que se enquadram no seu grupo social. Os investimentos destes imigrantes advêm de capital próprio e contribuem em diversos aspetos para a melhoria das condições sociais e profissionais dos outros imigrantes.

⁴ Peixoto (2008) define estes trabalhos de ordem inferior como “trabalhos três D’s” (*Dirty, Dangerous and Demanding*).

2.3.2 Teoria do Sistema-Mundo

A teoria do sistema-mundo é aliada ao capitalismo moderno no qual existe um mercado de trabalho global. Esta teoria está associada diretamente aos níveis de desenvolvimento, uma vez que as atividades produtivas estão em grandes centros de poder internacional chamados de cidades-globais.

A complexidade do mercado mundial é cada vez maior, havendo trocas de bens e serviços, de recursos humanos e uma crescente implementação de empresas sem o impedimento de fronteiras. Neste sistema-mundo, a periferia é considerada como sendo composta pelos países subdesenvolvidos e o centro composto pelos países desenvolvidos. Esta divisão criou desigualdades nos dois sistemas a nível das necessidades de mão de obra e dos rendimentos auferidos (Gonçalves, 2009). Neste sistema existem zonas salariais diferentes, sendo que na periferia, devido ao excesso de mão de obra, se praticam baixos salários.

A emigração por razões pessoais tem vindo a se intensificar a partir do momento que aumentou a difusão dos padrões de consumo das zonas mais desenvolvidas para as periféricas. A ligação entre os países faz com que as pessoas possam procurar melhores oportunidades ao se deslocar, tornando a abertura a novos mercados uma condição para a migração recente (Portes & Borocz, 1989).

A mundialização e a internacionalização são novas realidades que adquirem, atualmente, um papel muito importante nos países. As trocas de bens, serviços e pessoas entre os países criaram uma crescente interdependência entre os Estados. Existe agora a percepção de um centro economia-mundo, que exerce influência e controlo político e económico nas regiões periféricas que satisfaz as necessidades internas e, em parte, as suas produções são introduzidas no mercado global. Neste contexto, a distribuição territorial das atividades humanas constitui um ponto de atração para as deslocações.

A globalização como responsável pela procura de migrantes e pela deslocação das pessoas para os países em desenvolvimento acaba por originar os meios de transporte, comunicação, políticas e infraestruturas necessárias para a maior e melhor deslocação dos fluxos migratórios.

2.3.3 Teoria dos Sistemas Migratórios

A Teoria dos Sistemas Migratórios analisa dois ou mais países com fluxos migratórios entre si. Nesta teoria interagem vários fatores: estão presentes as estruturas

micro, ligadas ao capital social e cultural, entre outros, e as estruturas macro, associadas às relações internacionais entre os dois países. É defendida a existência de uma ligação prévia entre os países.

As redes migratórias (redes sociais, capital social), defendem que o migrante não se desloca de forma isolada, nem imponderada; existe um contexto em que está inserido composto, muitas vezes, por redes que lhe facilitam a deslocação. Estas redes podem ser constituídas tanto por conhecidos já emigrados (contexto micro-social), como pelos que ajudam a deslocação (instituições, entidades empregadoras, etc.), (contexto macro-social). Como exemplo das redes temos as economias étnicas, também denominadas de enclaves étnicos ou nichos. As redes são a comprovação que, na realidade, as migrações não são apenas afetadas pelos mecanismos económicos, uma vez que elas não deixam que os fluxos reajam às conjunturas económicas no curto prazo. Além disto, a relação de comunidade instalada pelo capital social, juntamente com recursos económicos, torna possível a criação de negócios que integrem a comunidade, muitas das vezes negócios de raízes culturais (Abreu & Peixoto, 2009)⁵.

Na abordagem micro-social desta teoria, realizam-se trocas de emigrantes entre países construindo redes de membros dos mesmos países, tornando assim a migração num processo mais seguro. Este processo sustenta-se a si próprio (Castles, 2000). Embora a migração se inicie pelos jovens, ela mantém-se e prolonga-se com as redes sociais criadas entre os países (Gonçalves, 2009). As ligações micro-sociais são assim formadas através das relações entre as pessoas.

As redes apresentam vantagens: devido a elas os fluxos da migração deixam de ser afetados por variações nas flutuações do ciclo económico, porque as redes criadas pelos migrantes dão segurança financeira, social, ajudam na integração, são um suporte aquando se dá uma redução nos salários, ou declina a oferta de trabalho maximizando assim os benefícios da migração (Portes & Böröcz, 1989; Castles, 2000).

A migração é composta por vários estágios: o indivíduo toma a decisão, faz a transição e adapta-se ao país de destino. No entanto, nesta teoria a migração, contrariamente ao defendido pela teoria *Push-Pull* é o resultado de uma complexa estimação da utilidade da migração pelo agregado familiar. As decisões individuais e

⁵ Segundo Massey (2003) a migração é um processo que mal seja iniciado segue uma tendência até formar redes, formando-se um capital social. de Haas (2007) considera como capital social os laços que ligam os migrantes e os futuros migrantes num contexto de inter-ajuda.

persoais não são suficientes para a decisão de migrar. Para esta teoria, é mais importante a decisão do agregado quando este apresenta dificuldades económicas (Castles, 2000).

Já na abordagem macro-social, esta teoria também envolve a participação de instituições, uma vez que estas promovem os fluxos migratórios e dão apoio aos que já migraram (Peixoto, 2004).

As redes macro-regionais unem os centros que precisam de migrantes às periferias que os enviam. É por isso que nos sistemas migratórios o contexto histórico é fundamental. A interdependência e interação passadas permitem considerar como um sistema as ligações (coloniais, económicas, etc.) entre países que trocam fluxos de migrantes. A emigração é a resposta tida pelas sociedades de países menos desenvolvidos face aos desequilíbrios internos. Estes desequilíbrios não são totalmente perceptíveis para a população, mas acompanham as ligações históricas, económicas e políticas entre Estados e a perceção das diferenças de poder entre os diferentes Estados (Portes & Böröcz, 1989). A propósito de tal influência histórica na migração, Castles & Miller (2003) referem ainda que quando as antigas colónias enviam fator trabalho para as capitais intensificam as desigualdades económicas. Neste caso, são as relações entre os países que prolongam o efeito da deslocação.⁶

Os fluxos de migração são contidos por falta de informação. A sociedade é tão complexa que a informação sobre ela torna-se ainda mais complexa e por vezes inexistente. Assumindo que há informação incompleta e que os indivíduos têm racionalidade limitada torna-se mais difícil que os migrantes consigam tomar a decisão que seja maximizadora do retorno ao analisar todas as variáveis do processo. As escolhas são diversas. Assim, um migrante, tal como um consumidor, precisa de optar pelas escolhas melhores face a benefícios/custos, necessidades e escolhas ilimitadas. Por isso, qualquer facilitador do processo é apelativo, como é o caso das redes existentes (Abreu, 2006). As redes sociais tomam, assim, grande relevância entre os indivíduos além das estruturas de suporte à migração até então criadas (Castles, 2000).

Um caso particular dentro da teoria dos sistemas migratórios são as chamadas “Teorias de Rede e da Causalidade Cumulativa”. Estas teorias defendem uma estabilidade na migração com a passagem do tempo (GLOPP, 2007). A teoria da causa cumulativa

⁶ Portes & Böröcz (1989) afirmam que os países que têm historicamente fluxos migratórios coercivos (como foi o caso de Portugal durante a época de escravatura), mantêm esses fluxos migratórios para a posteridade.

conclui que as redes criadas sustentam-se devido às infraestruturas como agentes macro-sociais. Estas infraestruturas são criadas por cada ato de migrar (Massey, 2003).

2.3.4 Teoria de transição espaço-temporal

A migração acontece por transições. Começa pela migração interna, passando para a migração externa dos qualificados e, posteriormente, estende-se aos não qualificados (de Haas, 2010).

Nas teorias de transição espaço-temporais acredita-se que o processo de desenvolvimento está correlacionado com o aumento dos níveis da migração e, como tal, as sociedades em desenvolvimento atravessam diferentes períodos de transição migratória. Os padrões regulares no crescimento das deslocações ao longo do espaço e do tempo são compostos por uma componente tendência, do processo de modernização (de Haas, 2010; Zelinsky, 1971). A migração inicialmente é elevada, decrescendo com o tempo. Ao fim de um determinado período, o país de emigração passa para país de imigração.

A teoria da *migration hump* (“surto migratório”) insere-se na teoria de transição espaço-temporal e refere-se a aumentos na migração a curto prazo aquando de reformas nas trocas comerciais ou mudanças no contexto político. Considera que a migração reaje alterando a tendência a longo prazo como resposta de tendências de desenvolvimento estrutural. Se o crescimento económico leva a um aumento da migração, o comércio e a migração podem ser entendidos como complementares a curto/médio prazo. Assim, a capacidade de produzir mais e melhor de um país afeta a competitividade de outro (de Haas, 2010). Lucas (2008) afirma que a teoria da “curva migratória” comprova que a taxa de emigração tem um movimento inicialmente ascendente e posteriormente descendente acompanhando o desenvolvimento do país. O pico de inversão da tendência será num elevado grau de desenvolvimento, caso não existam outras condicionantes.

2.4 NOVA ABORDAGEM ECONÓMICA DO MERCADO LABORAL

A teoria neoclássica difere da Nova Teoria Económica da Migração Laboral (*New Economic Labor Market Theory* - NTEML) porque na primeira o indivíduo tem em vista a maximização do período de permanência no país de destino, de forma a estabelecer-se a si e à família nesse país de forma definitiva. Para a NTEML, o retorno da migração não é

mais do que que uma estratégia do agregado familiar, quando este concretiza os objetivos iniciais, como é o caso das remessas (Cassarino, 2004).

Esta nova abordagem remete para a minimização dos riscos em vez da maximização através de diferentes fontes do rendimento do agregado familiar. Segundo a NTEML, ter um emprego estável, capital para investimento e a diminuição dos riscos são alguns dos motivos mais importantes para a migração. O desenvolvimento do país leva a aumentos no nível de educação e melhoramentos económicos. Estes fazem com que as pessoas de classe média possam migrar com melhores oportunidades (Castles, 2000).

A NTEML, ao contrário da teoria neoclássica, não aborda a decisão do indivíduo, mas sim do seu agregado familiar como tomador da decisão além dos benefícios/custos do mercado de trabalho. Haverá mais garantias para a família do migrante se o seu salário não tiver flutuações como as dos outros membros, nem incorrer em tantos riscos (Abreu, 2006). E, além disto, o retorno dos migrantes é positivo porque os retornados além da qualificação anterior, também têm conhecimentos práticos de como fazer num país com mais capacidade tecnológica e desenvolvimento. Estes conhecimentos serão reintroduzidos no país de origem e tornam-se uma grande vantagem para o mesmo.

No entanto, além da preferência individual/familiar, o retornado tem de contabilizar as vantagens/desvantagens relativas de retornar ao país de origem ou permanecer no país de destino. As motivações dos retornados podem integrar diferentes categorias (Abreu, 2006): (1) retorno de falha, em encontrar trabalho ou um enviar o rendimento; (2) retorno conservador, em que o emigrante não conseguiu ficar afastado da família e amigos; (3) retorno da reforma, dos que querem viver a reforma no país de origem; (4) retorno de inovação, em que o emigrante usa o capital acumulado no estrangeiro para investir no país de origem; e (5) retorno de necessidade, quando não podem permanecer legalmente.

A ponderação daqueles fatores pode levar a que nem sempre os indivíduos retornem ao país de origem.

2.5 SÍNTESE

As migrações começaram por ser estudadas por Ravenstein, aceite por muitos como o autor da Teoria Clássica das Migrações. Este autor elaborou um conjunto de leis que sintetizam os movimentos migratórios do período industrial. A Teoria Neoclássica introduz na Teoria Clássica o contributo das diferenças salariais das regiões serem esperadas e não reais.

As abordagens micro-social e macro-social radicam na Teoria Neoclássica. Na vertente micro-social o crescimento económico e o bem-estar do indivíduo ocorrem quando este migra de uma região agrícola para uma urbana, depois de uma decisão individual. Na vertente macro-social a migração ocorre por diferenças na procura de trabalho entre os países. Os fluxos irão dos países em desenvolvimento ou de uma região agrícola para países desenvolvidos ou para a cidade, devido a salários mais elevados nos últimos.

A abordagem micro-social respeita à decisão racional do indivíduo após avaliar os custos/benefícios de migrar. O equilíbrio é a equação entre os custos/benefícios calculados pelos migrantes, face aos desequilíbrios dos fatores de produção entre o país de destino e de origem. Dentro desta abordagem temos a teoria *Push-Pull*, na qual a decisão do indivíduo está sujeita a fatores de repulsão no país de origem e de atração no país de destino, e a Teoria do Capital Humano, na qual a migração, tal como a educação, é considerada como um investimento em capital humano com o intuito de desenvolver a produtividade do indivíduo. Esta teoria analisa possíveis perdas de capital humano qualificado (*Brain Drain*) e possíveis ganhos (*Brain Gain*) da migração.

A abordagem macro-social analisa a migração dando maior relevância ao estudo das diferenças entre as regiões. Desta abordagem fazem parte a Teoria do Mercado Segmentado, a Teoria do Sistema-Mundo, a Teoria dos Sistemas Migratórios e a Teoria de Transição Espaço-Temporal. A Teoria do Mercado Segmentado divide o mercado em dois setores, o primário e o secundário, sendo que no primeiro estão as melhores condições e salários, absorvendo os nativos e os migrantes mais qualificados, e no secundário estão as piores condições e piores salários, incluindo sobretudo imigrantes pouco qualificados. A Teoria do Sistema-Mundo refere-se a um sistema com um centro economia-mundo que exerce controlo político e económico nas regiões periféricas, que são as emissoras de migração. A Teoria dos Sistemas Migratórios analisa os fluxos migratórios entre dois ou mais países através de ligações prévias, sendo a migração prolongada por redes, que tanto podem ser de indivíduos que já migraram, como de entidades empregadoras, instituições, etc. A Teoria Transição Espaço-Temporal admite a existência de uma migração por transições, podendo esta ser inicialmente interna e posteriormente externa, de início levada a cabo pelos qualificados e depois pelos não qualificados.

A Nova Teoria Económica do Mercado Laboral é a abordagem mais recente. Esta teoria foca-se na redução dos riscos da migração, sendo que a decisão de migrar não é individual mas do agregado familiar.

CAPÍTULO III - CARACTERIZAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Em termos macroeconómicos, a migração é a deslocação dos fatores produtivos entre dois países em que os migrantes e as remessas tomam o sentido inverso (Knerr & Hamann, 2006). Um “migrante” é aquele indivíduo que muda de residência. Para a comunidade de origem, quando sai de forma permanente para outro local, ele é um “emigrante”. Para a comunidade do país de destino, o mesmo indivíduo é considerado um “imigrante”.

Neste capítulo procedemos à caracterização dos fluxos migratórios tendo em conta três aspetos centrais: os tipos de migrações, as suas determinantes e o seu papel no desenvolvimento das economias.

3.1 TIPOS DE MIGRAÇÕES

As migrações dividem-se em diferentes tipos, de acordo com a localização, as razões e a duração.

3.1.1 Quanto à localização

No que se refere à localização, as migrações podem ser internas (nacionais), ou externas (internacionais). As migrações internas são deslocações que ocorrem dentro do mesmo país, enquanto as migrações internacionais⁷ implicam atravessar a fronteira (Castles, 2000; Oezden & Schiff, 2006) ou, segundo Knerr & Azhar (2007), mudar o lugar de residência para outro país.

Segundo Knerr & Hamann (2006), Ravenstein foi o pioneiro na classificação dos migrantes, distinguindo-os entre migrantes locais e migrantes próximos. Os primeiros são os que se deslocam na comunidade ou cidade, enquanto os segundos são os que saem para um país vizinho.⁸

Ainda quanto à localização, O’Neil (2003) considera que os migrantes deviam ser também definidos com base nos seus movimentos constantes entre países de destino e de origem. O autor designou tal situação como “movimento circular de migração”.

⁷ Oezden & Schiff (2006) referem que as migrações internacionais têm implicações económicas, sociais e culturais para os países envolvidos e que as variações salariais têm que ser superiores, uma vez que os custos e as restrições também são superiores.

⁸ O autor também se referiu a outro tipo de migrantes: aqueles que se movimentam por estágios, deslocando-se não de uma vez mas em fases.

3.1.2 Quanto às razões

Para Lee (1966) as razões que levam à deslocação são fundamentalmente divididas em: (a) razões atribuídas ao país de origem; (b) razões atribuídas ao país de destino; e (c) obstáculos à migração/razões pessoais para a mesma.

A maioria da literatura considera que a principal razão que conduz à migração é de natureza económica. Entre outros, Chiswick (2000) refere os chamados “migrantes económicos”, ou seja, aqueles que deslocam para um sítio devido às oportunidades económicas do mesmo. O autor considera que este tipo de indivíduos são auto seletivos por terem características que os levaram a deslocar-se contrariamente aos que não se deslocaram.

No entanto, as deslocações podem não ter origem em razões económicas. Tal acontece quando o motivo dos emigrantes é: (1) o reencontro familiar, no caso dos chamados *tied movers* (como, por exemplo, as esposas que se juntam aos maridos no país de destino)⁹; (2) sentirem-se ameaçados (devido, por exemplo, a características como a raça); e (3) deslocarem-se por ideologias (como, por exemplo, a religiosa). No caso destes indivíduos que não procuram diretamente o sucesso, a sua seleção não é favorável (Chiswick, 2000).

Tendo em conta os motivos, também se pode efetuar uma outra categorização dos emigrantes. De acordo com Castles (2000) tal divisão pode ser: (a) emigrantes qualificados e migrantes de negócios, que se deslocam dentro dos mercados de trabalho através de empresas internacionais ou procuram trabalho internacionalmente; (b) emigrantes irregulares, os quais embora se desloquem não têm a documentação necessária para o fazerem de forma legal¹⁰; (c) exilados/refugiados, os quais atravessam a fronteira com a principal motivação de procurar segurança de situações ligadas a conflitos e da perda de condições e infraestruturas para a sobrevivência no país de origem.¹¹

⁹ Borjas (2000) define dois grupos de indivíduos de acordo com os seus relacionamentos: os *tied movers* que migram chamados pelos laços que mantêm e os *tied stayers* que permanecem no país de origem.

¹⁰ Knerr & Azhar (2007) define “emigrantes irregulares” como aqueles cuja entrada no país de destino é ilegal e, como tal, por lei, podem ser expulsos.

¹¹ No site da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados, classificam-se os que procuram asilo como aqueles indivíduos que afirmam ser refugiados, mas aos quais ainda não foi aplicada essa condição. Segundo Castles (2000), os refugiados, exilados e todos aqueles que por qualquer tipo de catástrofe sejam obrigados a migrar são denominados de “migrantes forçados”. É importante referir que a situação dos imigrantes ilegais é diferente da dos asilados: os primeiros podem ser expulsos e aos segundos é atribuído o direito a trabalhar no país de asilo (Müller, 1999).

No que se refere ao movimento contrário, isto é, o regresso ao país de origem após um determinado período de tempo, independentemente do motivo, dá-se o nome de retorno. Em alguns casos, tal retorno não é provável. Nomeadamente, no caso dos refugiados (aqueles que emigram mas não por vontade própria) e dos emigrantes ideológicos (os que saem por razões de ideologia), estes ficam inibidos de retornar devido a um (...) *well-founded fear of persecution on account of race, religion, nationality, membership in particular social group, or political opinion* (Castles, 2000:270).

3.1.3 Quanto à duração

No que se refere à duração, a migração pode ser classificada como permanente ou temporária. A temporária é aquela que ocorre durante um período limitado de tempo. Esse tempo é o suficiente para encontrar um emprego e enviar as remessas originadas por ele (Castles, 2000). Os migrantes temporários¹², embora possam ter permissão para estar no país de forma regular, são alvo de restrições que não permitem a sua continuação indefinida no mesmo. Por seu lado, os migrantes permanentes podem ser classificados como os estrangeiros que podem trabalhar num país sem ter nenhum tipo de restrição legal para o fazerem (Knerr & Azhar, 2007).

Quanto à duração, uma outra distinção pode ainda ser efetuada: (1) emigrante de longa duração, como sendo aquele que permanece no país de destino durante, pelo menos, um ano e (2) emigrante de curta duração, como sendo alguém que se desloca por um período de, pelo menos, 3 meses mas inferior a um ano.

3.2 DETERMINANTES DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Os movimentos migratórios têm ocorrido diariamente ao longo dos tempos, devido a diversos tipos de fatores como a demografia, o clima e os problemas económicos, sociais, e políticos, entre outros. No âmbito económico, as determinantes das migrações incluem as vantagens comparativas dos países, a globalização e os processos de integração económica bem como os custos das migrações.

¹² Chi (2008) considera os migrantes temporários subdivididos em contratados, convidados e irregulares.

3.2.1 Vantagens Comparativas dos Países

A principal causa das migrações é a diferença entre os países a nível de rendimento, de empregabilidade e de bem-estar (Castles, 2000).¹³ De facto, as deslocações entre países são provocadas pelas condições existentes nesses países. O seu carácter contínuo permite afirmar que se não fossem estímulos contínuos de uma certa natureza, as migrações caso se iniciassem, terminariam rapidamente após a fase exploratória.

As diferentes vantagens comparativas dos países levam a que os mesmos tenham diferentes necessidades a nível do mercado do trabalho. Com isto podemos concluir que certas funções serão melhor remuneradas do que outras, dependendo da procura e da oferta do trabalho. Assim, será de pressupor que um país que tenha uma maior procura de uma determinada profissão aumentará o retorno da mesma.

Tal como Chiswick (2000) comprova, os ordenados dos trabalhadores nos países de origem são-lhes atribuídos através da sua produtividade real, enquanto os ordenados nos países de destino são atribuídos através da média da produtividade dos trabalhadores. Logo, os trabalhadores mais habilitados recebem mais do que os menos habilitados, sendo menos incentivados a se deslocarem. Esta forma de calcular o retorno leva a que os empregadores, ao não detetarem a habilitação real dos trabalhadores, corram o risco da seleção adversa. A autora acredita que os migrantes mais favoravelmente selecionados são os que se adaptam melhor, com um melhor impacto na sociedade e na economia do país de destino. A autora afirma ainda que o modelo da melhor seleção é o que se baseia na taxa de retorno da migração convencional.

Quanto maiores forem os custos da migração menor será a propensão para levar a cabo a migração e para retornar, sendo a seleção mais favorável por ser levada a cabo por indivíduos com características que os levam a deslocar-se com um alto custo. Isto ocorrerá se os migrantes forem eficientes na utilização do seu tempo e/ou no alcançar dos seus objetivos. A seleção favorável é maior se o rácio da diferença entre os salários do país de destino para os do país de origem for maior para os indivíduos qualificados (Chiswick, 2000). Se as vantagens no país de destino superarem as desvantagens do país de origem do migrante auto selecionado por razões económicas, o ordenado do imigrante é igual ao dos naturais, podendo mesmo vir a ultrapassar o destes (Chiswick, 2000).

¹³ A melhor forma de analisarmos os movimentos migratórios, segundo sugerido por Kancs (2010), é olhando ao PIB porque este, além de ser uma variável utilizada para a melhor compreensão dos modelos migratórios, também é uma das razões para a migração ter vindo a aumentar. Na abordagem empírica que efetuamos nos capítulos seguintes é o PIB que usamos como medida da riqueza de um país.

Por outro lado, os indivíduos podem emigrar mesmo que os mercados que procuram trabalhadores possuam problemas de ineficiência ou baixo nível de desenvolvimento e não haja uma diferença de rendimento. Tal verifica-se se o país de destino oferecer mais postos de trabalho do que o país de origem. Nomeadamente, aqueles que estão desempregados irão deslocar-se para colmatar essa falha de mercado. O mesmo ocorre com outros fatores como melhores condições de trabalho (Massey, 2003).

As diferentes condições oferecidas aos indivíduos que se pretendem deslocar resultam do facto de os países terem condições socioeconómicas distintas. Assim, para além das diferenças nas remunerações, existe também neste campo uma vantagem comparativa dos países de destino escolhidos em detrimento dos países de origem deixados. As migrações são frequentemente levadas a cabo na busca de melhores condições de vida, o que pode ser traduzido numa melhoria a nível económico e social. Quanto mais as aspirações que os indivíduos têm na melhoria das condições de vida ultrapassarem as oportunidades que os indivíduos têm no país de origem, maior será a propensão para emigrarem (de Haas, 2009).

3.2.2 Globalização e Processos de Integração Económica

Foram dois os fatores que levaram a que os fluxos migratórios na Europa se intensificassem: a globalização e o processo de integração. Embora estes fenómenos sempre tenham estado em todas as sociedades, não tinham esta escala, principalmente nos países europeus.

A globalização teve efeito a uma escala mundial. Com a globalização as sociedades tiveram um maior contacto entre si, a forma de comunicação modificou-se, o mundo deixou de ter como limite as fronteiras físicas. Na migração é habitual existir a troca de importantes fatores humanos e de capital dos países mais pobres para os mais ricos (Castles, 2000). Com a globalização, as barreiras alfandegárias foram reduzidas, houve melhorias ao nível do transporte e comunicação, deixou de existir o conceito de barreira geográfica nas atividades económicas e passou a existir um espaço social denominado de espaço social transnacional (Knerr & Hamann, 2006). Com este fenómeno, o mercado tornou-se mais permeável, tanto às externalidades positivas como às negativas. Foi aberta uma porta para a informação mais completa para os migrantes (mas também mais complexa) e os mercados tornaram-se mais amplos (mas também mais competitivos).

A este respeito, Kahanec & Zimmermann (2008:2) afirmam que “*os fluxos migratórios são parte integrante da economia mundial globalizada*”. Devido à transferência de fatores de produção de que resulta a migração, existe também uma distribuição mais eficiente dos recursos e, como tal, um maior bem-estar dos Estados participantes. Por isso, pode afirmar-se que a globalização trouxe diversas alterações no que até então tinham sido as migrações.

O segundo fator que teve um efeito na quantidade e qualidade das migrações foi a interligação dos países em acordos mútuos direcionados para várias áreas. O caso que tem maior influência é o da formação da União Europeia. Münz (2007) refere que entre 1750 e 1960 a Europa foi a região com a maior emissão de emigrantes, chegando estes a corresponder a um terço do crescimento da população Europeia. Nos últimos 50 anos os países da UE15 (União Europeia a quinze países) passaram a ser os países de destino destes fluxos. Quando a Comunidade Económica Europeia (CEE) se tornou na UE, deixaram de existir entraves políticos e judiciais tão rigorosos e, por isso, houve um aumento na deslocação de pessoas dentro da união, bem como nos países parceiros (Kancs, 2010). Os alargamentos da UE, num total de sete (em 1973, 1981, 1986, 1995, 2004, 2007 e 2013), levaram a um aumento muito significativo da zona de livre circulação de pessoas (espaço Schengen), potenciando, desta forma, as possibilidades de migração neste espaço.

Kim (2010) refere a existência do “Índice de Políticas de Integração dos Migrantes”, segundo o qual a integração engloba a “igualdade de oportunidades para todos”, ou seja, uma vida digna e direitos e deveres partilhados. No entanto, segundo este autor, a integração dos Estados-membros foi comprometida pela atual crise económica europeia.

3.2.3 Custos das Migrações

Têm sido realizados poucos estudos quanto aos custos das migrações embora estes também possam influenciar os movimentos migratórios. Estes custos são calculados introduzindo, entre outras, variáveis como o salário, o emprego, os custos de deslocação, os custos de adaptação e os custos psicológicos. A decisão de migrar depende da forma como o indivíduo compreende a relação custos/benefícios (European Commission, 2000).

Para Hanson (2008), as medidas anti-imigração dos países mais ricos são responsáveis pelo reduzido fluxo de imigração que tem sido observado. Um visto apresenta-se por vezes como um custo demasiado elevado, tornando a migração um grande

encargo para o qual são necessárias certas capacidades¹⁴. O autor afirma ainda que, mesmo com os custos inerentes à migração, as diferenças ao nível do PIB *per capita* podem levar a um ganho de duas a três vezes mais após a migração. Como tal é, segundo de Haas (2009), fácil de assumir que as pessoas migram porque têm a expectativa que, ao fazê-lo, terão um aumento do seu bem-estar no longo prazo.

Adicionalmente, segundo a nova teoria da migração laboral, os agregados familiares ultrapassam as imperfeições do mercado e garantem o seu bem-estar através da migração, para se protegerem do desemprego. Assim, a forma como alguns agregados familiares subsistem é enviando alguns membros para lugares estratégicos, garantindo uma fonte de rendimento segura para os outros que permanecem, diminuindo assim os custos (Massey, 2003).

Devido aos custos acima referidos pode-se concluir que os migrantes são tanto mais seletivos quanto maiores forem as barreiras (de distância, físicas, sociais, etc.) que têm de ultrapassar.

3.3 A IMPORTÂNCIA DAS MIGRAÇÕES NA ECONOMIA DOS PAÍSES

A migração é um resultado do desenvolvimento, podendo mesmo levar a este. O desenvolvimento traz melhorias a nível económico e social. Segundo Kancs (2010), os indivíduos que se deslocam no mercado de trabalho internacional acompanham e influenciam o potencial do mercado. A forma como eles afetam as remunerações nos países nos quais se deslocam traduz-se num maior bem-estar mundial.

Para Knerr & Hamann (2006), os indivíduos de uma determinada classe social ao migrarem levam ao aumento do bem-estar para os indivíduos dessa mesma classe no país de origem, devido ao aumento real dos salários. Logo, as migrações conduzem ao aumento no rácio capital/rendimento no país de origem.

Atualmente, a Europa enfrenta grandes problemas demográficos, que podem ser mitigados através da migração. Estes benefícios são comprovados pelas diferenças de rendimento médio que existem entre países. Autores como Hanson (2008) concluem que as diferenças de rendimento nas economias europeias apenas podem deixar de existir com a migração.

¹⁴ de Haas (2009) define as capacidades de migração como o capital humano, social e material mobilizado para que seja possível que a migração se realize.

É lógico afirmar-se que a migração se deve às diferenças económicas e de desenvolvimento nas diferentes regiões. Se isto for certo, para diminuir a migração seria apenas necessário desenvolver as regiões menos desenvolvidas, acabando assim com as diferenças regionais. Segundo esta teoria, seriam as sociedades com mais desenvolvimento humano também as que possuiriam um maior nível de migração, devido ao aumento dos níveis de educação e informação, das especializações e as facilidades de transporte e comunicação.

3.3.1 As Remessas

O aspeto com maior relevância para estudar as ligações entre o desenvolvimento dos países e as migrações laborais internacionais são as remessas. São os migrantes mais ricos com educação e com maior nível de bem-estar que investem nas atividades transnacionais, sendo estas uma mais-valia para a diminuição das diferenças entre as classes. Adicionalmente, as remessas monetárias podem contribuir para o rendimento nacional influenciando o nível de vida no país de origem (Castles, 2000).

Knerr & Hamann (2006) define as remessas como transferências monetárias enviadas pelos migrantes para as famílias, ou para serem usadas em projetos de investimento no país de origem. Já para Knerr & Azhar (2007) as remessas são a porção dos salários dos migrantes que é enviada para o país de origem.¹⁵

O nível de remessas monetárias depende de uma diversidade de fatores (Puri e Ritzema, 1999), tais como: o desempenho económico dos países, a situação política, a estabilidade das taxas cambiais e de juro no país de origem, o nível de qualificação do migrante, o número de dependentes pelos quais serão repartidas as remessas, o total auferido pelo migrante, o nível de consumo e de poupança (tanto do migrante como dos dependentes), a carga fiscal (tanto do migrante como dos dependentes), os custos do migrante, etc.

Quando efetivamente as remessas são enviadas, estas podem ser enviadas com fins distintos. Castles (2000) menciona a existência de uma divisão das remessas em três categorias: o salário enviado para a família, para investimento e capital. Já Knerr & Hamann (2006) categorizam as remessas por razões do seu envio, destacando duas razões principais: (1) o altruísmo, isto é, o migrante quer ajudar a família e amigos e (2) a troca.

¹⁵ Este autor especifica ainda a definição de remessas sociais, como sendo estas os fluxos de capital social, ideias, etc. que são transferidos para os países de origem.

Os autores também mencionam o interesse material dos migrantes, os quais têm de garantir o seu património ou herança no país de origem e para tal fazem investimentos monetários para o conseguirem.

As remessas têm propensão a serem estáveis, podendo mesmo ser contra cíclicas, isto é, aumentando em períodos de crises económicas conjunturais e vice-versa. Tal acontece porque, em períodos de crise, há um aumento da necessidade de fornecer ajuda a familiares que atravessam dificuldades e suportar o aumento do custo de vida ou o desemprego. As remessas são pois consideradas um meio de prevenir ou ultrapassar os períodos de recessão económica provocados por choques económicos.

O país tem benefícios económicos associados ao aumento das remessas, nomeadamente: o aumento das receitas, a estabilidade da Balança de Pagamentos e o incentivo ao consumo e ao investimento. Além disto, Chi (2008) menciona que as remessas fornecem moeda estrangeira. Por outras palavras, as remessas impulsionam o crescimento económico na economia de origem. No entanto, esta dinamização da economia pode ser posta em causa pela inflação originada pelo aumento do consumo dos bens pelas famílias dos migrantes, dado que a súbita procura pode originar uma subida dos preços.¹⁶ Para minorar tal problema e tornar mais benéficas as remessas, Puri e Ritzema (1999) apresentam duas soluções: reformas nas políticas de estabilização económica a nível macroeconómico e maior eficiência da rede bancária, de forma a permitir a transferência eficiente das remessas e a sua aplicação em investimentos com retorno (o que não ocorre quando são enviadas através dos mecanismos informais de mercado).

3.3.2 Investimento em Capital Social e Humano

Borjas (2012) menciona que os fluxos migratórios são um investimento em capital social e humano. Para Borjas, o capital social são as condições a que o migrante está sujeito no seu quotidiano. A importância do capital social está na forma como este afeta o capital humano. Nomeadamente, uma criança com melhores condições sociais e um ambiente calmo terá maior sucesso em estudar e alcançar um elevado capital humano.

Como a deslocação é um investimento em capital humano, para os indivíduos terem um maior retorno, eles terão de maximizar o tempo do investimento. Desta forma, os mais

¹⁶ Os migrantes podem tornar-se consumidores temporários, investindo as remessas num determinado período. Isto vê-se, sobretudo, no caso dos retornados, os quais aplicam as suas poupanças em mercados inovadores (Marat, 2009).

jovens terão um maior retorno do investimento porque podem dedicar mais tempo à migração ou estadia no país de destino (Becker, 1962). Logo, quanto mais velhos, menor é o incentivo a migrar, uma vez que para maximizar o retorno é necessário que o investimento seja feito pelo maior tempo possível. Ora isto é menos provável com o aumento da idade.

Só quando é recuperável o custo inicial é que o indivíduo migra. Por isso, é que os emigrantes vão dos países de baixo rendimento para os de maior rendimento, sendo que quanto maior for a diferença de rendimentos entre os países maior será o fluxo migratório. Os migrantes movem-se para países com maior produtividade marginal para terem um maior retorno.

3.4 SÍNTESE

Neste capítulo procedemos a uma caracterização dos fluxos migratórios de acordo com a sua tipologia, determinantes e importância no desenvolvimento das economias.

Em termos de tipologia, os fluxos migratórios podem ser classificados quanto à sua localização, razões e duração. No que respeita à localização, a distinção mais frequente é entre migrações internas (nacionais) e externas (internacionais). Os motivos por detrás das migrações são variados, incluindo os de natureza económica, familiar, ideológica, insegurança política, entre outros. A duração pode ser temporária, por menos de um ano, ou permanente, superior a um ano.

Na abordagem dos fatores económicos determinantes dos fluxos migratórios é de destacar, como mais relevantes, as vantagens comparativas dos países, os processos de globalização e de integração económica e os custos inerentes. No âmbito das migrações, as vantagens comparativas dos países podem ser entendidas, sobretudo, por diferenças a nível salarial, de empregabilidade e de condições do mercado de trabalho. Os processos de globalização e de integração económica aparecem como responsáveis pelo aumento das deslocações de pessoas entre países, na medida em que contribuem para um maior acesso à informação, uma maior facilidade a nível do transporte e de comunicação e menores obstáculos à livre circulação de bens, serviços e pessoas. Contrariamente, os custos das migrações (de transporte, psicológicos, de adaptação, entre outros) constituem um entrave aos movimentos dos indivíduos.

Os fluxos migratórios acompanham e podem influenciar o potencial de desenvolvimento de uma economia. As migrações são importantes na medida em que

trazem externalidades positivas e negativas para os países de origem e de destino. Nomeadamente, a emigração pode reduzir a pressão populacional e trazer desenvolvimento para a economia no país de origem através das remessas mas, no lado oposto, também deixa de ser uma fonte de receita fiscal. Acresce que, no caso de indivíduos qualificados, há a perda do investimento feito na educação dos mesmos. Já no caso do país de destino, a imigração ajuda a combater a escassez de mão de obra, mas contribui para a diminuição dos salários, para além dos possíveis problemas sociais da integração dos imigrantes.

CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO

Como resulta dos capítulos anteriores, as teorias desenvolvidas até ao momento explicam as razões da migração, incluindo como determinante principal os diferenciais de riqueza dos países. Contudo, do ponto de vista empírico, a relação entre os fluxos migratórios e o crescimento e convergência económica não foi suficientemente estudada (Bodman, 1998; de Haas, 2010). Este capítulo procura dar um contributo no sentido de colmatar esta lacuna, olhando para a realidade europeia e colocando uma ênfase particular no caso português.

4.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo analisa empiricamente a relação entre os ciclos dos fluxos migratórios e os ciclos económicos, para os 15 países que constituíam a União Europeia (UE) antes do alargamento de 2004 e um conjunto de 4 países fora da UE (que serve como grupo de controlo), para o período que varia entre 1970 e 2010.

Por fluxos migratórios entende-se a diferença entre a imigração e a emigração, sendo a imigração as pessoas que abandonam o país de origem para se dirigirem para outro país e a emigração as pessoas que entram num país de destino.

Para o ciclo económico, seguimos a definição de Burns & Mitchell (1946:3), segundo a qual: (...) *cycle consists of expansions occurring at about the same time in many economic activities, followed by similarly general recessions, contractions, and revivals which merge into the expansion phase of the next cycle; this sequence of change is recurrent but not periodic; in duration business cycles vary from more than one year to ten or twelve years; they are not divisible into shorter cycles of similar character with amplitudes approximating their own* (...). Assim sendo, o ciclo económico passa por duas fases diferentes, a expansão e a contração, e dois pontos de inversão, o pico e a cava. A uma contração grave por mais de dois trimestres consecutivos atribui-se o nome de recessão e se esta for ainda mais grave e duradoura é chamada de depressão (Sorensen & Whitta-Jacobsen, 2010).

O estudo é conduzido para todo o período amostral e por subperíodos, os quais foram escolhidos tendo em conta dois eventos de relevância na história da UE: a introdução do euro e a atual crise económica e financeira. Em concreto, os subperíodos

analisados são: antes da entrada do euro (1970-1998), após a entrada do euro (1999-2010), antes da crise (1970-2007), para todo o período (1970-2010).

Inicialmente são examinadas as estatísticas descritivas das variáveis em análise, o PIB e os fluxos migratórios. De seguida, extraem-se os respetivos ciclos e estimam-se coeficientes de correlação de Spearman para se apurar o grau de sincronização entre eles. Para todo o período amostral, calculam-se as correlações contemporâneas e as correlações desfasadas e avançadas em dois períodos. A análise por subperíodos é conduzida olhando aos coeficientes de correlação contemporânea.

O período alusivo à crise económica europeia é um dos períodos históricos com maior incidência deste estudo, uma vez que tanto a Europa como países influenciados pela economia da mesma estão sobre os efeitos de um choque económico considerado como um dos maiores choques que até agora ocorreram.

Depois de serem avaliados os países em conjunto, é efetuada uma análise mais detalhada das dinâmicas dos movimentos migratórios em Portugal. No caso português são apresentadas as bases teóricas de contextualização histórica dos fluxos migratórios, bem como das causas dos mesmos. Adicionalmente, com base em estatísticas dos fluxos migratórios para períodos mais recentes, faz-se a caracterização das alterações na emigração e imigração portuguesas.

4.2 DADOS

Inicialmente pensou-se realizar o estudo da relação entre o PIB e a emigração. No entanto, e porque a emigração a partir da abolição do passaporte no espaço da União Europeia passou a deixar de ser contabilizada ou a ser contabilizada de forma descontínua para muitos países, incluindo Portugal, optou-se por trabalhar com os dados disponíveis que mais se assemelhavam aquilo que era desejado: os fluxos migratórios.

Assim, as variáveis utilizadas neste estudo são: o PIB_{pm} e os fluxos migratórios. O PIB_{pm} corresponde ao Produto Interno Bruto a preços de mercado, a preços constantes do ano de 2005, em milhões de euros. Os fluxos migratórios são a diferença entre imigração e emigração em milhares de indivíduos. O PIB de cada um dos países foi logaritmicado de forma a linearizar a tendência e estacionarizar a variância.

Os dados anuais que estão a ser dissecados ao longo deste estudo foram extraídos da base de dados da OCDE (*OECD Statistics, Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris*).

Foram selecionados 19 países, dos quais 15 da UE (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Suécia), dois europeus fora da UE (Noruega, Suíça) e duas grandes economias fora da Europa (Canadá, EUA). Este sub-grupo de quatro países serve como grupo de controlo ou de comparação com os restantes países, de forma a permitir que a análise estatística seja mais completa e robusta.

O período amostral decorre desde 1970 a 2010. Para os fluxos migratórios existem alguns valores em falta, nomeadamente: EUA - 1980; Bélgica - 1988; Dinamarca - 1980 e 1982; França - 1999; Alemanha - 1987 e 1991; Itália - 1977 e 1988. Para completar a série, foram tomados os valores da média da década em falta.

4.2.1 Estatísticas Descritivas do Produto

O quadro 1 contém as estatísticas descritivas dos valores (logaritmizados) do PIB: mínimo, máximo, média e desvio padrão.

Quadro 1: Estatísticas descritivas do PIB por país, para todo o período

País	Período	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
União Europeia					
Alemanha	1970-2011	13.88	14.71	14.35	0,25
Áustria	1970-2011	11.49	12.51	12.06	0,30
Bélgica	1970-2011	11.79	12.70	12.31	0,26
Dinamarca	1970-2011	13.50	14.30	13.94	0,25
Espanha	1970-2011	12.64	13.80	13.27	0,34
Finlândia	1970-2011	10.96	12.06	11.57	0,32
França	1970-2011	13.49	14.40	14.04	0,27
Grécia	1970-2011	11.22	12.25	11.79	0,27
Holanda	1970-2011	12.24	13.24	12.78	0,31
Inglaterra	1970-2011	13.15	14.10	13.63	0,31
Irlanda	1970-2011	10.28	12.11	11.20	0,59
Itália	1970-2011	13.36	14.22	13.90	0,26
Luxemburgo	1970-2011	8.91	10.44	9.67	0,51
Portugal	1970-2011	10.83	11.98	11.55	0,35
Suécia	1970-2011	14.08	14.95	14.49	0,26
Grupo de controlo					
Noruega	1970-2011	13.31	14.54	14.04	0,38
Suíça	1970-2011	12.53	13.17	12.83	0,19
Canadá	1970-2011	13.05	14.22	13.70	0,35
EUA	1970-2011	15.25	16.40	15.89	0,36

Fonte: Cálculos da autora, com base em dados da OCDE

Para o período de 1970 a 2011, o país que apresentou maior dispersão em torno da média do PIB na UE foi a Irlanda com 0,59, seguida do Luxemburgo com 0,51 e de

Portugal com 0,35. Já no grupo dos países de controlo o país que se destaca é a Suíça, apresentando um desvio-padrão bastante inferior ao dos restantes países de controlo os quais apresentam um desvio padrão relativamente próximo, sendo a Noruega com 0,38 a que lidera a variação do PIB neste grupo de países (mesmo assim apresentando uma dispersão relativamente baixa comparativamente aos dois países da UE que mais variaram).

A média oscilou entre o maior valor dos EUA (15,89) e o menor do Luxemburgo (9,67). Dos países da UE, o que possui uma média superior é a Suécia com um valor de 14,49.

Olhando ao mínimo e ao máximo, o país com maiores valores são os EUA (15,25; 16,40), por oposição aos mais baixos registados pelo Luxemburgo (8,91; 10,44).

4.2.2 Estatísticas Descritivas dos Fluxos Migratórios

As estatísticas descritivas sumárias para os fluxos migratórios, medidos em milhares de pessoas são apresentadas no quadro 2.

Quadro 2: Estatísticas descritivas dos fluxos migratórios por país, para todo o período

País	Período	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
União Europeia					
Alemanha	1970-2007	-199	1278	260	324
Áustria	1970-2010	-25	77	20	23
Bélgica	1970-2009	-8	64	22	20
Dinamarca	1970-2010	-9	29	9	8
Espanha	1970-2008	-64	716	151	242
Finlândia	1970-2010	-36	14	3	9
França	1970-2010	14	180	68	34
Grécia	1970-2008	-42	120	37	35
Holanda	1970-2010	-31	72	28	23
Inglaterra	1970-2007	-79	258	56	84
Irlanda	1970-2009	-43	68	8	26
Itália	1970-2006	-46	610	103	157
Luxemburgo	1970-2010	0	8	3	2
Portugal	1970-2010	-122	347	15	74
Suécia	1970-2010	-12	63	23	18
Grupo de Controlo					
Noruega	1970-2010	-1	43	11	11
Suíça	1970-2009	-58	98	21	31
Canadá	1970-2010	52	423	167	74
EUA	1970-2010	316	1309	785	314

Fonte: Cálculos da autora, com base em dados da OCDE

Como os fluxos migratórios correspondem à diferença entre a imigração e a emigração, os valores mínimos negativos apresentados por alguns países correspondem ao período em que ocorreu o maior excesso de emigração sobre a imigração. Neste grupo estão englobados: a Alemanha (-199, em 1975), Portugal (-122, em 1970 e 1971), Inglaterra (-79, em 1981), Espanha (-64, em 1980), Suíça (-58, em 1975), Itália (-46, em 1970), Irlanda (-43, em 1988), Finlândia (-36, em 1970), Holanda (-31, em 2006), Áustria (-25, em 1975), Suécia (-12, em 1972), Dinamarca (-9, em 1975), Bélgica (-8, em 1981) e Noruega (-1, em 1970 e 1989). Os países que apresentaram períodos de maior emigração que imigração apresentaram o pico deste fenómeno nas décadas de 1970 e 1980.

Os valores positivos expressos são referentes a períodos de maior excesso de imigração sobre a emigração. Os países apresentaram um máximo no excesso de imigração em diferentes períodos. Estes foram: a Alemanha (1278, em 1991), Áustria (77, em 1991), Bélgica (64, em 2008), Dinamarca (29, em 1995), Espanha (716, em 2007), Finlândia (14, em 2008/9), França (180, em 1970), Grécia (120, em 1991), Holanda (72, em 1975), Inglaterra (258, em 2005), Irlanda (68, em 2005/6), Itália (610, em 2003), Luxemburgo (8, em 2008/10), Portugal (347, em 1975), Suécia (63, em 2009), Noruega (43, em 2008), Suíça (98, em 2008), Canadá (423, em 1971), EUA (1309, em 1997).

Alguns dos países apresentam variações muito acentuadas dos fluxos migratórios em torno da média. No caso da UE foi a Alemanha a que maior dispersão apresentou (283), seguida da Espanha (242) e da Itália (157). Dos países europeus que fazem parte do grupo de controlo foi a Suíça (31) com a maior variação nos fluxos migratórios, e no grupo dos grandes países foram os EUA (314) que apresentaram a maior variância.

A média variou entre o valor mais baixo atingido pelo Luxemburgo (3) e o mais elevado da Alemanha (260). Dentro da UE destacam-se a Alemanha, pelo valor mais elevado (260), e, na situação oposta, a Finlândia e a Irlanda (3). Fora da UE, a Suíça e a Noruega exibem valores médios baixos a contrastar com a média muito elevada dos EUA (785).

Quanto ao mínimo e ao máximo, o país que apresenta os maiores valores são os EUA (316; 1304). No extremo está a Alemanha, com o menor valor mínimo (-199) e o Luxemburgo com país com o menor valor máximo (8).

4.3 ANÁLISE DOS CICLOS DO PRODUTO E DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Após o trabalho seminal de Burns & Mitchell (1946), tem sido consensual a literatura usar a definição de ciclo económico como sendo este as flutuações da atividade económica agregada em torno da sua trajetória de crescimento tendencial (ver, por ex., Lucas, 1977 ou Burda & Wyplosz, 2011). O ciclo é composto por fases de expansão/prosperidade ao mesmo tempo em quase todas as atividades económicas, seguidas por fases de recessões/depressões que iniciam a fase de expansão do ciclo que se segue. As características principais do ciclo económico são a recorrência desta sequência de “fases boas” alternadas com “fases más” e a sua não periodicidade, isto é os ciclos repetem-se variando na duração (Sorensen & Whitta-Jacobsen, 2010). Normalmente, a variável que é usada para avaliar os ciclos económicos é o produto real, isto é, a produção medida ao longo do tempo a preços constantes (Correia, 2000).

Como resulta da abordagem realizada nos capítulos anteriores, a evolução das migrações encontra-se relacionada com as flutuações económicas. É normal que quando a economia está em expansão, como há maior desenvolvimento e progresso, as migrações sejam mais dinâmicas, enquanto que nos períodos de recessão aumenta a probabilidade de retornados (Lee, 1966).

Nesta secção comparamos a evolução cíclica do PIB e dos fluxos migratórios, para verificar as semelhanças e diferenças dos respetivos movimentos desde os anos setenta do século XX até à atualidade.

4.3.1 Métodos de extração dos ciclos

Para a decomposição das séries nas componentes “ciclo” e “tendência” podem ser usados diversos procedimentos.¹⁷ Alguns dos mais recorrentes, segundo autores como Cogley (2006) e Guay & St. Amant (2005), são o filtro *band-pass* de Baxter-King (Baxter & King, 1999) e o filtro de Hodrick-Prescott (Hodrick & Prescott, 1997).

Para diferenciar entre os dois filtros de eleição pelos teóricos, temos de atender às diferenças entre ambos. O primeiro analisa um elevado número de séries reais sem se referir a nenhum modelo teórico. O segundo método implica a especificação da componente em estudo numa banda de frequência, extraindo-se apenas as flutuações nesse período.

¹⁷ Canova (1998) oferece uma boa revisão sobre os vários processos de decompor as séries nas componentes “ciclo” e “tendência”.

O filtro de Baxter-King (BK) adota uma perspectiva derivada da "teoria da análise espectral" das séries temporais, isolando a componente cíclica das séries temporais, ou seja, os movimentos associados com a periodicidade dentro de um certo intervalo de duração típica dos ciclos económicos. O filtro BK tem a propriedade desejável de preservar as flutuações neste período e eliminar todas as outras, ou seja, as de frequência mais baixa (associadas à componente tendência) e as de frequência elevada (derivadas de uma componente irregular, como seja a resultante de erros de medida). É usual extrair as componentes dos ciclos superiores a 6 trimestres e inferior a 32 trimestres (1,5 a 8 anos). O filtro é tanto mais eficaz quanto maior for o número de observações.

Por seu lado, o filtro de Hodrick-Prescott (HP) extrai uma tendência estocástica que se move lentamente ao longo do tempo e se presume não correlacionada com a parte cíclica. Neste método, assume particular relevância a escolha do parâmetro de alisamento (designado por λ), ou seja, de penalização das variações nas primeiras diferenças da componente cíclica. Geralmente, para dados trimestrais é escolhido um λ igual a 1600 e para dados anuais um λ igual a 6,25, 100 ou 400. Neste trabalho, usamos o valor de 6,25, recomendado por diversos autores como tendo uma boa performance para séries anuais (Ravn & Uhlig, 2002).

Para dados anuais, ambos os filtros apresentam resultados qualitativamente similares. Por esta razão, a análise que se segue incide sobre os *outputs* gerados pela aplicação do filtro BK, remetendo os resultados da aplicação do filtro HP para anexo.

4.3.2 Análise da evolução dos ciclos do produto e dos fluxos migratórios

As variáveis macroeconómicas relevantes dos países flutuam em torno do seu nível potencial porque eles são atingidos por diversos tipos de choques (nominais, reais, de oferta e de procura). Exemplos destes tipos de choques são crises no preço do petróleo, do mercado imobiliário, do mercado financeiro, etc. Estes choques podem ser simétricos, se afetam de forma idêntica o ciclo do PIB dos vários países, ou assimétricos, se apenas atingem alguns países/regiões ou se produzem diferentes efeitos em diferentes países/regiões (Baldwin & Wyplosz, 2004). Os *policy makers* podem fazer com que as flutuações sejam atenuadas através da implementação de políticas macroeconómicas (Sorensen & Whitta-Jacobsen, 2010).

É possível observar tais ciclos nos dados usados neste estudo, ou seja a flutuação dos fluxos migratórios e do PIB em torno da sua tendência de longo prazo, bem como os

períodos temporais de maior relevo para os países em análise. Para o efeito procedemos à representação gráfica dos ciclos das duas variáveis para os 19 países e para todo o período amostral. Os gráficos encontram-se no Anexo 1.

No período posterior à 2ª Guerra Mundial (GM) foi necessário investimento para a reconstrução da Europa traduzindo-se este investimento num grande crescimento económico sentido na maioria dos países.

De uma forma generalizada, o PIB de todos os países em análise foi negativamente influenciado pelas duas maiores crises económicas assistidas. Estas crises foram a de 1970 até 1980, altura das crises do petróleo (*oil price shocks*), do *stock market crash* e a crise de 2007 até ao presente.

No primeiro caso, a crise do petróleo de 1973 começou com o embargo dos países árabes aos EUA e seus apoiantes, tornando-se a assistir a um novo choque petrolífero em 1979 com a guerra Irão-Iraque. O *stock market crash* deu-se no início da década de 70, quando o sistema *Bretton Woods* entrou em colapso, afetando sobretudo a Inglaterra. Neste período, o mercado ficou *bearish*, ou seja entrou em queda, bem como o sistema monetário. Estas foram as primeiras crises económicas de relevo a ter origem a seguir ao *boom* económico do final da grande guerra (Compagnon & Thévenin, 1999).

O conflito de 1973 e de 1979 fez com que os produtores de petróleo aumentassem o preço do bem e dificultassem a sua exportação para países na Europa e extra europeus. Este acontecimento interferiu com todos os membros da CEE (Comunidade Económica Europeia). As crises do petróleo de 1973 e 1979 afetaram de forma significativa o produto da Alemanha (Graf. 16), da Suíça (Graf. 18), da Bélgica (Graf. 26), da Áustria (Graf. 28), da Finlândia (Graf. 30), da Dinamarca (Graf. 32), do Canadá (Graf. 34), da Espanha (Graf. 36), da França (Graf. 2), da Holanda (Graf. 4), da Inglaterra (Graf. 6), do Luxemburgo (Graf. 8), da Suécia (Graf. 38) com algum atraso, da Itália (Graf. 12) que no mesmo período estava sob a influência dos anos de chumbo (responsáveis por ataques terroristas no país), de Portugal (Graf. 22) com a agravante de nesta década encontrar-se numa situação política instável (o golpe de estado de 1974), da Grécia (Graf. 24) e dos EUA (Graf. 20). O único país que não foi afetado pela crise foi a Noruega (Graf. 14), justificado pelo facto de em 1969 terem sido descobertos na Noruega recursos petrolíferos (Compagnon & Thévenin, 1999).

Neste mesmo período da década de 1970 é possível observar que todos os países em estudo tiveram grandes variações a nível dos fluxos migratórios, com destaque para a

França (Graf. 2), a Inglaterra (Graf. 6), o Luxemburgo (Graf. 8), a Suíça (Graf. 18), os EUA (Graf. 20), Portugal (Graf. 22) e a Grécia (Graf. 24). Todos eles apresentaram fluxos migratórios negativos, variando o período em que eram afetados devido às leis ou situações políticas que influenciaram também os fluxos. Caso disso mesmo foi Portugal, que embora tivesse fluxos nesta década, em 1974, com a entrega das colónias, teve um grande aumento da imigração consequente dos retornados, alterando os fluxos. Outro caso é o da Alemanha, que estando dividida (Alemanha Ocidental e de Leste) tinha leis que impediam a circulação da população e consequente emigração. Mesmo assim, podemos observar que os fluxos tenderam a acompanhar as crises da década.

Na década de 1980, sobressaem os anos de 1987 e 1989. Em 1987 deu-se a segunda-feira negra com a queda da bolsa de valores de *Wall Street*. Este acontecimento afetou a Dinamarca (Graf. 31) e a Inglaterra (Graf. 5). A Inglaterra (Graf. 6) e a Dinamarca (Graf. 32) tiveram um decréscimo nos fluxos migratórios neste mesmo período. Em 1989 deu-se a queda do Muro de Berlim na Alemanha, com consequências diretas nas economias de alguns países. A Áustria (Graf. 27) é muito dependente da economia alemã, pela sua proximidade geográfica e histórica. Como tal, é fácil de compreender que a economia neste país antes da queda do Muro de Berlim tenha sido instável. A Finlândia (Graf. 29) entrou na pior recessão da sua economia. Este país tinha um nível de exportações para a antiga URSS muito elevado. Com a queda da União Soviética a Finlândia, passou de um grande crescimento económico para uma crise económica muito significativa, perdendo também competitividade comparativamente à Alemanha, país vizinho. Em 1989, a economia da França (Graf. 1) abrandou. Tal pode dever-se ao facto de a França ser um dos países que mais influenciava a Alemanha até esta data, aquando a queda do Muro de Berlim. A economia holandesa (Graf. 3) que já tinha um crescimento lento, em 1989 voltou a cair. As razões podem estar na proximidade de países em grande mudança (Gilbert, 2010). No entanto, estes acontecimentos não parecem ter implicado variações significativas nos fluxos dos países que mais foram afetados.

A Irlanda (Graf. 9) começou a ter um aceleração da economia a partir da década de 1990. Sendo chamada de tigre celta, ela foi afetada fundamentalmente pela bolha criada por esta aceleração excessiva. A Suécia (Graf. 37) também apresentou uma bolha imobiliária, durante esta década (Gilbert, 2010). A Irlanda manteve fluxos positivos mas relativamente baixos (Graf. 10). Já a Suécia (Graf. 38) apresentou um ligeiro decréscimo.

Em 1991 deu-se uma terceira crise petrolífera. Esta deveu-se sobretudo à guerra do Golfo e à nova oscilação dos preços do petróleo. Esta crise afetou, sobretudo, os seguintes países: Alemanha (Graf. 15), Suíça (Graf. 17), Bélgica (Graf. 25), Áustria (Graf. 27), Dinamarca (Graf. 31), Canadá (Graf. 33), Espanha (Graf. 35), França (Graf. 1), Luxemburgo (Graf. 7), Itália (Graf. 11), Portugal (Graf. 21), Grécia (Graf. 23), e EUA (Graf. 19) (Compagnon & Thévenin, 1999). Embora os países tenham mantido sobretudo fluxos migratórios positivos, eles apresentaram, contudo, um aumento significativo da emigração durante esta crise, acompanhando a tendência do PIB. O país que teve maiores fluxos migratórios foi a Alemanha (Graf. 16), uma vez que foram levantadas as restrições à migração impostas até então. Apesar disto, a imigração decresceu na maior parte dos restantes países.

Em 1992, uma bolha imobiliária atingiu a Suécia (Graf. 37). Esta crise afetou a também a Noruega (Graf. 13), a Dinamarca (Graf. 31) e a Finlândia (Graf. 29) (Gilbert, 2010). Mas, os fluxos dos países em análise não foram influenciados por este acontecimento.

Em 1994, o México que era uma referência do sistema financeiro mundial foi atingido pela especulação financeira, atingindo diretamente os EUA (Graf. 19) e outros países por todo o mundo. O Canadá (Graf. 33) tem uma zona de comércio livre com os EUA e o México, sendo influenciado pela história deles. Como tal, a crise mexicana de 1994 afetou a economia canadense (Gilbert, 2010). Mesmo assim, não foi uma causa influenciadora dos fluxos migratórios.

O período do início dos anos 90 foi acompanhado pela revolução digital até que, em 2000, se deu o *boom* da internet. Em 2000, os países foram atingidos pela bolha das empresas TIC (Tecnologias da informação e comunicação), a bolha da internet. A especulação e compra de ações das novas empresas recém-criadas ligadas à internet, levou a que as empresas até então excessivamente cotadas em bolsa acabassem por falir. Todos os países foram influenciados por esta crise, sendo a Grécia (Graf. 23) e a Inglaterra (Graf. 5) os menos afetados (Gilbert, 2010). O efeito deste tipo de choque também não aparenta ser sentida pelos fluxos migratórios.

Em 2001, os EUA (Graf. 19) foram vítimas de um ataque terrorista que atingiu o seu maior centro financeiro, o *Wall Trade Center*. Os EUA denotam algum decréscimo no ciclo do PIB neste mesmo período e os fluxos migratórios deste país (Graf. 20) apresentam também uma tendência decrescente.

O estudo da migração passou a ser particularmente importante a partir de 2008 (Kim, 2010), altura em que se deu outro choque económico com a maior crise financeira mundial iniciada pela especulação do mercado imobiliário nos EUA (Graf. 19), que originou o aumento do crédito desenfreado, deixando os países pertencentes à UE numa profunda recessão por contágio. Uma vez que o segundo maior fluxo de trabalhadores internos¹⁸ está localizado na UE desde a aplicação da livre circulação, esta região tem sido a principal afetada pela crise imobiliária americana referida como o *subprime*¹⁹. Desta crise têm sido vítimas todos os países em estudo, em maior ou menor escala. Embora nalguns países seja evidente a tendência decrescente dos fluxos, a amostra temporal é demasiado pequena para se poder concluir com absoluta certeza sobre o mesmo.

4.4 SINCRONIZAÇÃO ENTRE OS CICLOS DO PRODUTO E DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

É possível obter o grau de sincronização entre os ciclos do produto e dos fluxos migratórios fazendo o estudo das correlações entre eles. As correlações permitem-nos apurar se o ciclo dos fluxos migratórios (x_t) acompanha o comportamento do ciclo do PIB (c_t).

Quando existe uma correlação positiva, estamos perante um comportamento procíclico em que quando a variável c_t aumenta x_t também aumenta (e vice-versa). A correlação negativa indica um comportamento contracíclico, ou seja, quanto a variável c_t aumenta x_t diminui (e vice-versa). E se a correlação se mantiver próxima de zero sem sofrer grandes alterações ao longo do ciclo o comportamento observado é acíclico. O coeficiente de correlação (ρ) situa-se no intervalo $-1 \leq \rho \leq 1$ (Maroco, 2007).

Para extrair os coeficientes de correlação são considerados, em termos de base teórica, os métodos de Spearman e Pearson como sendo os métodos mais utilizados (Pestana & Gageiro, 2003). Neste trabalho, os valores das correlações são obtidos através do método de Spearman, no programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social*

¹⁸ Kim (2010) acrescenta que o fluxo que ocorre na UE é composto sobretudo por trabalhadores pouco qualificados que se deslocam para o setor secundário. Por esta razão, a indústria é o setor que apresenta maiores dificuldades.

¹⁹ O *subprime* refere-se ao segmento hipotecário dos EUA que durante um período de tempo serviu como uma forma das famílias com rendimentos insuficientes obterem empréstimos para comprar casa. Estes empréstimos, por serem fornecidos a pessoas com dificuldades financeiras, tinham um elevado risco de incumprimento acabando por se tornar impossível o cumprimento dos mesmos e originando uma crise a nível bancário (Amaral, 2009).

Sciences). A escolha de Spearman como método de extração dos coeficientes de correlação deve-se à vantagem de ser menos sensível à distribuição das variáveis do que Pearson.

Nos dois pontos seguintes, a análise da sincronização cíclica entre as duas variáveis em estudo é conduzida para todo o período amostral e por subperíodos.

4.4.1 Análise para todo o período

Como o ciclo dos FM's (Fluxos Migratórios) pode andar adiantado, atrasado ou sincronizado em relação ao ciclo económico, calcularam-se as correlações contemporâneas e as correlações com 2 períodos de desfasamento e de avanço, num total de 5 coeficientes para cada país. O mesmo procedimento foi adotado para analisar as correlações dos ciclos extraídos com o filtro HP. Os resultados constam do Anexo 3. As conclusões que se seguem para o filtro BK são idênticas às obtidas com o filtro HP.

O coeficiente de correlação entre a componente cíclica do PIB real no período t e o valor do ciclo dos FM's observado n períodos antes é dado por $\rho(x_{t-n}, c_t)$. Se este coeficiente for significativamente diferente de zero e superior ao valor da correlação contemporânea, então os FM's são um indicador avançado, isto é, a sua componente cíclica tende a preceder o ciclo económico.

Por seu lado, o coeficiente de correlação entre a componente cíclica do PIB real no período t e o valor do ciclo dos FM's observado n períodos mais tarde é dado por $\rho(x_{t+n}, c_t)$. Se este coeficiente for significativamente diferente de zero e superior ao valor da correlação contemporânea, então os FM's são um indicador desfasado, isto é, a sua componente cíclica tende a desfasar-se do ciclo económico.

O quadro 3 apresenta os coeficientes de correlação estimados pelo filtro BK, sendo que: a coluna (-2) contém $\rho(x_{t-2}, c_t)$; a coluna (-1) mostra $\rho(x_{t-1}, c_t)$; a coluna (0) indica a correlação contemporânea $\rho(x_t, c_t)$; a coluna (1) refere-se a $\rho(x_{t+1}, c_t)$; e a coluna (2) exhibe $\rho(x_{t+2}, c_t)$.

Quadro 3: Correlações entre os ciclos do PIB e dos Fluxos Migratórios, para todo o período

País	-2	-1	0	1	2
Países da UE					
Alemanha	-0,14	0,33**	0,55***	0,29*	-0,43***
Áustria	-0,05	0,17	0,35**	-0,04	-0,33**
Bélgica	-0,21	-0,09	0,11	0,40**	0,24
Dinamarca	-0,40**	-0,01	0,55***	0,36**	-0,34**
Espanha	0,12	0,15	0,08	0,23	0,25
Finlândia	-0,17	0,02	0,15	0,32**	0,10
França	0,08	0,20	0,07	-0,14	0,29*
Grécia	0,12	0,35**	0,18	-0,32**	-0,19
Holanda	-0,31*	-0,08	0,20	0,55***	0,34**
Inglaterra	-0,11	0,01	0,12	0,24	-0,05
Irlanda	-0,12	0,40***	0,35**	0,10	-0,11
Itália	-0,01	-0,09	-0,28*	-0,29*	0,25
Luxemburgo	-0,12	-0,05	0,21	0,28*	-0,06
Portugal	-0,29*	-0,32**	-0,11	0,30*	0,34**
Suécia	-0,19	0,13	0,30*	0,33**	0,17
Grupo de Controlo					
Noruega	-0,31*	-0,23	0,15	0,42***	0,25
Suiça	-0,35**	-0,01	0,58***	0,47***	-0,05
Canadá	-0,18	-0,12	0,24	0,37**	0,30*
EUA	0,04	-0,13	-0,06	0,10	0,26

Fonte: Cálculos da autora, com base em dados da OCDE

Nota: *, ** e *** denotam significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

No grupo dos países da UE verifica-se uma grande heterogeneidade de situações. As duas variáveis estão contemporaneamente correlacionadas e apresentam um grau de sincronização moderado no caso da Alemanha (0,55), da Dinamarca (0,55) e uma correlação baixa a moderada no caso da Áustria (0,35). A Irlanda (0,40) e a Grécia (0,35) apresentam um grau de correlação moderado, que atinge o seu máximo para $\rho(x_{t-1}, c_t)$, indicando que o ciclo dos FMs é avançado um período. No caso das correlações, com um valor moderado, exibidas pela Bélgica (0,40) e Holanda (0,55) verifica-se o desfasamento do ciclo dos FMs em um período. Também existe desfasamento de um ano no caso da Finlândia (0,32), Itália (-0,29), Luxemburgo (0,28) e Suécia (0,33), mas o grau de correlação é fraco. Portugal (0,34) e França (0,29) apresentam ciclos dos FMs desfasados dois períodos e uma fraca correlação. Não existe uma associação estatisticamente significativa entre os ciclos das duas variáveis no caso da Espanha e Inglaterra.

Quanto ao grupo de controlo, a Suíça (0,58) é o país onde se verifica um grau de correlação, que embora moderado, atinge o maior valor de entre todos os países em análise. As correlações são fracas e desfasadas no caso da Noruega (0,42) e do Canadá (0,37), que exibem um ano de atraso. Para os EUA, as correlações não têm significância estatística.

Em suma, parece ser possível concluir que a maioria dos países exibe uma correlação estatisticamente significativa de valor positivo (comportamento procíclico) mas de valor fraco a moderado, em termos contemporâneos ou com o desfasamento de um período.

4.4.2 Análise por subperíodos

No sentido de aferir se a criação da área do euro teria influenciado o grau de sincronização entre os ciclos do PIB e dos FMs, apuraram-se as correlações contemporâneas para o período antes da UEM (1970-1998) e após a UEM (1999-2010), constantes do quadro 4.

Quadro 4: Correlações entre os ciclos do PIB e dos Fluxos Migratórios, antes e depois da UEM

País	Antes da UEM	Após a UEM	Variação
Países da área do euro			
Alemanha	0,64***	0,12	(-)
Áustria	0,43**	0,15	(-)
Bélgica	0,08	0,17	(+/-)
Espanha	0,03	-0,14	(+/-)
Finlândia	0,15	0,05	(+/-)
França	0,19	-0,16	(+/-)
Grécia	0,23	0,25	(+/-)
Holanda	0,08	0,40	(+/-)
Irlanda	0,26	0,42	(+/-)
Itália	-0,27	-0,31	(+/-)
Luxemburgo	0,30	-0,06	(+/-)
Portugal	-0,17	-0,16	(+/-)
Suécia	0,33*	0,15	(-)
Inglaterra	0,21	-0,22	(+/-)
Dinamarca	0,56***	0,38	(-)
Grupo de controlo			
Noruega	0,10	0,04	(+/-)
Suíça	0,62***	0,44	(-)
Canadá	0,24	0,15	(+/-)
EUA	-0,32*	0,62**	(+)

Fonte: Cálculos da autora, com base em dados da OCDE

Nota: *, ** e *** denotam significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente; na coluna “variação” o sinal positivo indica aumento da correlação; o sinal negativo indica diminuição da correlação e o sinal (+/-) indica que a correlação se mantém.

No âmbito dos países que pertencem à área do euro, podemos verificar que a correlação entre os ciclos do PIB e dos fluxos migratórios diminuiu de forma acentuada após a UEM no caso da Alemanha e da Áustria. Os restantes 10 países não apresentam correlações estatisticamente significativas.

A Suécia e a Dinamarca são os países da UE (mas fora da UEM) que também viram o seu grau de correlação diminuído após a introdução do euro, passando de uma correlação positiva e moderada para um desligar do ciclo entre as duas variáveis.

No grupo de controlo, destaca-se a Suíça com uma redução expressiva do grau de sincronização enquanto os EUA apresentaram uma inversão do comportamento do ciclo, que antes da UEM era contracíclico e passa a procíclico após a introdução do euro.

Também era nossa intenção analisar a influência da crise no grau de sincronização entre as duas variáveis em estudo. Contudo, o reduzido número de observações no período da crise (2008-2010) inviabilizou esta pretensão. Assim, de forma meramente exploratória, decidimos confrontar o período antes da crise (1970-2007) com o período total (1970-2010), para avaliar se havia algum indício de tal alteração. O quadro 5 contém as correlações contemporâneas estimadas para estes dois subperíodos.

Quadro 5: Correlações entre os ciclos do PIB e dos Fluxos Migratórios, antes da crise e para todo o período

País	Antes da crise	Todo o período	Variação
Países da UE			
Alemanha	0,55***	0,55***	(+/-)
Áustria	0,32**	0,35**	(+/-)
Bélgica	0,09	0,11	(+/-)
Dinamarca	0,52***	0,55***	(+/-)
Espanha	0,16	0,08	(+/-)
Finlândia	0,16	0,15	(+/-)
França	0,12	0,07	(+/-)
Grécia	0,22	0,18	(+/-)
Holanda	0,22	0,20	(+/-)
Inglaterra	0,12	0,12	(+/-)
Irlanda	0,34**	0,35**	(+/-)
Itália	-0,28*	-0,28*	(+/-)
Luxemburgo	0,15	0,21	(+/-)
Portugal	-0,08	-0,11	(+/-)
Suécia	0,37**	0,30*	(+/-)
Grupo de controlo			
Noruega	0,09	0,15	(+/-)
Suíça	0,55***	0,58***	(+/-)
Canadá	0,26	0,24	(+/-)
EUA	-0,10	-0,06	(+/-)

Fonte: Cálculos da autora, com base em dados da OCDE

Nota: *, ** e *** denotam significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente; ; na coluna “variação” o sinal positivo indica aumento da correlação; o sinal negativo indica diminuição da correlação; o sinal (+/-) indica que a correlação se mantém.

Como se esperava, dadas as amostras em confronto, no cômputo geral, não há alterações relevantes no grau de correlação quando se comparam os dois períodos. Apenas se verificam ligeiras alterações nos casos da Áustria, Dinamarca, Irlanda, Suécia e Suíça.

4.5 DINÂMICA DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

Portugal é um país que merece especial atenção pois constitui um *case study* com particularidades a ter em conta no que respeita à riqueza e à migração. Quanto à riqueza, Portugal é um dos países com piores resultados da UE e quanto à migração não consegue ter fluxos emigratórios ou imigratórios que denote se é um país de emigração ou de imigração, quase equilibrando-se os dois fluxos (Peixoto & Fonseca, 2008).

Olhando à evolução histórica, os estudos realizados para Portugal mostram que ocorreu uma alteração substancial nos anos 1970 fruto das mudanças na conjuntura económica social e política desta década, as quais, como refere Peixoto (2008), são influenciadoras das migrações. A realidade portuguesa como um país de grande emigração mudou, tornando-se a emigração um acontecimento raro ou inexistente nas duas décadas seguintes.

A década de 1980 foi marcada pela adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), com a conseqüente diminuição rápida dos fluxos dos movimentos de saída e um acréscimo dos fluxos de entrada, tendo-se verificado o retorno de muitos emigrantes. O caso português é peculiar se tivermos em conta que, contrariamente ao que é habitual, na sequência da adesão de países menos desenvolvidos a uma união económica, não houve extinção dos movimentos de saída: eles foram identificados nos anos 1990 e continuam a dar sinais a partir de então (Peixoto, 2008).

Segundo Peixoto (2012), Portugal tornou-se um caso atípico: antigo país de emigração incontestável passou, na década de 1990, a ser considerado um país de imigração, embora não por muito tempo. Esta mudança de fluxos tendencialmente emigratórios para imigratórios tem o nome de regime migratório. Pode, assim, afirmar-se que as condições estruturais de Portugal lhe permitiram ser um país de emigração e imigração, ou seja ter um regime migratório misto, em que os dois fluxos estão praticamente equilibrados.

Nesta secção efetua-se a caracterização dos movimentos migratórios em Portugal, tendo como fontes principais os dados disponíveis do INE e da PORDATA. É de salientar a interrupção na série estatística entre 1988 e 1992, resultante da alteração da fonte

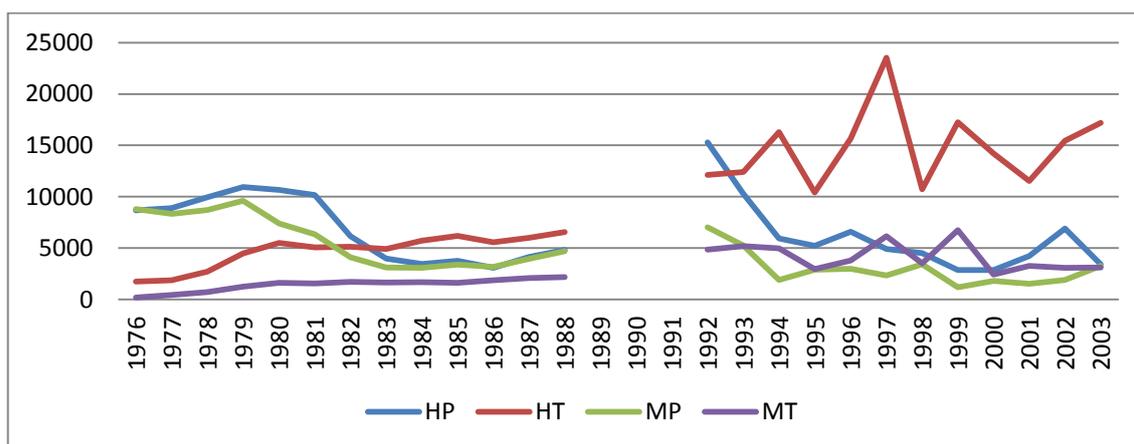
utilizada para detetar os emigrantes, o que limita a amostra temporal. Até 1988 prevaleceu a contagem da emigração baseada nos passaportes. A extinção destes, por força da adesão à UE, levou a que o Instituto Nacional de Estatística (INE) desencadeasse um novo processo de medição, de tipo “indireto”, baseado num inquérito por amostragem (“Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída”).

4.5.1 Evolução da emigração

As dinâmicas da emigração são analisadas tendo em conta a duração e género, a faixa etária e as remessas geradas.

4.5.1.1 Emigração por duração e género

A figura 1 mostra a evolução da emigração portuguesa entre os anos 1976 e 2003, cruzando a sua duração (permanente ou temporária) com o género.



Fonte: elaboração própria, com base em dados do INE

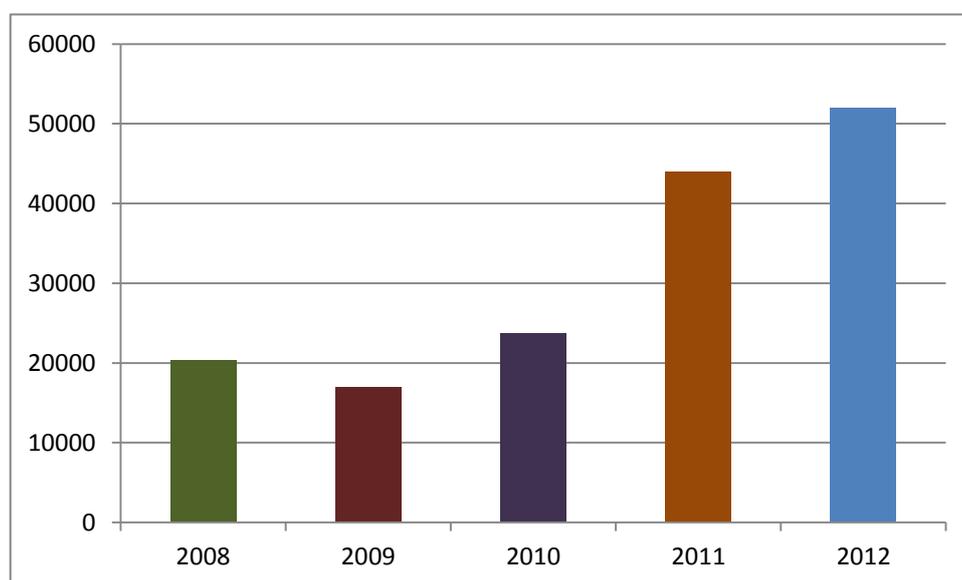
HP: género masculino, emigração permanente; HT: género masculino, emigração temporária; MP: género feminino, emigração permanente; MT: género feminino, emigração temporária

Figura 1. Emigrantes por duração e género, em milhares

A emigração total nos anos 1990 é superior à dos anos 1970 e 1980. O final da década de 1970 e início da década de 1980 caracteriza-se por uma diminuição na migração permanente e um aumento na migração temporária, embora a emigração se tenha mantido em valores estáveis. A década de 1990 exhibe constantes flutuações na emigração, sobretudo a temporária, sendo que a partir de 2001 se nota um crescimento acentuado na emigração temporária e uma diminuição na emigração permanente do género masculino e a quase estagnação para o género feminino.

É de salientar o pico na emigração temporária em 1997, em que mais do dobro dos emigrantes são temporários e do género masculino, sendo que mesmo as mulheres emigrantes temporárias ultrapassam, neste período, os homens emigrantes permanentes. Estes emigrantes temporários, saíam do país no período compreendido entre 6 a 12 meses, com o objetivo maximizar os ganhos auferidos no país de destino.

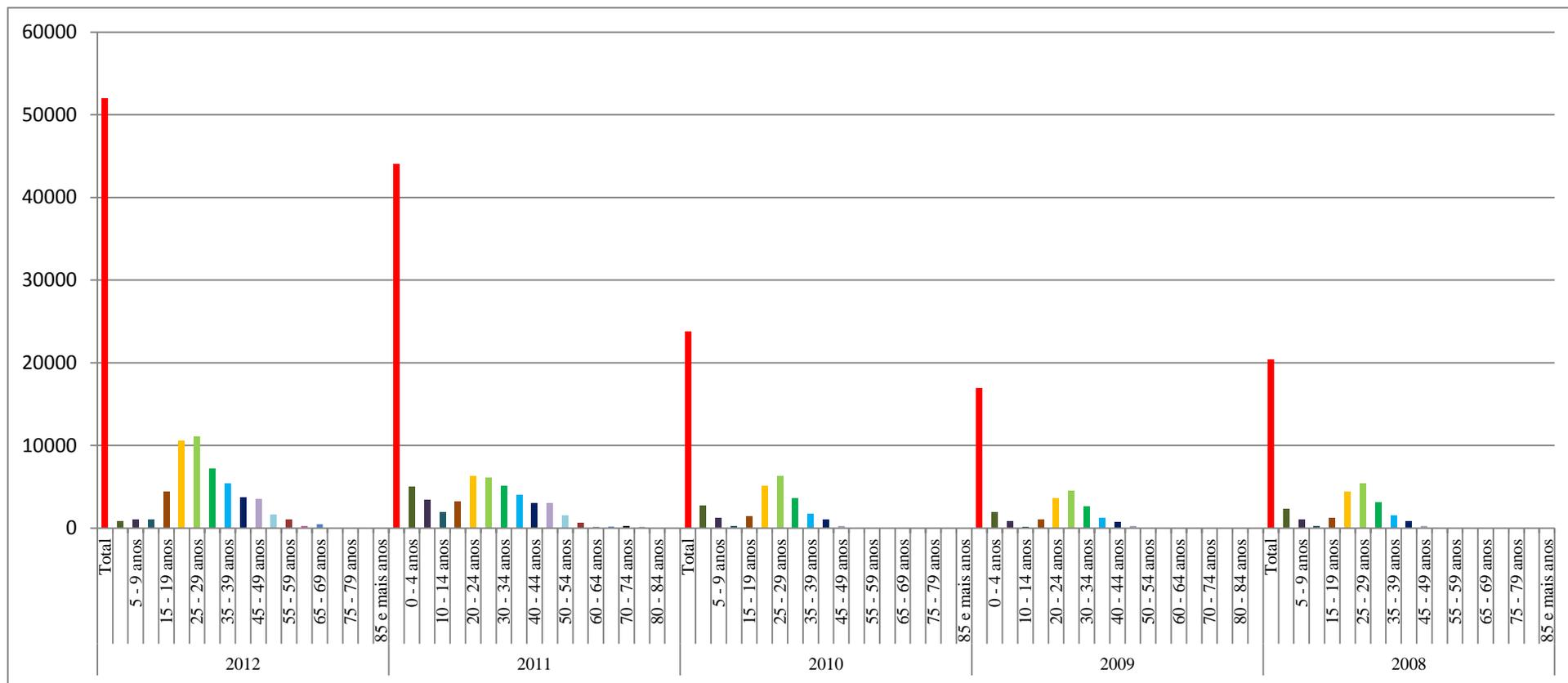
Se atendermos aos dados mais recentes sobre a emigração total permanente (figura 2), constatamos que esta tem vindo a aumentar continuamente desde 2009, ano que marca o início da crise económica em que o país está ainda presentemente envolvido. Em 2011, o total de emigrantes permanentes, aumenta para o dobro, continuando a crescer em 2012.



Fonte: elaboração própria, com base em dados do INE

Figura 2. Emigração Portuguesa Permanente, em milhares

4.5.1.2 Emigrantes por faixa etária



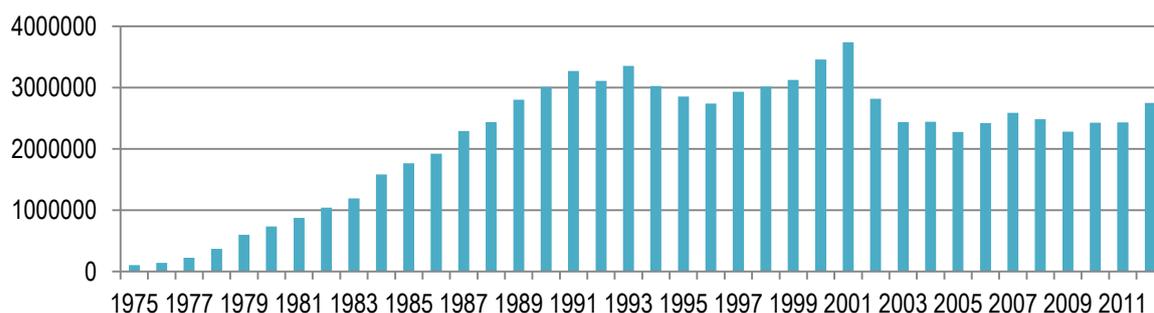
Fonte: elaboração própria, com base em dados do INE

Figura 3. Emigrantes por faixa etária, em milhares

Como é visível na figura 3, entre 2008 e 2012, a emigração a partir dos 65 anos é quase residual. Desde 2008 que a emigração portuguesa tem predominância na faixa etária dos 15 aos 29 anos. A emigração até aos 15 anos, também engloba uma percentagem relevante dos emigrantes. É de notar que, em 2012, a maior percentagem dos emigrantes estava localizada entre os 15 e os 50 anos, idade em que a população se encontra mais ativa e com possibilidade de ter maiores retornos.

4.5.1.3 Remessas da emigração: valor e origens

As remessas da emigração em Portugal têm constituído uma percentagem significativa do PIB (Peixoto & Fonseca, 2008). Isto revela o forte impacto da emigração na riqueza do país, justificando que se analise o valor das remessas enviadas para Portugal, bem como a origem das mesmas (figura 4).

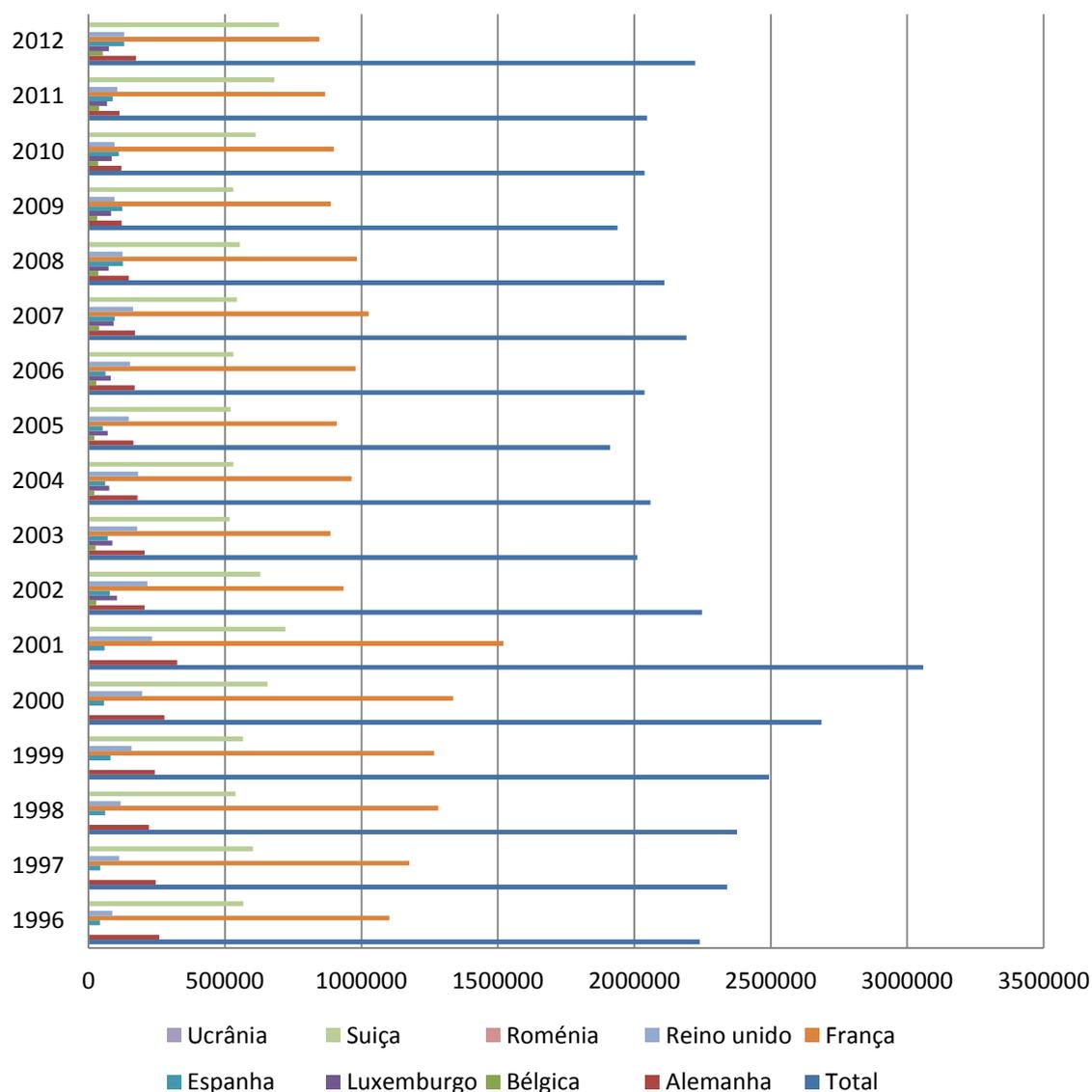


Fonte: elaboração própria, com base em dados da PORDATA

Figura 4. Remessas de emigrantes, em milhares de euros

As remessas dos emigrantes exibem um aumento contínuo desde 1975 até 1991, altura em que começaram a sofrer algumas oscilações. De 1993 até 1995 e de 2001 até 2005 têm um decréscimo. Desde 2009 que se inicia um novo período de aumento no valor das remessas, embora de forma modesta. No total do período analisado, destaca-se o ano de 2001 como sendo aquele em que as remessas atingem maior expressão.

É também importante analisar quais os países de origem das remessas dos emigrantes portugueses. A figura 5 destaca os países da Europa.

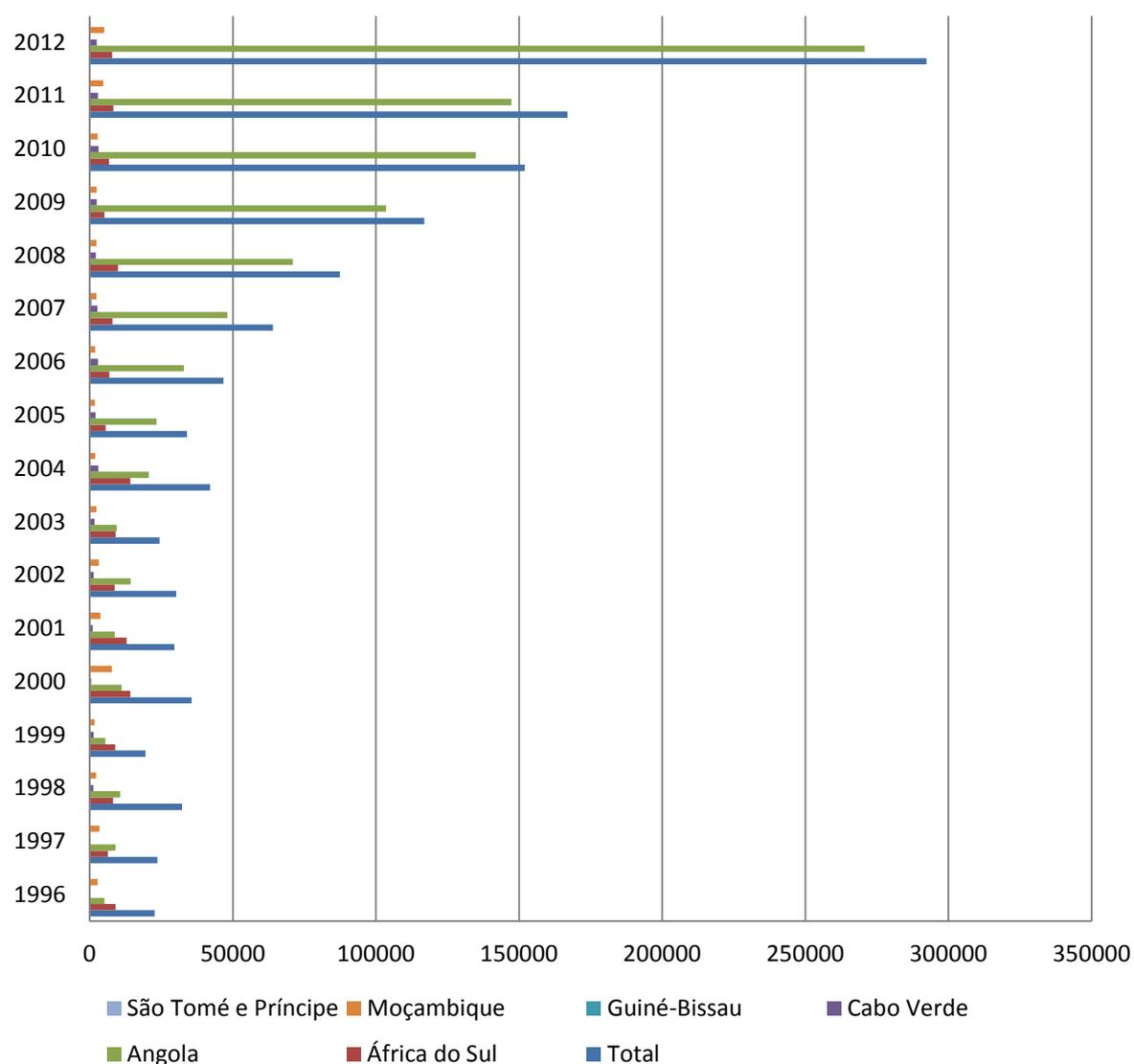


Fonte: elaboração própria, com base em dados da PORDATA

Figura 5. Remessas de emigrantes – Europa, milhares de euros

Na Europa, o maior valor das remessas tem proveniência de França, seguindo-se a Suíça e a Alemanha. A França e a Suíça ocupam mais de metade do total de remessas, demonstrando, assim, a importância destes países na escolha dos emigrantes portugueses, que, tendo em conta o valor de remessas emitido, devem constituir uma elevada percentagem da população emigrante total destes mesmos países.

Mais recentemente, com a crise económica, a emigração tem-se direcionado para outros continentes, como o africano, o que está patente no aumento das remessas portuguesas daí provenientes (figura 6).

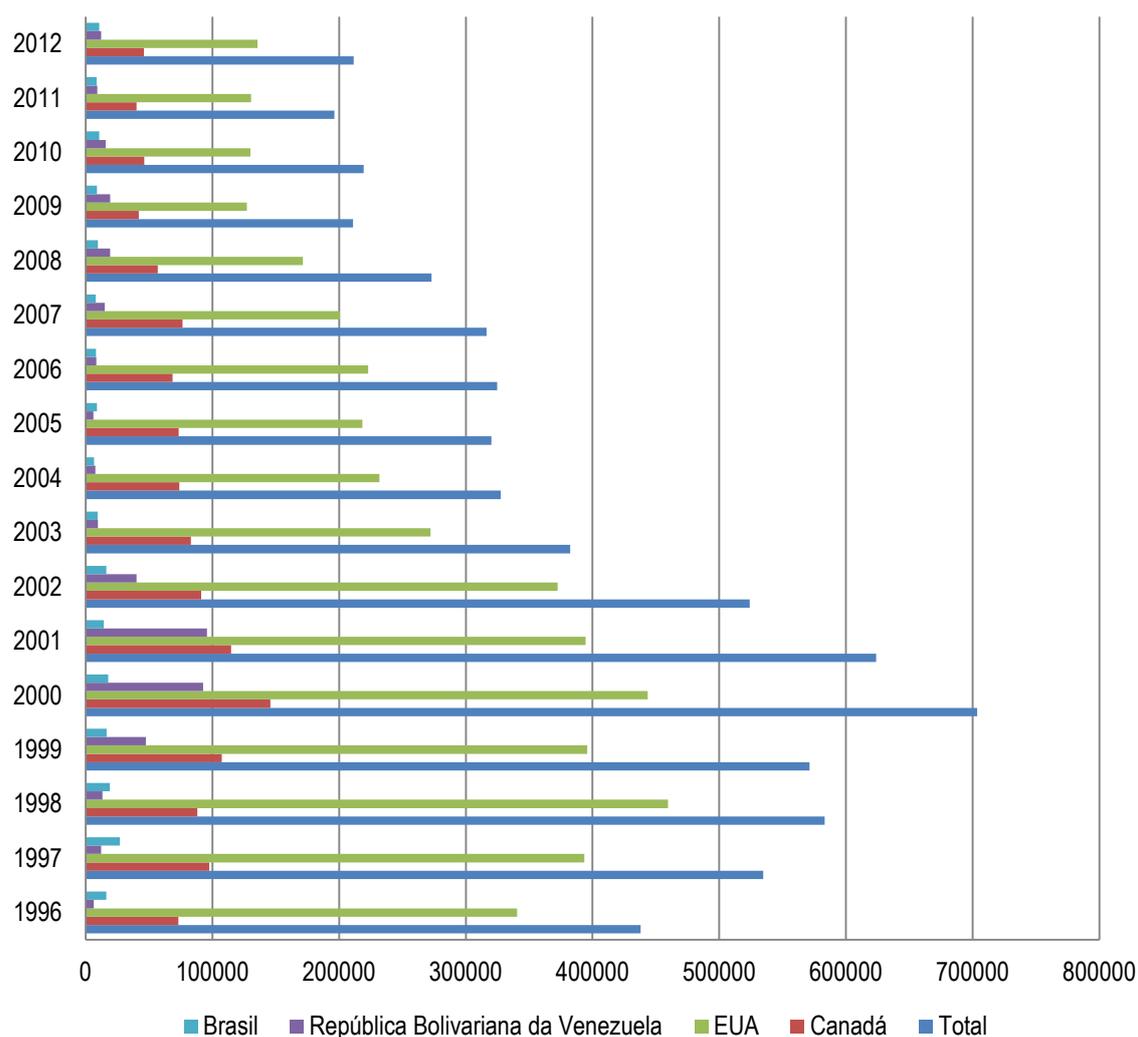


Fonte: elaboração própria, com base em dados da PORDATA

Figura 6. Remessas de emigrantes – África, milhares de euros

No âmbito das remessas oriundas do continente africano, o seu valor é superior quando são provenientes de Angola, a que se seguem as da África do Sul.

Em relação ao continente americano (figura 7), o primeiro lugar é ocupado pelos EUA, seguido do Canadá.



Fonte: elaboração própria, com base em dados da PORDATA

Figura 7. Remessas de emigrantes – América, milhares de euros

Em suma, analisando os três continentes em simultâneo, para todo o período amostral, conclui-se que o Europeu é aquele de onde provem o maior valor das remessas portuguesas. No entanto, mais recentemente, a emigração tem-se direcionado para outros países como é o caso de Angola.

4.5.2 Evolução da imigração

O estudo da imigração cobre-se de especial importância, uma vez que a imigração é uma forma de combater problemas demográficos, favorece a taxa de atividade com imigrantes mais jovens, além da taxa de fecundidade ser frequentemente superior e permite um aumento na receita líquida do Estado bem como a expansão económica no setor privado (Abreu & Peixoto, 2009).

4.5.2.1 Comparação da imigração em Portugal com outros países

Os estudos sobre a imigração em Portugal mostram que ela é um fenómeno relativamente recente. Até 1980, Portugal era um país com maior tendência à emigração que à imigração, situação que deixou de ser tão visível devido ao 25 de Abril de 1974 e ao processo de descolonização. Esta tendência só foi alterada pelos imigrantes da Europa de Leste, originários da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, durante a década de 1990. Até esta altura, os imigrantes eram sobretudo provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP (Cabral & Duarte, 2012).

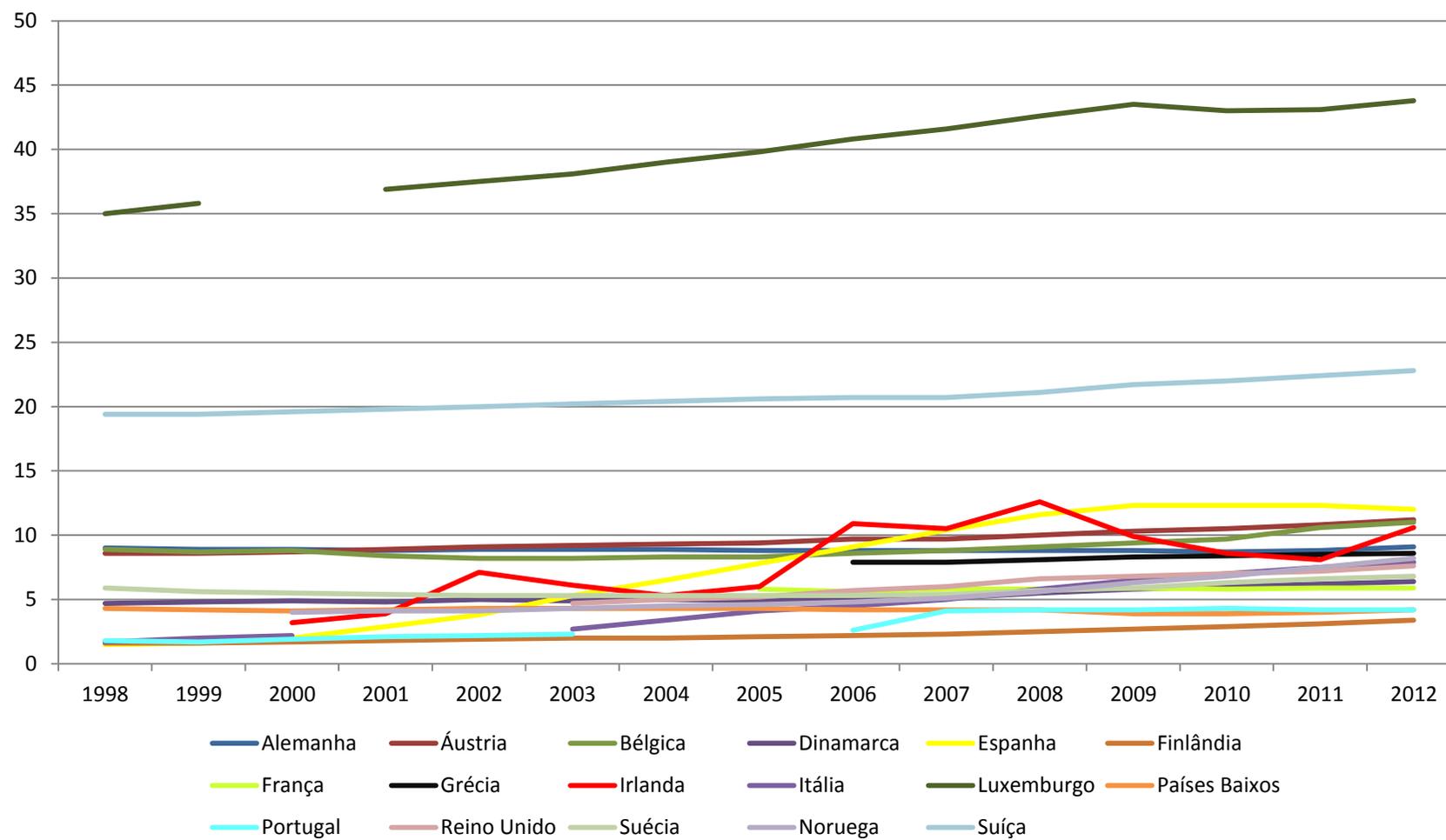
De acordo com Peixoto (2007), os fluxos da imigração portuguesa foram sentidos em três períodos principais. O primeiro é o período posterior à queda do regime em 1974, em que se deram fluxos dos retornados e de alguns dos nativos das colónias devido à instabilidade política económica e social. O segundo período de imigração deu-se a partir da entrada de Portugal para a CEE em 1986, com fluxos dos PALOP e da Europa Ocidental.²⁰ O terceiro fluxo dá-se a partir de 1990, proveniente do Brasil e do Leste Europeu. De notar que os imigrantes dos antigos Estados da URSS, grande maioria ilegais, são cada vez mais distantes e com menores semelhanças e ligações à cultura portuguesa. Poderemos considerar a existência de um quarto período, o da atualidade, iniciado com a crise económica ainda em vigor. Neste, a imigração decresce em grande escala e apenas permanece alguma imigração brasileira devido às ligações com Portugal.²¹

A figura 8 apresenta os dados relativos à população estrangeira, em percentagem da população residente, para 17 países europeus, no período 1998-2012.

As estatísticas demonstram que, a partir de 1998, os países que possuíam a mais elevada população estrangeira em percentagem da população residente eram o Luxemburgo, seguido da Suíça e da Bélgica. Os primeiros dois países mantiveram sempre a posição de destaque distanciando-se dos restantes. Já a Bélgica foi ultrapassada pela Áustria a partir de 2000, pela Irlanda em 2005 e pela Espanha em 2006. Por seu lado, Portugal encontra-se entre os países que menos população estrangeira em percentagem de residentes possui, ocupando a penúltima posição na amostra de países em análise.

²⁰ Segundo Peixoto (2008), a liberalização do mercado e o projecto comum da UE despoletaram a necessidade de mão-de-obra, sobretudo para a construção civil. Como este setor oferece poucas condições contratuais, poucos retornos e o trabalho é intensivo, características de um mercado secundário, torna-se indesejado para os naturais, sendo que estas vagas são ocupadas pelos imigrantes.

²¹ O fluxo de brasileiros em 2001 é denominado de segundo fluxo.



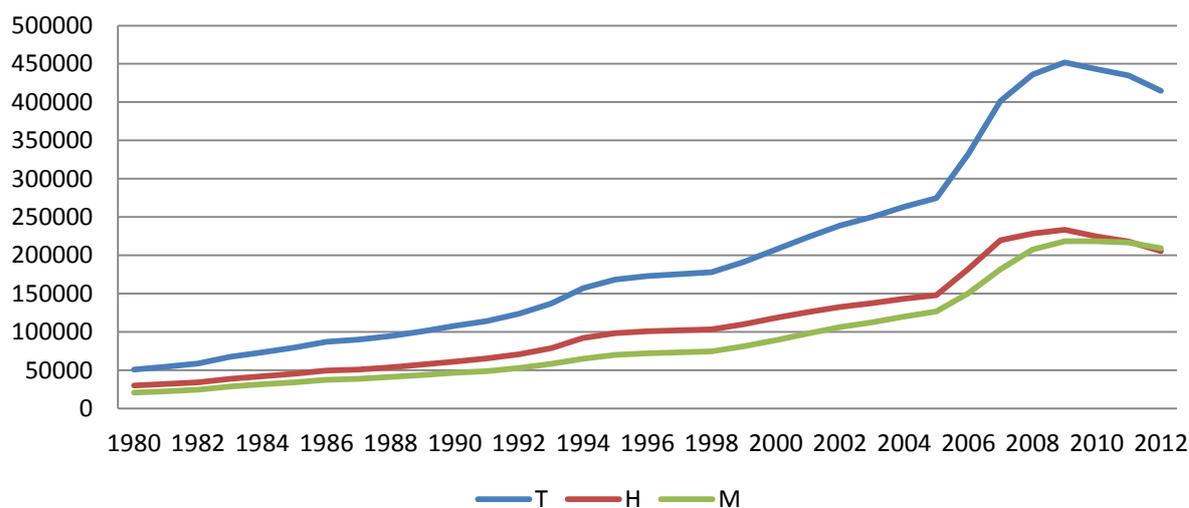
Fonte: elaboração própria, com base em dados da PORDATA

Figura 8. População estrangeira em percentagem da população residente, em %

4.5.2.2 População estrangeira legalizada

Um aspeto importante a considerar tem a ver com a legalidade dos imigrantes. No passado, verificou-se uma grande percentagem de imigração ilegal, a qual foi comprovada com os processos de regularização que legalizaram uma grande maioria de imigrantes em 1992-1993, 1996 e 2001 (esta última para a atribuição de vistos temporários de trabalho).

A partir da década de 2000, aumenta substancialmente o número de imigrantes legalizados, tanto homens como mulheres (figura 9).



Fonte: elaboração própria, com base em dados do INE

T: Total; H: Homens; M: Mulheres

Figura 9. População Estrangeira Legalizada em Portugal, em milhares

4.6 SÍNTESE

Este capítulo centra-se no estudo empírico da relação entre o ciclo dos fluxos migratórios e o ciclo do produto, para um conjunto de 19 países (15 da UE, dois extra UE e dois grandes países), no período compreendido entre 1970 e 2010.

Após uma análise sucinta das estatísticas descritivas das variáveis, é avaliada a relação entre os ciclos do PIB e dos FMs, extraídos com os filtros de Baxter-King e de Hodrick-Prescott, através de análise gráfica e do cálculo de coeficientes de correlação de Spearman.

A partir dos resultados obtidos para todo o período, depreende-se que a maioria dos países exibe uma correlação estatisticamente significativa de valor positivo (comportamento procíclico), mas de valor fraco a moderado, em termos contemporâneos ou com o desfasamento de um período. Da análise por subperíodos decorre alguma evidência de que a entrada para a UEM implicou uma alteração na associação cíclica entre

as duas variáveis para alguns países. Quanto à influência da crise no grau de sincronização a insuficiência de dados para o período da crise não permitiu concluir no sentido de ter havido alterações relevantes.

Na última secção é dado destaque ao estudo do caso português, analisando a evolução dos movimentos migratórios e efetuando a respetiva caracterização. Esta análise é acompanhada esporadicamente de alguns apontamentos de momentos históricos, políticos, económicos e sociais que influenciaram a dinâmica dos fluxos de emigração e imigração em Portugal.

Em termos gerais, para o período analisado, podemos extrair as seguintes conclusões: (1) a emigração tem vindo a aumentar desde 2009, é composta principalmente por emigrantes temporários do género masculino e, desde 2008, que os emigrantes pertencem sobretudo à faixa etária entre os 15 e os 29 anos; (2) as remessas da emigração têm vindo a sofrer um aumento e são na sua maioria oriundas da Europa; (3) mais recentemente, a emigração tem sido redirecionada para países como Angola, como se constata a partir do aumento das remessas provenientes deste país; (4) a imigração apresenta-se maioritariamente composta pelo género masculino, exibindo um crescimento contínuo desde 1980 até 2008, tendo vindo a decrescer desde então; (5) os países com maior percentagem de população estrangeira em relação à população residente são o Luxemburgo, seguido da Suíça e da Bélgica, sendo que Portugal ocupa um lugar de pouco relevo.

De referir ainda que, em linha com o diagnosticado noutros estudos, constatou-se que nas décadas de 1980 e 1990 a realidade de Portugal como um país de grande emigração mudou, tornando-se a emigração um fenómeno de pouca expressão. Em simultâneo, a imigração aumentou continuamente neste período, intensificando-se durante a década de 1990. Após a ocorrência da atual crise económica a que a Europa está a assistir, a emigração começou a aumentar continuamente, desde 2009, fruto da degradação da situação socioeconómica em Portugal²², e a imigração a reduzir-se substancialmente.

Em jeito de balanço prospetivo, podemos antever que, face às previsões conhecidas de fraco crescimento económico e de aumento da taxa de desemprego, os fluxos de emigração em Portugal continuem a crescer; contrariamente, os números de imigração deverão diminuir face à perspetiva de redução dos postos de trabalho.

²² Efetivamente, a taxa de desemprego portuguesa tem aumentado de forma galopante nos últimos anos, com muita expressão no grupo dos jovens e dos qualificados. Segundo a OCDE (2010) a taxa de emigração de qualificados portugueses apresentou-se como sendo significativa ao ponto de que em França, país com uma elevada percentagem de emigrantes portugueses, se encontram 4,1% de emigrantes portugueses com o ensino superior.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

As migrações populacionais são estudadas desde o aparecimento do homem e são caracterizadas como um fenómeno demográfico fundamental na procura da satisfação das necessidades do ser humano. Como sabemos, as nossas necessidades são ilimitadas mas os recursos disponíveis para as satisfazer são limitados e nem sempre estão disponíveis no mesmo local. Assim sendo, para suprir as necessidades que não estejam próximas fisicamente, o homem opta por deslocar-se, ou não.

Com o crescimento e o desenvolvimento económico, a sociedade evoluiu e tornou-se mais fácil aceder às nossas necessidades. Mas tal como a globalização e a integração económica permitiram facilitar a deslocação de bens, serviços e capitais, também vieram a abrir as fronteiras e facultar os meios para as deslocações populacionais. Com a interligação cada vez maior das economias, a prosperidade económica acentua-se e propaga-se mas, tal como esta se propaga, também os choques económicos o fazem e como a redução das ferramentas de intervenção na política nacional têm vindo a desaparecer, os efeitos das crises são cada vez mais intensos. Num modelo económico em que as nossas necessidades são satisfeitas mais facilmente, com os choques económicos as economias podem de um dia para o outro passar de quase tudo prover a prover quase nada com apenas a primeira flutuação do choque.

Para melhor compreender as reações da população às flutuações das economias (recessões e expansões), é desenvolvido este estudo sobre as ligações entre os ciclos dos fluxos migratórios e do produto dos países.

5.1 “ESTADO DA ARTE”

Para o bom entendimento desta temática é necessário ter em conta o “estado da arte”. Neste são encontradas várias perspetivas teóricas, sobretudo referentes às razões que levam à deslocação dos indivíduos entre os países. Embora existam alguns pressupostos assumidos pelos autores, na sua maioria verifica-se a elaboração de várias teorias, coincidentes em alguns casos, acabando por existir demasiadas perspetivas que são apenas alguns acréscimos à teoria clássica de Ravenstein. No geral, os autores entram em consenso quanto à deslocação por necessidade e quanto à estimação de uma função do ganho e da perda, a qual tem de ser positiva.

As teorias podem ser divididas em três vertentes: a clássica, que contribuiu para a elaboração das restantes; a neoclássica que se divide numa abordagem micro-social, centrada sobretudo nas decisões do indivíduo ou da sua família, e na abordagem macro-social, centrada nos fatores de impulsão e repulsão por parte dos países de destino e de origem e a Nova Teoria Económica do Mercado Laboral, que se centra na minimização do risco do agregado familiar com o envio de membros para exercerem diferentes funções laborais.

Os fluxos migratórios têm características que permitem defini-los, existindo vários tipos de migrações. Estas podem ser definidas quanto à localização: internas, se têm lugar entre a cidade e o meio rural; internacionais quando atravessam fronteiras. No que toca às razões estas podem ser: económicas; de negócios; irregulares; forçadas. Quanto à duração, podem ser: permanentes (superiores a 1 ano) ou temporárias.

Já quanto aos fatores dos países que são determinantes para que se realizem as migrações há que considerar as vantagens comparativas entre os países, nomeadamente se estes têm níveis salariais superiores, se têm taxas de desemprego inferiores, melhores condições de vida, etc. Também são determinantes importantes a globalização e os processos de integração económica, bem como os custos da migração. No primeiro caso, estes processos facilitam as comunicações, as deslocações, e também aumentaram a disponibilidade de informação; no segundo, os custos dificultam quando são superiores aos ganhos que os indivíduos acreditam vir a auferir se migrarem.

As migrações têm diversas envolventes. No entanto, são um fator com especial importância pela sua influência na economia dos países. Elas permitem a transferência de remessas e contribuem para o desenvolvimento do capital social e humano, além de aumentarem o consumo privado e influenciarem os bens procurados.

5.2 CONCLUSÕES EMPÍRICAS

No âmbito do estudo empírico, foram extraídos os ciclos do produto e dos fluxos migratórios através do método BK e HP. Foi feita a sua análise gráfica, para um grupo de 15 países da UE e um grupo de controlo de 4 países fora da UE, no período entre 1970 e 2010.

A caracterização gráfica dos ciclos permitiu concluir que apenas choques económicos muito significativos fazem as economias de vários países entrar em contração económica acompanhada pela flutuação dos fluxos. Outros choques, embora possam afetar

ambas as variáveis em um ou outro país, não têm um efeito que se propague pelas diferentes economias.

O cálculo das correlações de Spearman permite relacionar os ciclos do PIB e dos FMs para obter o grau de sincronização entre ambos. Com esta abordagem é possível compreender se os dois ciclos têm uma correlação forte ou fraca e se os FMs se apresentam avançados ou atrasados em relação ao ciclo económico. Em geral, conclui-se por correlações contemporâneas, baixas e moderadas, na maior parte dos casos atrasadas um ano em relação ao PIB. A correlação superior é exibida pela Suíça (0,58). Portugal apresenta uma correlação baixa e com um desfasamento de dois períodos. Na análise por subperíodos, verificou-se que antes da formação da área do euro os países europeus que tinham coeficientes de correlação estatisticamente significativos passaram a evidenciar um grau de correlação inferior no período após a introdução do euro. Contudo, a maioria das economias da UE não apresenta correlações significativas nos dois subperíodos.

A análise da dinâmica dos movimentos migratórios em Portugal, com base nos dados disponibilizados pelo INE e pela PORDATA permitiu concluir que na década de 1980, altura que Portugal enfrentou dificuldades económicas, a emigração permanente decresceu e a temporária aumentou. A emigração temporária, que podia ser uma forma de alcançar a permanente, passou a ser a mais importante, sendo o género masculino o que mais emigrava. A emigração tem vindo a aumentar desde 2009 e é composta principalmente por emigrantes temporários do género masculino. Estes emigrantes encontram-se sobretudo na faixa etária entre os 15 e os 29 anos.

As remessas têm vindo tendencialmente a aumentar desde 1975, com anos pontuais que apresentam um menor crescimento, tendo atingido um pico em 2001. Embora as remessas sejam sobretudo oriundas da Europa, com destaque para as provenientes da França, tem vindo a aumentar o valor de remessas enviadas de países como Angola.

A imigração, por outro lado, aumentou sem parar desde 1980 até 2008, ano em que passou a decrescer, coincidindo com a altura em que começou a ser sentida a atual crise económica. Os países com maior percentagem de população estrangeira em relação à população residente são o Luxemburgo, seguido da Suíça e da Bélgica; dentro dos países europeus, Portugal ocupa uma posição de pouco relevo.

A literatura, embora com ligeiras diferenças, sugere que a migração está ligada a razões económicas na decisão do indivíduo procurar melhorar as suas condições de vida,

ou está ligada às características dos países de destino e à estabilidade apresentada pelos mesmos.

Embora a evidência empírica não apresente provas indiscutíveis que verifiquem a realidade do que é expresso, continua a apresentar uma relação que, se não imediata é certamente sentida sobretudo no longo prazo. Isto pode ser justificado por várias razões. Entre elas, está a aplicação de políticas que evitem o escalar dos fluxos em períodos de instabilidade; a informação imperfeita a que os indivíduos têm acesso e que pode atrasar a migração; o facto da análise apenas contemplar alguns países que podem já não ser países recetores deste século.

Durante este estudo foram várias as limitações que foram sendo observadas. Numa primeira fase em que se verificou a existência de dados para a abordagem empírica, foi impossibilitada a análise inicial pela total impossibilidade de completar a série temporal da emigração. O estudo era inicialmente para se centrar sobretudo na relação entre a emigração e o PIB, para procurar demonstrar a emigração como consequência de um período menos próspero da economia. Isto tornou-se impossível devido à falta de dados entre 1988 e 1992 com a abolição dos passaportes na UE. Estes dados não se encontravam disponíveis neste período, ocorrendo o mesmo a partir de 2003 até 2008. Mesmo os dados disponíveis foram apurados através de inquéritos indiretos.

Outra dificuldade foi relativa à investigação sobre o “estado da arte”. A temática em apreço tem muitas ideologias distintas e torna-se difícil encontrar uma linha condutora dos pensamentos principais.

Este estudo está longe de estar concluído ou de satisfazer as dúvidas que inicialmente criou. Por esta razão, há necessidade de investigação futura adicional, nomeadamente a possibilidade de uma comparação entre países desenvolvidos e não desenvolvidos bem como com países de rápido crescimento, (por exemplo os países emergentes (BRIC) e outros como Angola). Afigura-se igualmente importante análise isolada da imigração e, sobretudo, da emigração, além de contemplar o período da crise, assim que os dados disponíveis o possibilitem.

Ao nível da literatura, também seria proveitosa uma pesquisa mais aprofundada, sobretudo numa vertente direccionada para a análise da influência das políticas na relação em questão. Para complementar, seria justificável uma abordagem econométrica mais desenvolvida de forma a fundamentar e sustentar as relações/hipóteses teóricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Alexandre & Peixoto, João (2009), “Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e perspectiva no caso português”, *Análise Social*, 44, 719-746.

Abreu, J. G. Alexandre (2006), *International Migration and Sending Country Development: Impacts and Policies*, Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Agência das Nações Unidas de Assistência aos refugiados – Definição de refugiado, in: <http://www.unrefugees.org/site/c.lfIQKSOWFqG/b.4950731/> (consultado a 10 de Junho de 2013).

Amaral, Luciano (2009) “Crises financeiras: história e atualidade”, *Relações Internacionais*, 23, 119-138.

Baldwin, Richard & Charles Wyplosz (2004), *The Economics of European Integration*, McGraw-Hill Education, United Kingdom.

Baxter, Marianne & King, G. Robert (1999), “Measuring Business Cycles: Approximate Band-Pass Filters for economic time series”, *The Review of Economics and Statistics*, 81(4), 575–593.

Becker, S. Gary (1962), “Irrational Behavior and Economic Theory”, *The Journal of Political Economy*, No.1, 70, 1-13.

Beine, Michel *et al.* (2003), “Brain Drain and LDCs’ Growth: Winners and Losers”, *IZA Discussion Papers* No. 819, 1-39.

Bodman, M. Philip (1998), “A Contribution on the Empirics of Trade, Migration and Economic Growth for Australia and Canada”, *International Economic Journal* No.3, 12, 41-62.

Borjas, J. George (2000), *Heaven’s Door: Immigration policy and the American Economy*, Princeton University Press, EUA.

Borjas, J. George (2012), *Economia do Trabalho*, MacGraw-Hill Education, New York, 5th edition.

- Bräucker, Herbert *et al.* (2008), “Does Migration Trigger Human Capital Investment?”, *University of Bamberg and IZA*, Nuernberg, Bonn.
- Burda, Michael & Charles Wyplosz (2011), *Macroeconomics: A European Text*. Oxford University Press, New York, 5th edition.
- Burns, Arthur F. & Wesley, C. Mitchell (1946), “Measuring Business Cycles”, *The Journal of Political Economy* No.4, 55, 281-402.
- Cabral, Sónia & Duarte, Cláudia (2012), “*O Diferencial de Salários dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Português*”, Banco de Portugal, Departamento de Estudos Económicos, Boletim Económico.
- Canova, Fabio (1998), “Detrending and Business Cycle Facts”, *Journal of Monetary Economics*, 41, 475-512.
- Cassarino, P. Jean (2004), “Theorising Return Migration: a revisited conceptual approach to return migrants”, *International Journal on Multicultural Societies*, No.2, UNESCO, 6, 253-279.
- Castles, Stephen & Miller, M. (2003), “The Age of Migration: International Population: Movements in the Modern World”, *Canadian Studies in Population*, No. 1–2, New York–London: Guildford Press, 40, 105-106.
- Castles, Stephen (2000), “International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues”, *International Social Science Journal*, 52, 269-281.
- Chi, Xinying (2008), “Challenging Managed Temporary Labor Migration as a model for Rights and Development for Labor-Sending Countries”, *International Law and Politics*, No.2, 40, 498-540.
- Chiswick, R. Bary (2000), “Are Immigrant Favorably Self-Selected? An Economic Analysis”, *IZA Discussion Paper*, 131, 1-24.
- Cogley, Timothy (2006), “Data Filters”, *The New Palgrave Dictionary of Economics*, New York University, 1-9.
- Compagnon, Béatrice & Thévenin, Anne (1999), *Cronologia Séc. XX*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa.

Correia, Leonida (2000), *Influência dos Mecanismos de Preços nos Ciclos Económicos em Portugal*, Tese de Doutoramento em Economia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

de Haas, Hein (2007), “Migration and Development: A Theoretical Perspective”, *Working Papers – Center on Migration, Citizenship and Development*, 29, 1-82.

de Haas, Hein (2010), “Migration transitions: a theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration”, *International Migration Institute Working Paper*, No.24, University of Oxford, 1-43.

de Haas, Hein (2009), “Mobility and Human Development”, *Human Notions Development Programme*, 1-70.

E. G. Ravenstein (1885), “The laws of migration”, *Journal of the Statistical Society of London*, No.2, 48, 167-235.

European Commission (2000), “*Push and pull factors of international migration: A comparative report*”, European Communities, Luxembourg, 1-161.

Gilbert, Martin (2010), *História do Século XX*, Edições Dom Quixote, Coleção História e Sociedade, Alfragide.

GLOPP (2007), “A Brief Overview of Theories of International Migration”, adapted from: Susan Thieme (2006): *Social Networks and Migration: Far West Nepalese Labour Migrants in Delhi*. Münster: pp. 36-40.

Gonçalves, Ortelinda (2009), *Coleção Portugueses no Mundo, Migrações e Desenvolvimento*, Fronteira do caos editores, Porto.

Guay, Alain & St-Amant, Pierre (2005), “Do the Hodrick-Prescott and Baxter-King Filters Provide a Good Approximation of Business Cycles?”, *Annales D'économie et de Statistique*, No. 77, 1-23.

Hanson, H. Gordon (2008), “The Economic Consequences of the International Migration of Labor”, *NBER Working Paper Series*, No. 14490, 1-46.

Hodrick, J. Robert & Prescott, C. Edward (1997), "U.S. Business Cycles: An Empirical Investigation", *Journal of Money, Credit and Banking* No. 1, 29, 1-16, Blackwell Publishing.

Kahanec, Martin & Zimmermann F. Klaus (2008), "Migration, the Quality of the Labour Force and Economic Inequality", *IZA Discussion Paper Series*, No. 3560, Germany, Bonn, 1-21.

Kancs, d'Artis (2010), "Labour Migration in the Enlarged EU: A New Economic Geography Approach", *Research Papers in Environmental and Spatial Analysis*, No. 131, Brussels, Belgium, 1-37.

Kim, M. Anna (2010), "Foreign Labour Migration and the Economic Crisis in the EU: Ongoing and Remaining Issues of the Migrant Workforce in Germany", *IZA Discussion Paper Series*, No. 5134, Germany, Bonn, 1-36.

Knerr, Beatrice & Azhar A. K. Izhar (2007), "Overseas Migration and Its Socio-Economic Impacts on the Families Left Behind in Pakistan: A Case Study in the Province Punjab, Pakistan", *Kassel University Press*, Germany, 6, 1-142.

Knerr, Béatrice & Hamann, Volker (2006), "The Impact of International Labor Migration on Regional Development: The Example of Zacatecas, Mexico", *Kassel University press*, Germany, 2, 1-207.

Lee, S. Everett (1966), "A Theory of Migration", *JSTOR, Demography*, No.1, 3, EUA, 47-57.

Lucas, E. B. Robert (1977), "Understanding Business Cycles", *Carnegie Rochester Conference Series on Public Policy*, 7-29.

Lucas, E. B. Robert (2008), "International Labor Migration in a Globalizing Economy", *Carnegie Papers*, No.92, Trade, Equity, and Development Program, Washington, 1-27.

Marat, Erica (2009), "Labor Migration in Central Asia: Implications of the Global Economic Crisis", *Silk Road Paper*, Central Asia – Caucasus Institute, Singapore.

Maroco, João (2007), *Análise estatística com utilização do SPSS*, 3ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa.

Massey, S. Douglas (2003), "Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century", *Conference on African Migration in Comparative Perspective*, Johannesburg, South Africa, 1-35.

Mendola, Mariapia *al.et* (2013), "Xenophobic attacks, migration intentions, and networks: evidence from the South of Africa," *Journal of Population Economics*, Springer, 26, 555-59.

Mendola, Mariapia *et al.* (2010), "Labor Migration and Social Networks Participation: Evidence from Southern Mozambique," *Working Papers*, University of Milano-Bicocca, 183, 1-33.

Müller, Tobias (1999), "Migration policy in a small open economy with a dual labor market", *Review of International Economics*, 11, 130-143.

Münz, Rainer (2007), "Migration, Labor Markets, and Integration of Migrants: An Overview for Europe", *HWWI Policy Papers* No. 3-6, Hamburg Institute of International Economics, 1-26.

O'Neil, Kevin (2003), *Using Remittances and Circular Migration to Drive Development*, Migration Policy Institute – Migration Information Source, in: <http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=133>, Washington (consultado a 24 de Junho de 2013).

O'Rourke, H. Kevin & Sinnott, Richard (2006), "The determinants of individual attitudes towards immigration", *European Journal of Political Economy*, No.22, Elsevier, 838-861.

OCDE (2010), "Counting immigrants and expatriates in OECD countries: A New Perspective", *Social Employment and Migration Working Papers*.

Oxford dictionaries: Definition of Capital, in internet: <http://oxforddictionaries.com/definition/english/capital?q=capital> (consultado a 10 de Junho de 2013).

Özden, Çağlar & Schiff, Maurice (2006), "International Migration, Remittances, and the Brain Drain", *World Bank and Palgrave Macmillan*, Washington DC, 1-258.

Peixoto, João & Fonseca, Ana (2008), "Migration, development and remittances in Europe: mixed impacts and the role of institutions", *Socius Working Papers*, No.2, 1-28.

Peixoto, João (2004), “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”, *Socius Working Papers*, Nº 11, Lisboa, 1-36.

Peixoto, João (2004), “País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal”, *Socius Working Papers*, Nº 2, 1-26, Lisboa.

Peixoto, João (2007), “Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal”, *Análise Social*, 42(183), 445-469.

Peixoto, João (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, No. 2, Lisboa, 19-46.

Peixoto, João (2012), “A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos”, *Socius Working Papers*, Nº5, *Instituto Superior de Economia e Gestão e Universidade Técnica de Lisboa*, Lisboa, 1-12.

Pestana M. & J. Gageiro (2003), *Análise de dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS*, Edições Sílabo, Lisboa.

Portes, Alejandro & Borocz, Jozsef (1989), “Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on Its Determinants and Modes of Incorporation”, *International Migration Review*, No. 3, 23, 606-630.

Puri, Shivani & Ritzema, Tineke (1999), “Migrant Worker Remittances, micro-finance and the informal economy: prospects and issues”, *Social Finance Working Paper*, No.21, 1-36.

Ravn, O. Morten & Uhlig, Harald (2002). "On Adjusting the HP-Filter for the Frequency of Observations". *The Review of Economics and Statistics*, No. 2, 84, 371-376.

Roy, Niranjana & Debnath, Avijit (2011), “Impact of Migration on Economic Development: A Study of some selected State”. *International Conference on Social Science and Humanity*, IACSIT Press, Singapore, 5, 198-202.

Sorensen, B. Peter & Whitta-Jacobsen, H. Jorgen (2010), *Introducing Advanced Macroeconomics: Growth and Business Cycles*, McGraw-Hill Education, New York, 2ª Edição.

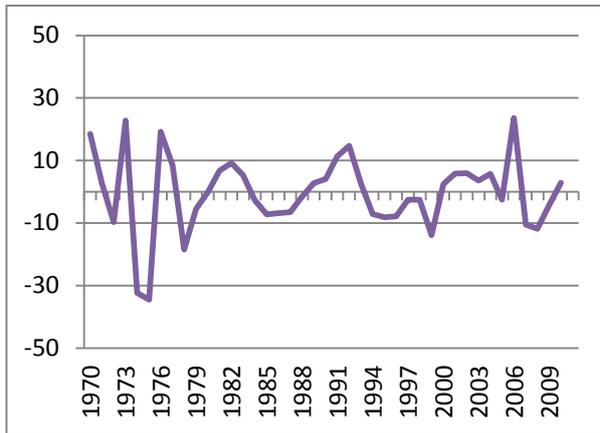
Taylor, Edward J. & Mora, Jorge (2006), "Does Migration Reshape Expenditures in Rural Households? Evidence from Mexico", *World Bank Policy Research Working Paper*, 3842, 1-40.

Zelinsky, Wilbur (1971), "The hypothesis of the Mobility Transition", *Geographical Review*, No.2, 61, 219-249.

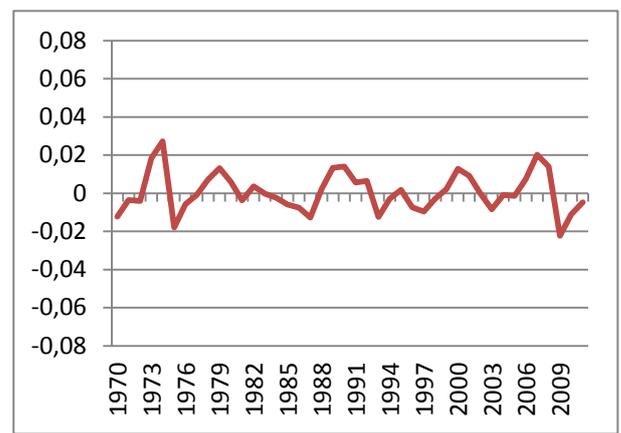
ANEXOS

ANEXO 1 – GRÁFICOS DOS CICLOS OBTIDOS COM O FILTRO BK, PARA TODO O PERÍODO

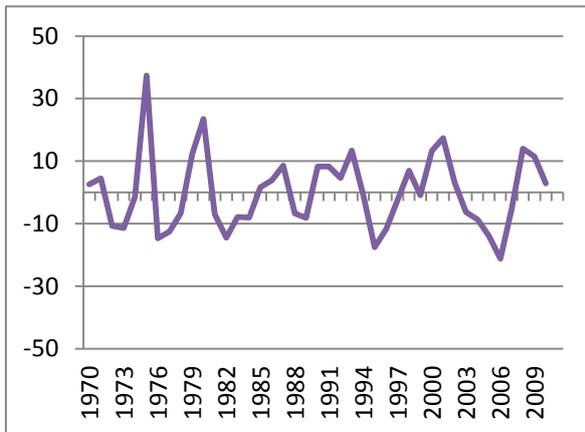
Graf. 1: Ciclo dos FM - França



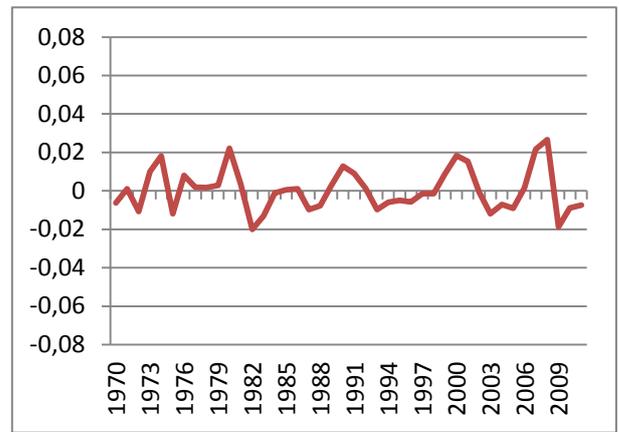
Graf. 2: Ciclo do PIB - França



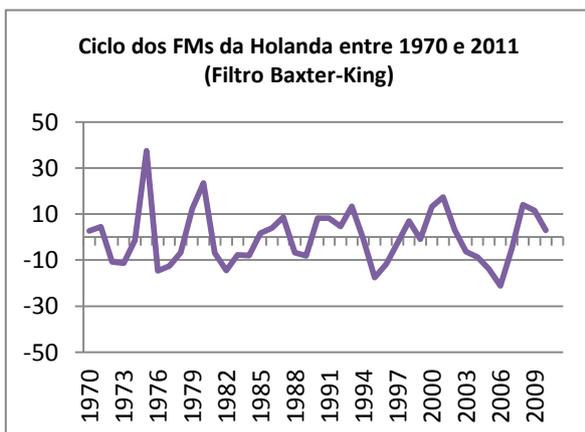
Graf. 3: Ciclo FM Holanda



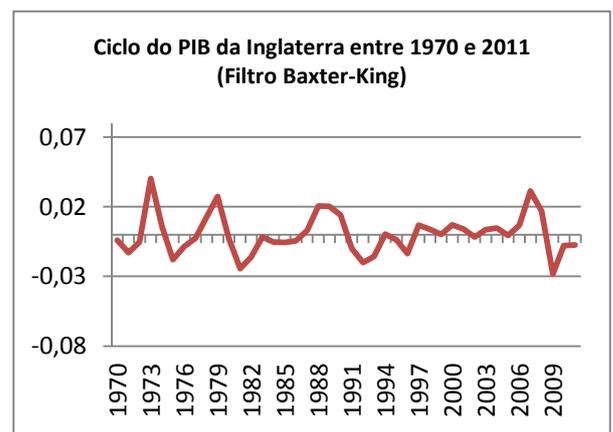
Graf.4 Ciclo PIB Holanda



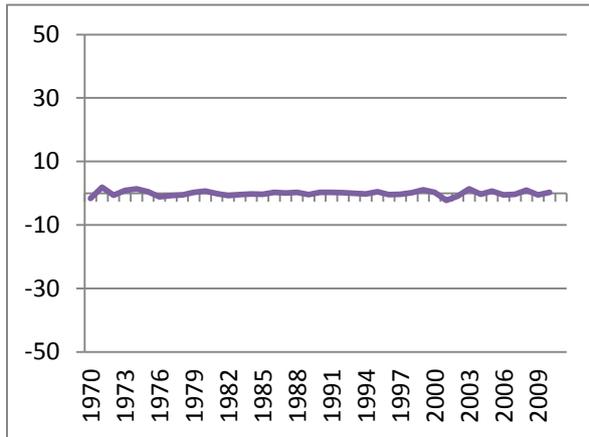
Graf.5 Ciclo FM Inglaterra



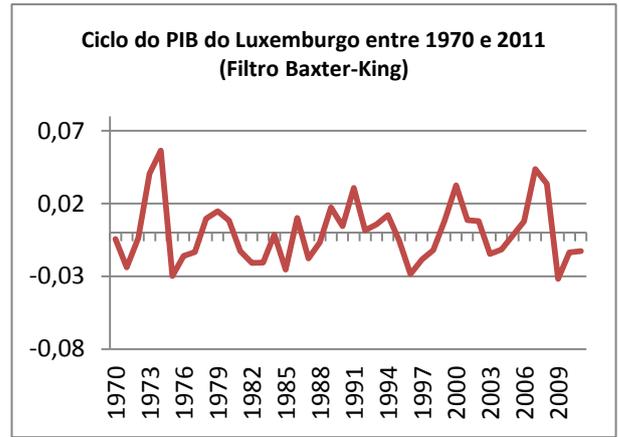
Graf.6 Ciclo PIB Inglaterra



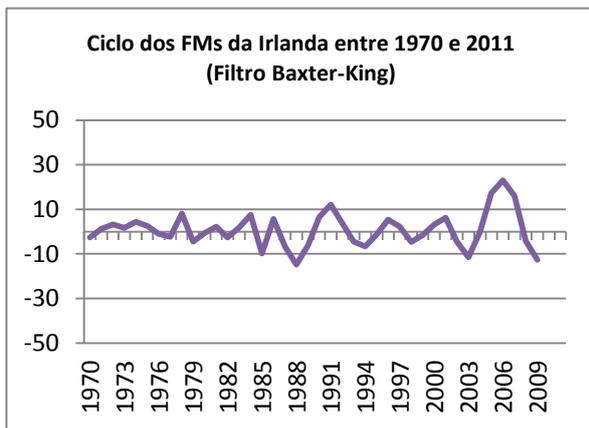
Graf.7 Ciclo FM Luxemburgo



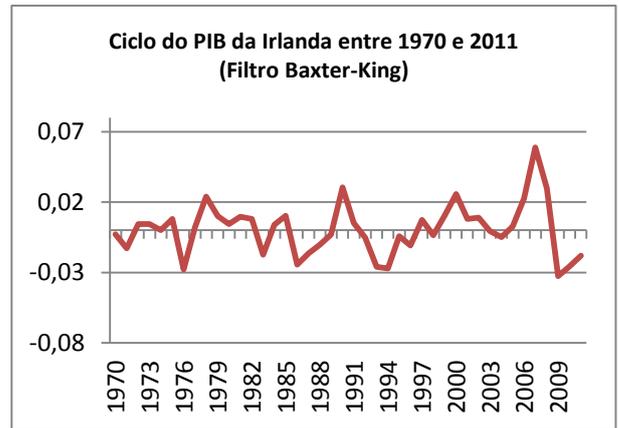
Graf.8 Ciclo do PIB Luxemburgo



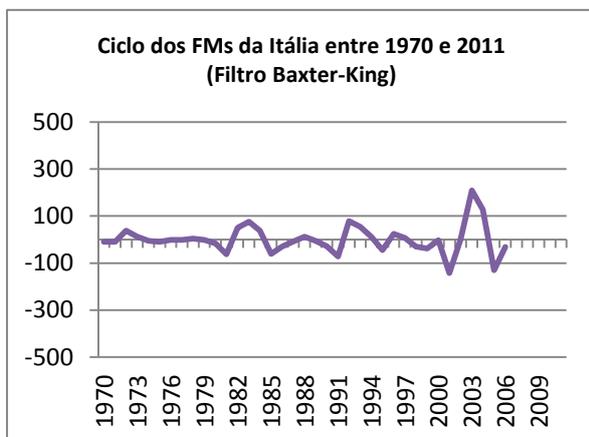
Graf.9 Ciclo FM Irlanda



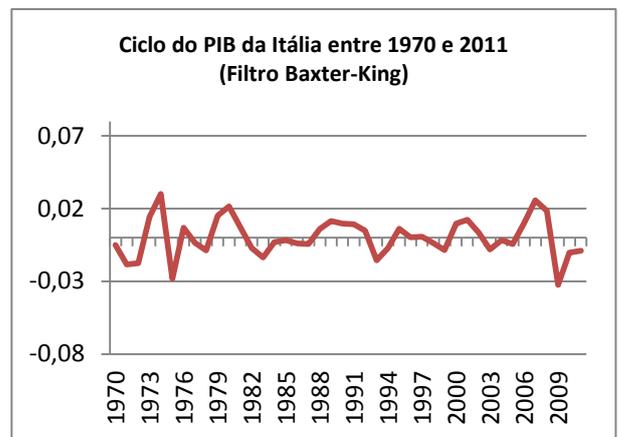
Graf.10 Ciclo PIB Irlanda



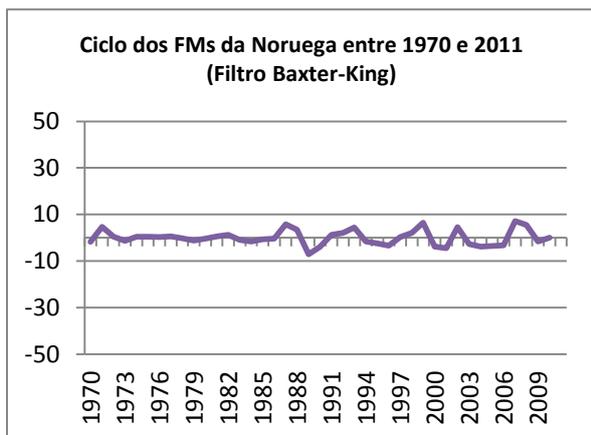
Graf.11 Ciclo FM Itália



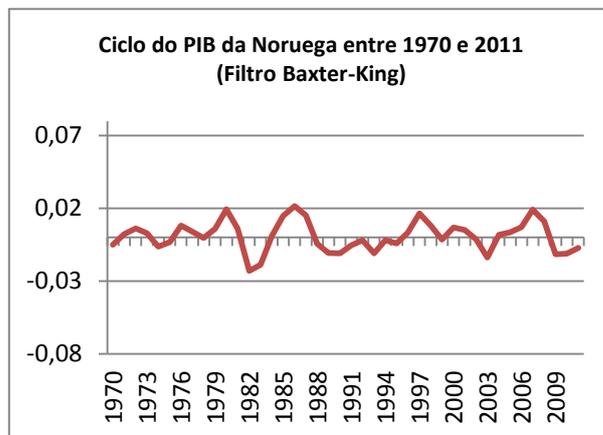
Graf.12 Ciclo PIB Itália



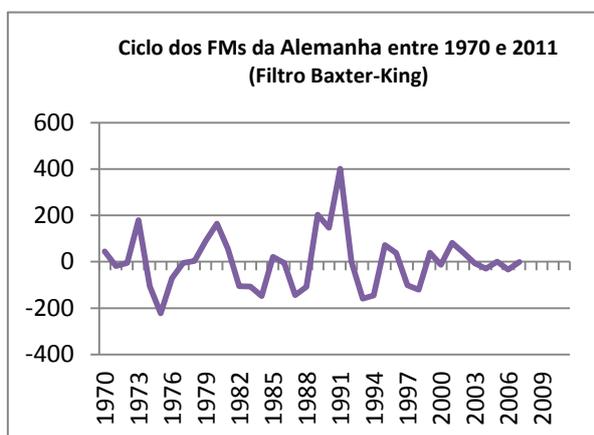
Graf.13 Ciclo FM Noruega



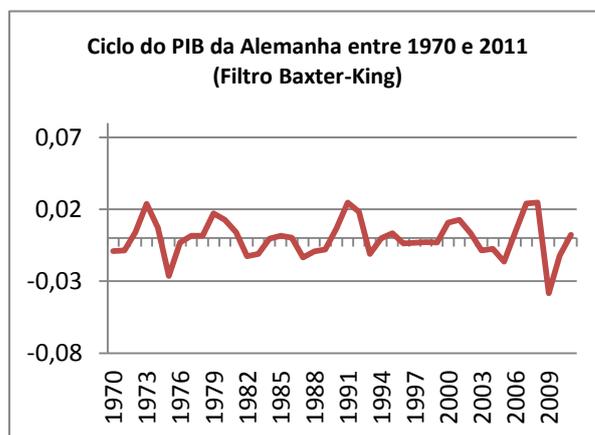
Graf.14 Ciclo PIB Noruega



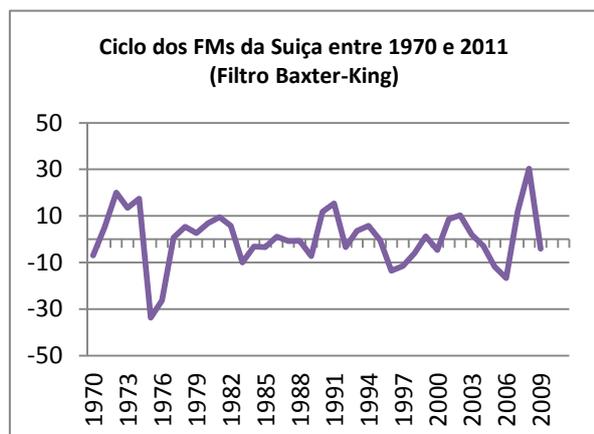
Graf.15 Ciclo FM Alemanha



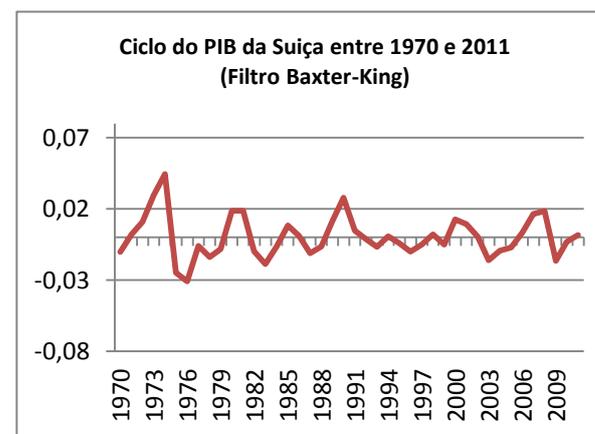
Graf.16 Ciclo PIB Alemanha



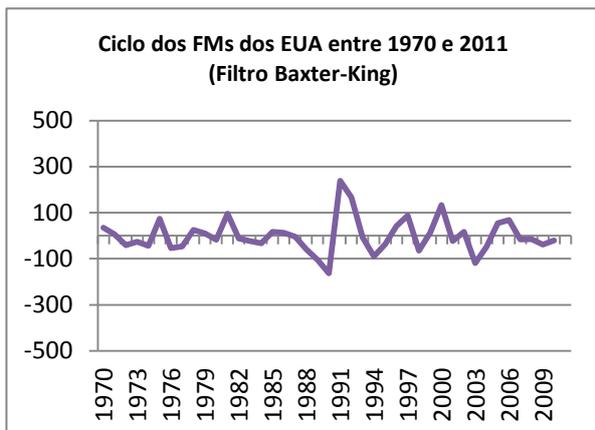
Graf.17 Ciclo FM Suíça



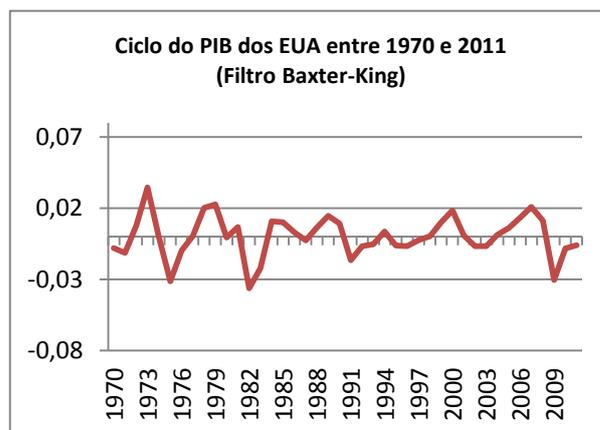
Graf.18 Ciclo PIB Suíça



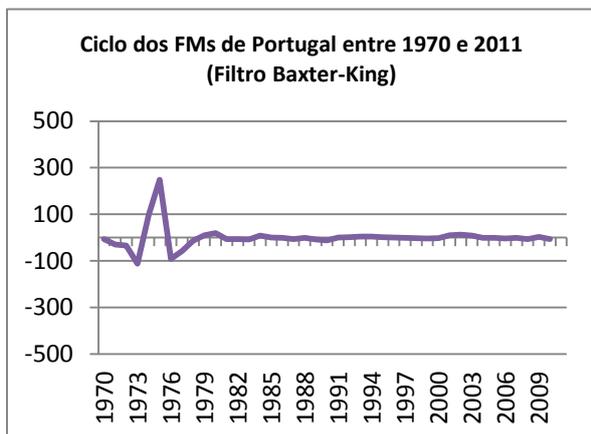
Graf.19 Ciclo FM USA



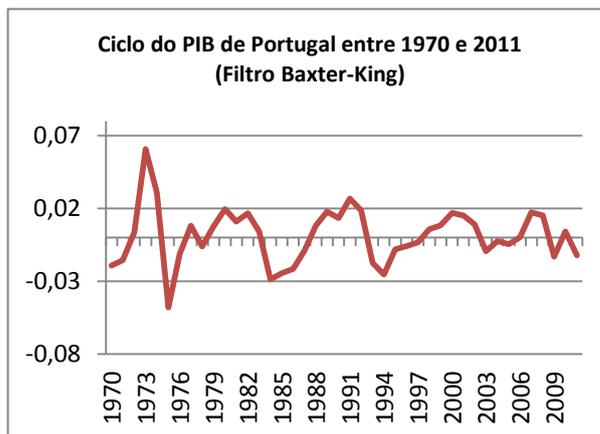
Graf.20 Ciclo PIB EUA



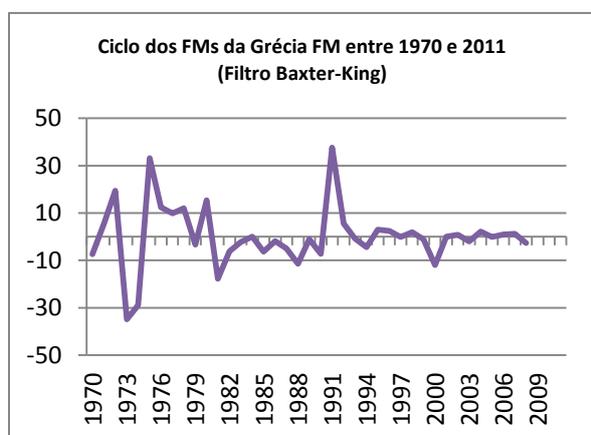
Graf.21 Ciclo FM Portugal



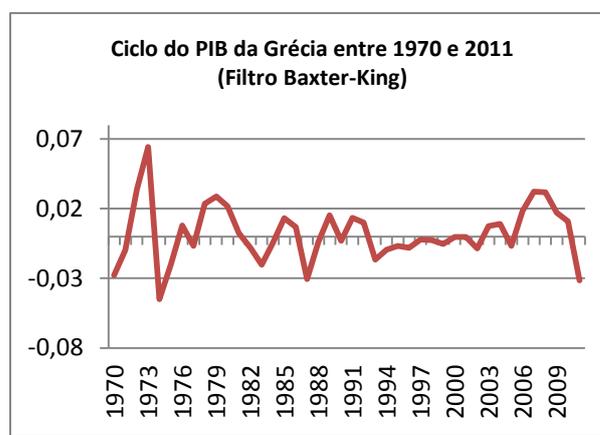
Graf.22 Ciclo PIB Portugal



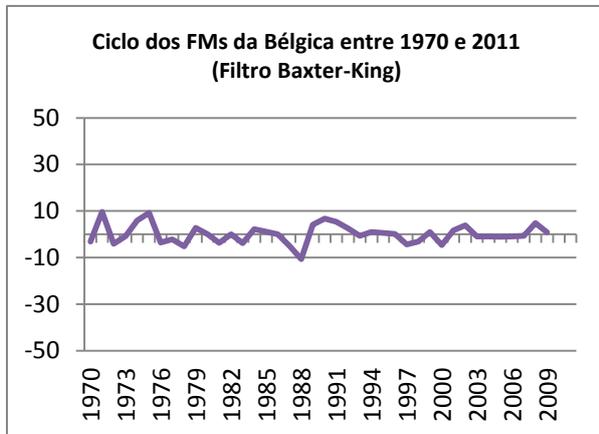
Graf.23 Ciclo FM Grécia



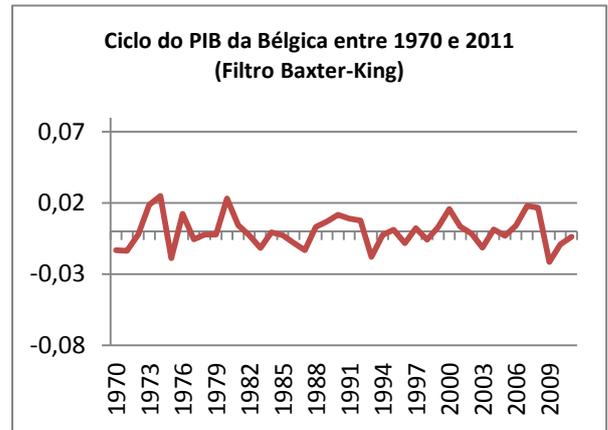
Graf.24 Ciclo PIB Grécia



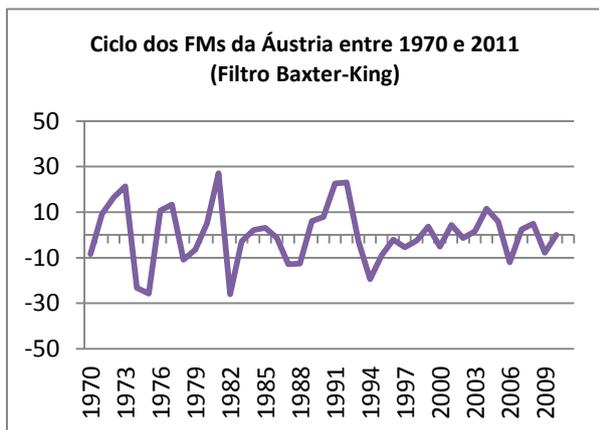
Graf.25 Ciclo FM Bélgica



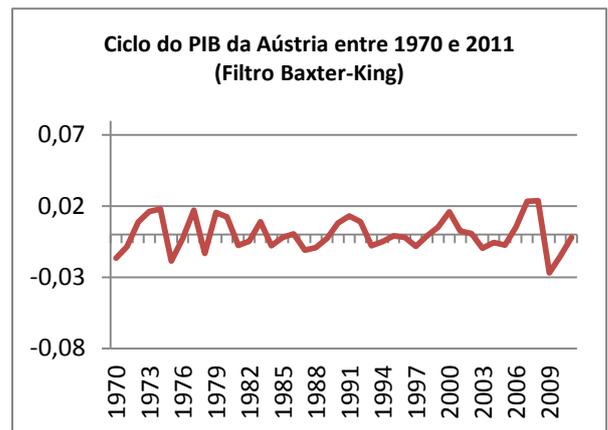
Graf.26 Ciclo PIB Bélgica



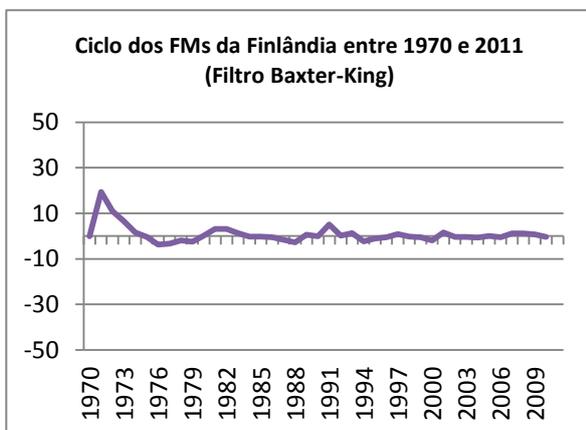
Graf.27 Ciclo FM Áustria



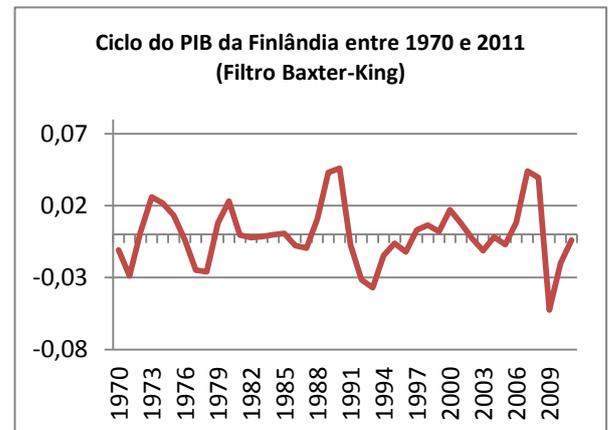
Graf.28 Ciclo PIB Áustria



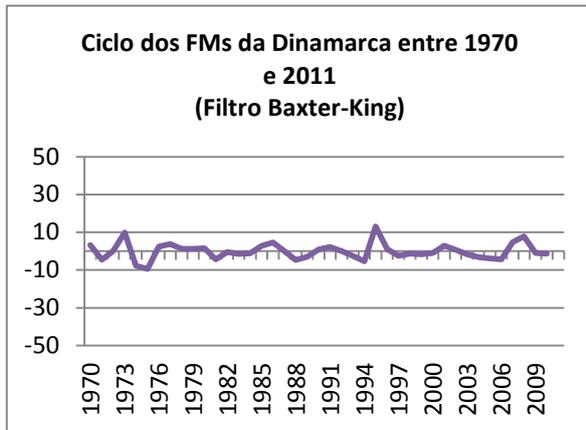
Graf.29 Ciclo FM Finlândia



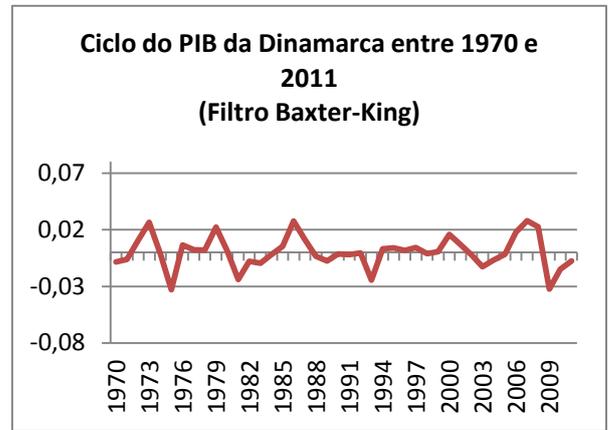
Graf.30 Ciclo PIB Finlândia



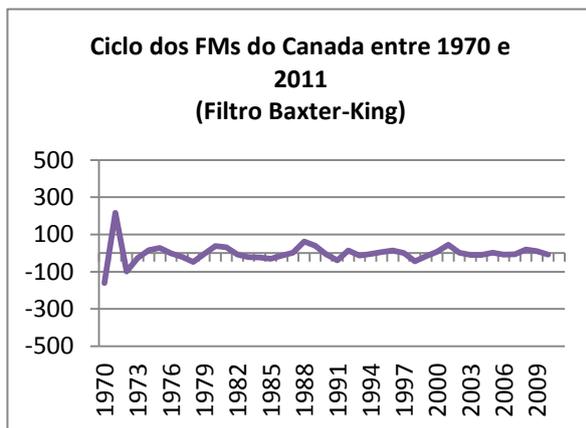
Graf.31 Ciclo FM Dinamarca



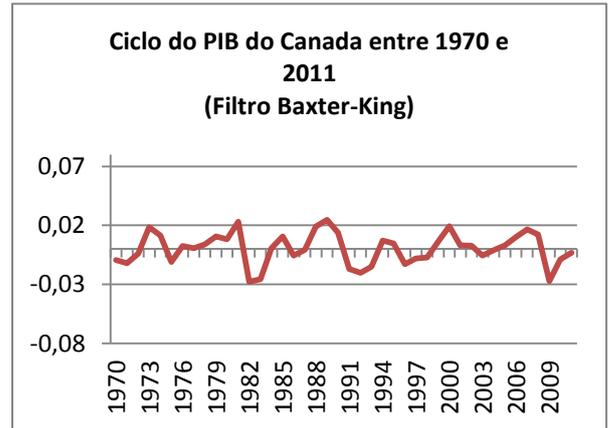
Graf.32 Ciclo PIB Dinamarca



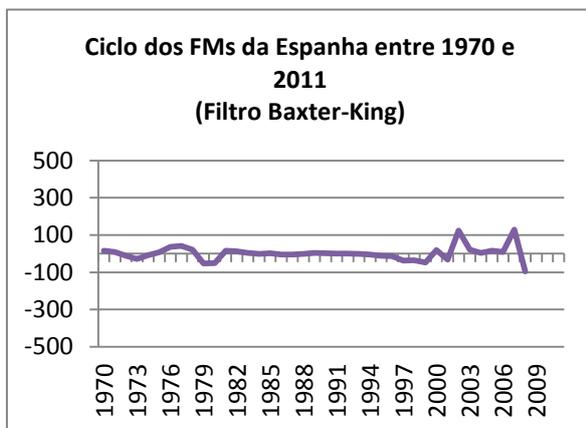
Graf.33 Ciclo FM Canada



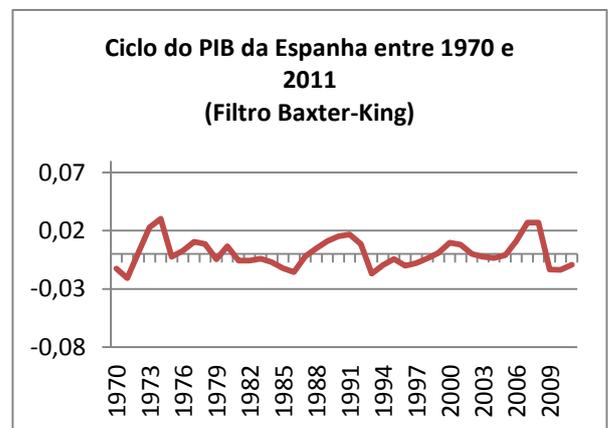
Graf.34 Ciclo PIB Canada



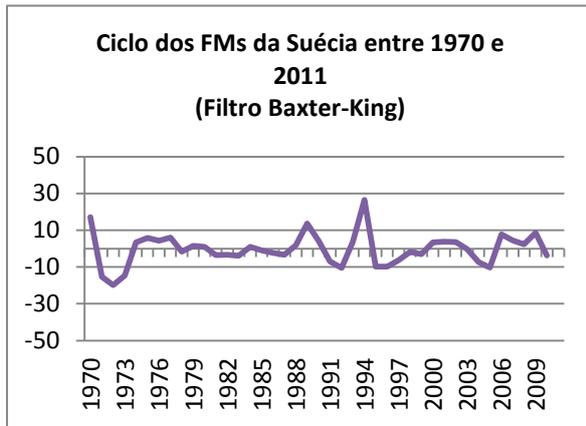
Graf.35 Ciclo FM Espanha



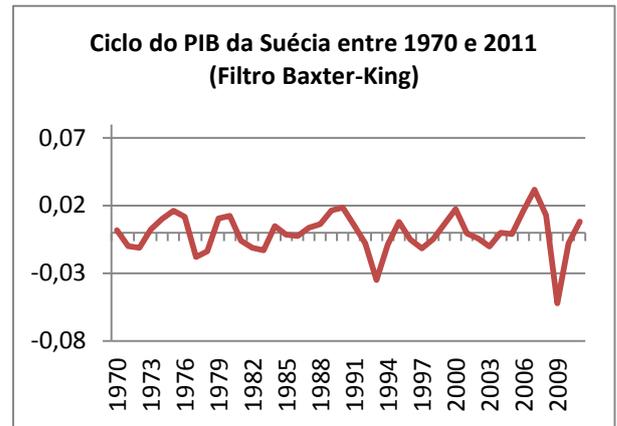
Graf.36 Ciclo PIB Espanha



Graf.37 Ciclo FM Suécia

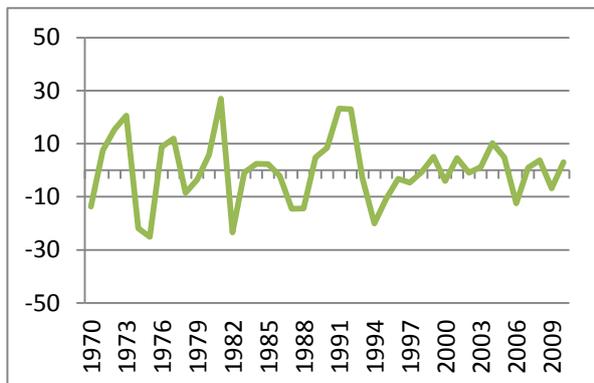


Graf.38 Ciclo PIB Suécia

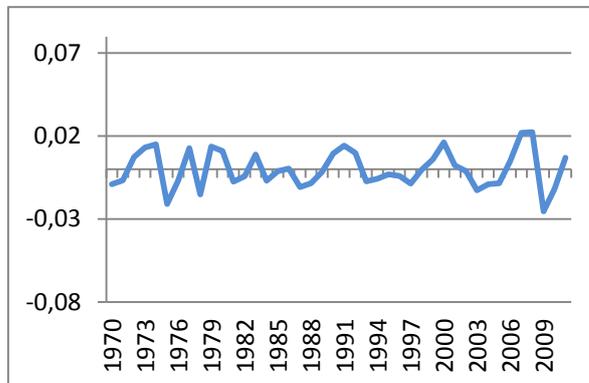


ANEXO 2 – GRÁFICOS DOS CICLOS OBTIDOS COM O FILTRO HP PARA TODO O PERÍODO

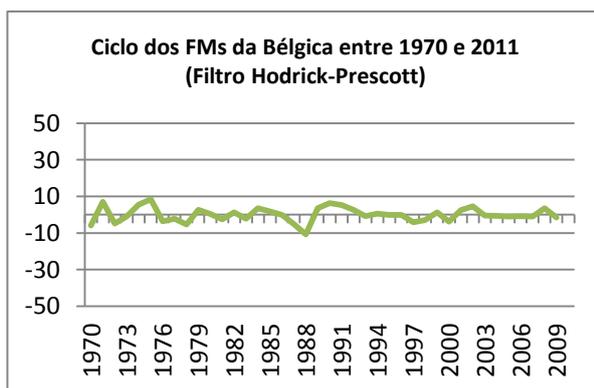
Graf.39 Ciclo FM Áustria



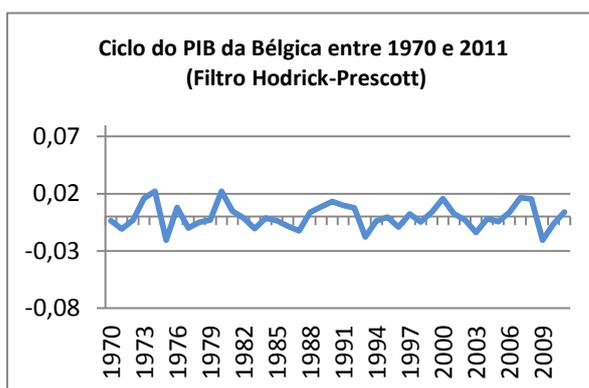
Graf.40 Ciclo PIB Áustria



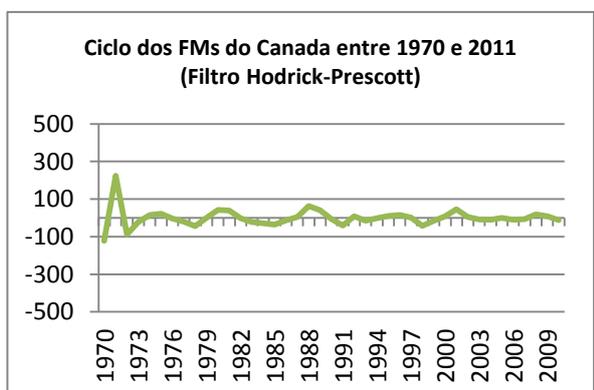
Graf.41 Ciclo FM Bélgica



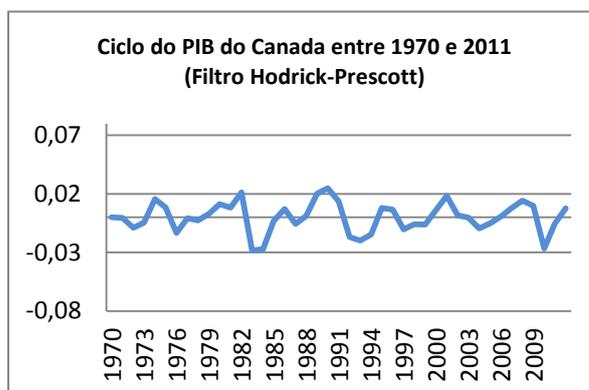
Graf.42 Ciclo PIB Bélgica



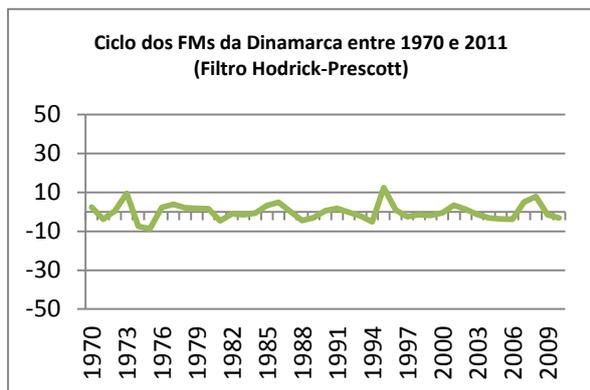
Graf.43 Ciclo FM Canada



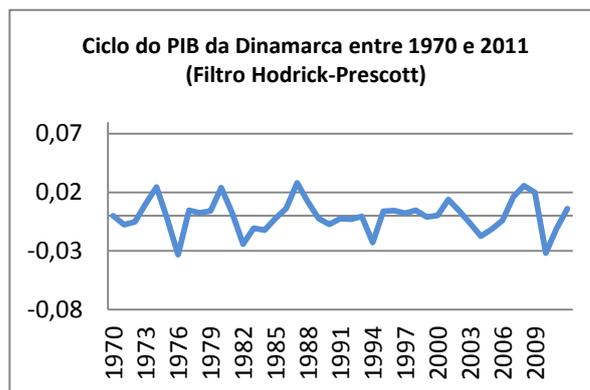
Graf.44 Ciclo PIB Canada



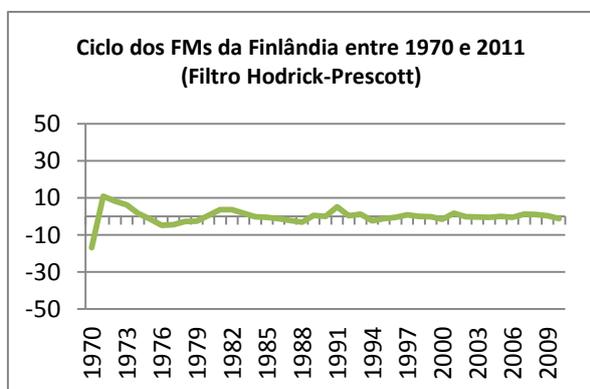
Graf.45 Ciclo FM Dinamarca



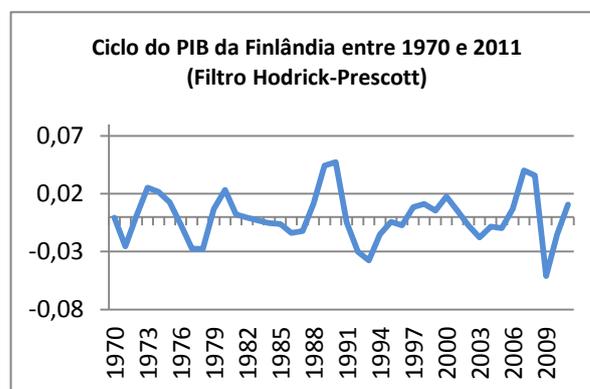
Graf.46 Ciclo PIB Dinamarca



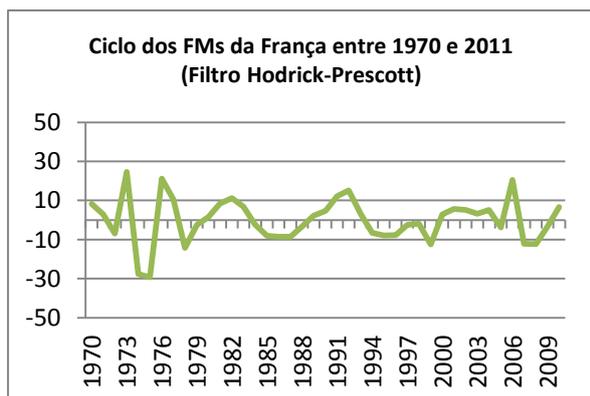
Graf.47 Ciclo FM Finlândia



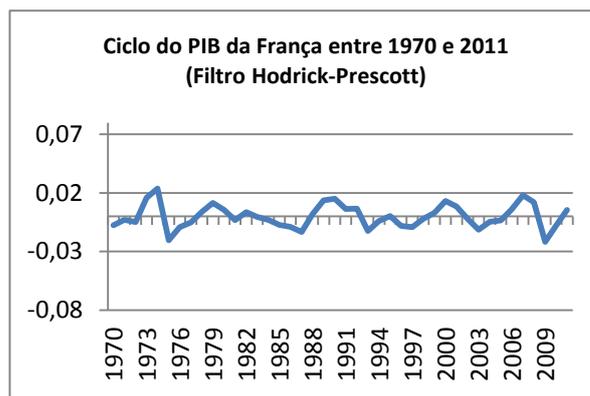
Graf.48 Ciclo PIB Finlândia



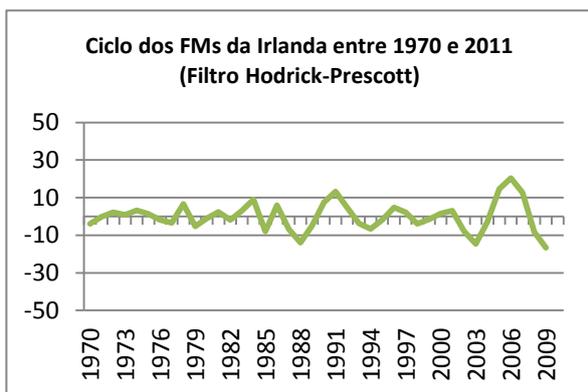
Graf.49 Ciclo FM França



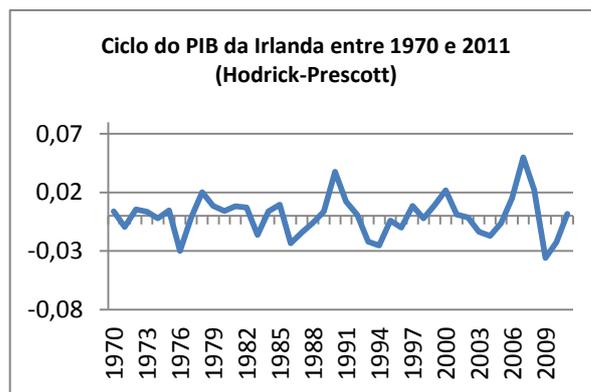
Graf.50 Ciclo PIB França



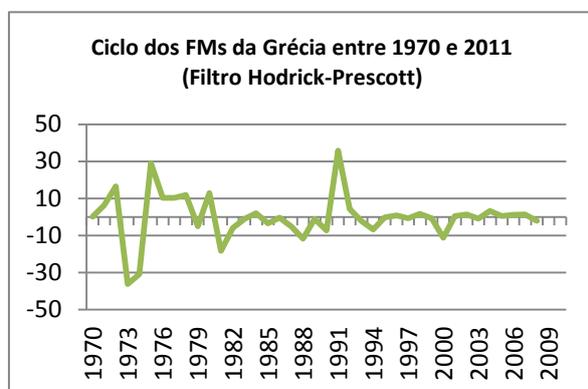
Graf.51 Ciclo FM Irlanda



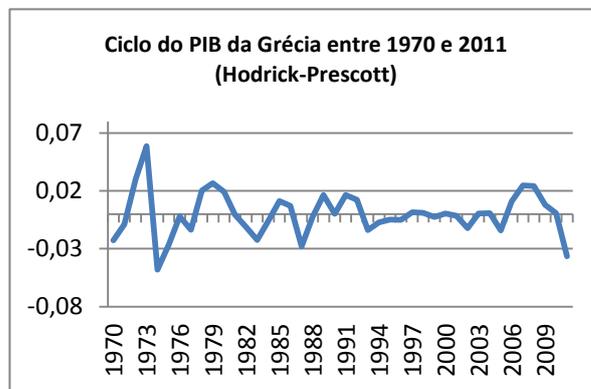
Graf.52 Ciclo PIB Irlanda



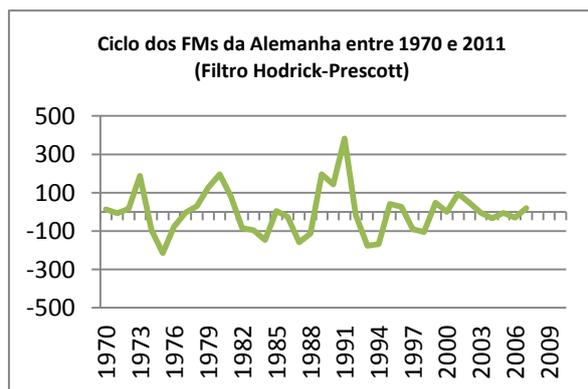
Graf.53 Ciclo FM Grécia



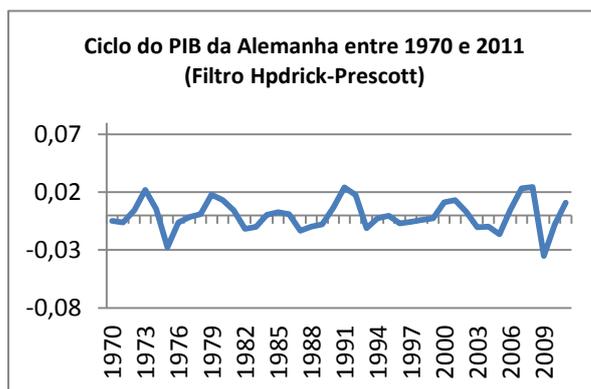
Graf.54 Ciclo PIB Grécia



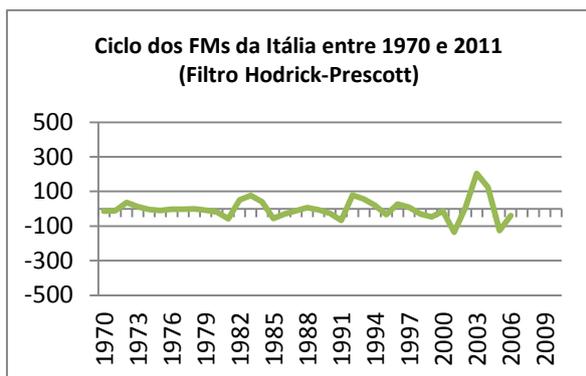
Graf.55 Ciclo FM Alemanha



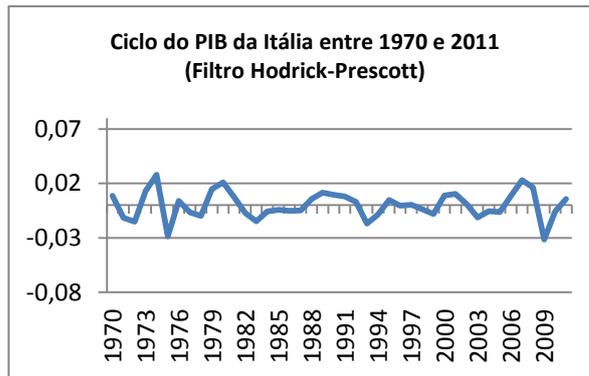
Graf.56 Ciclo PIB Alemanha



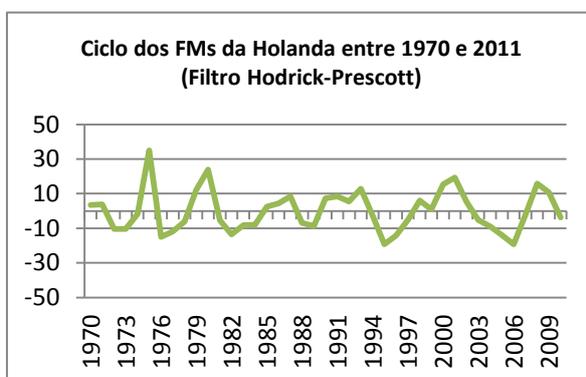
Graf.57 Ciclo FM Itália



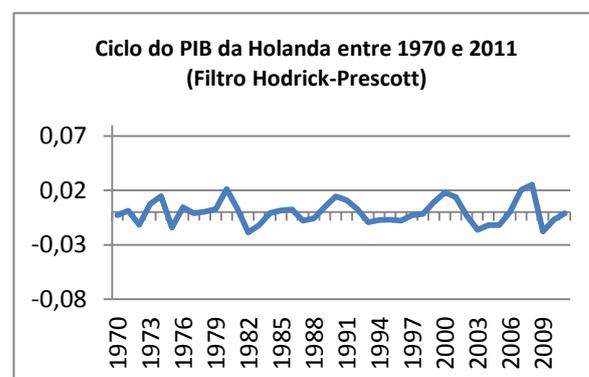
Graf.58 Ciclo PIB Itália



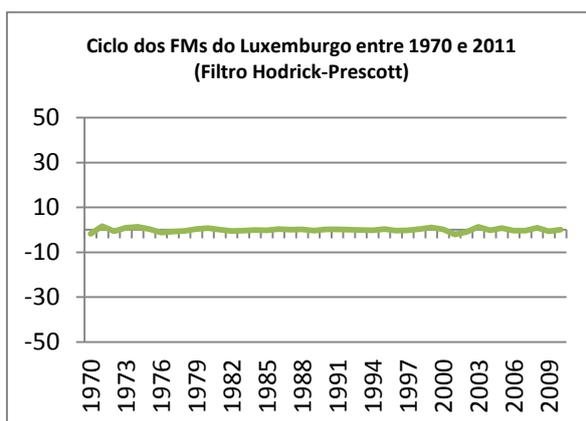
Graf.59 Ciclo FM Holanda



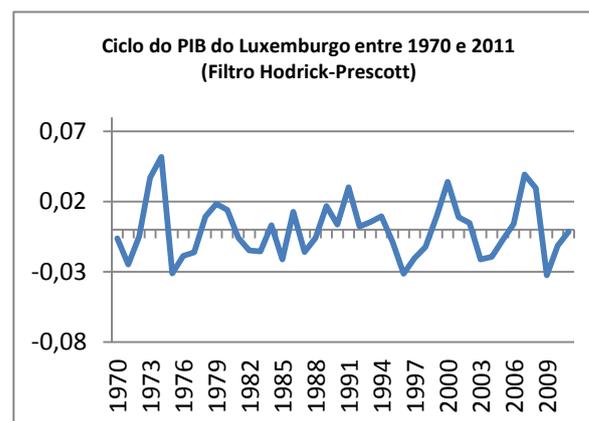
Graf.60 Ciclo PIB Holanda



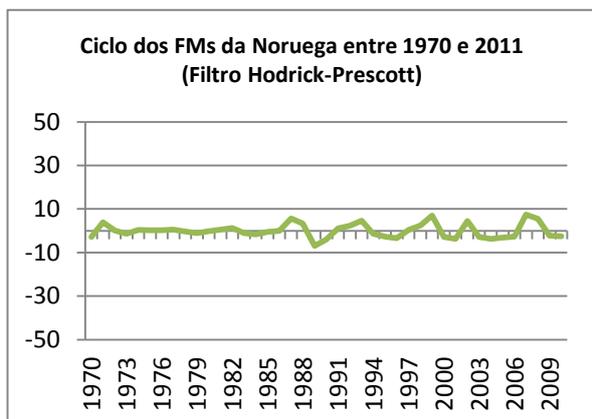
Graf.61 Ciclo FM Luxemburgo



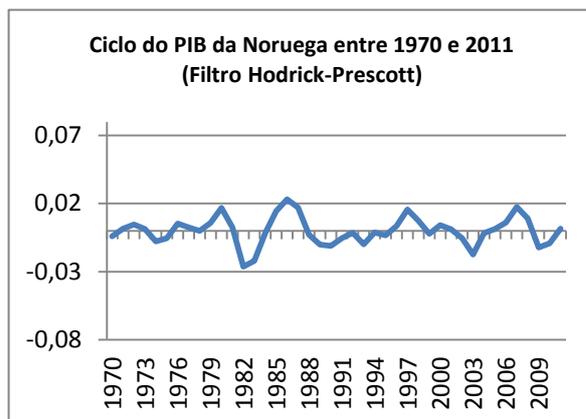
Graf.62 Ciclo PIB Luxemburgo



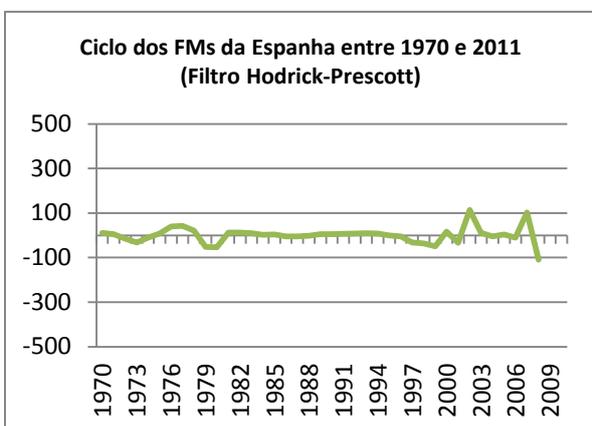
Graf.63 Ciclo FM Noruega



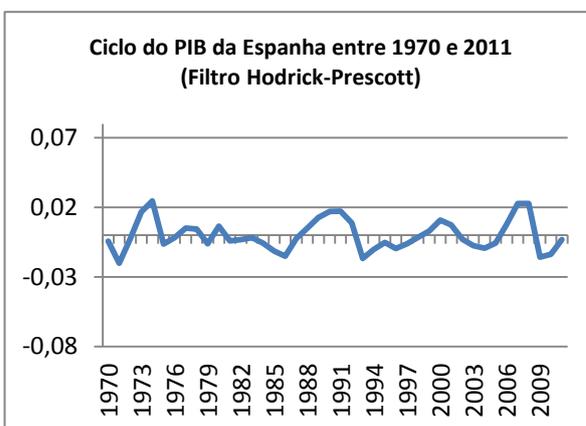
Graf.64 Ciclo PIB Noruega



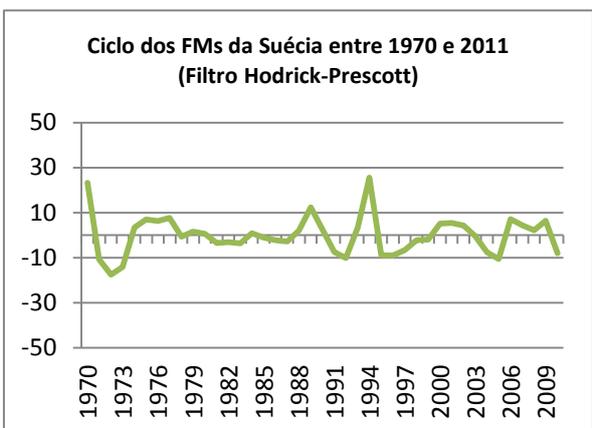
Graf.65 Ciclo FM Espanha



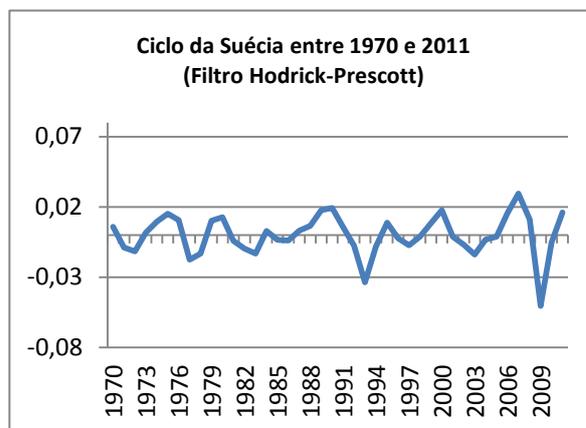
Graf.66 Ciclo PIB Espanha



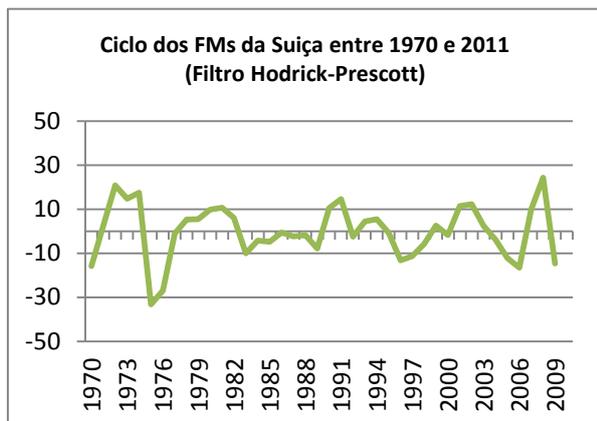
Graf.67 Ciclo FM Suécia



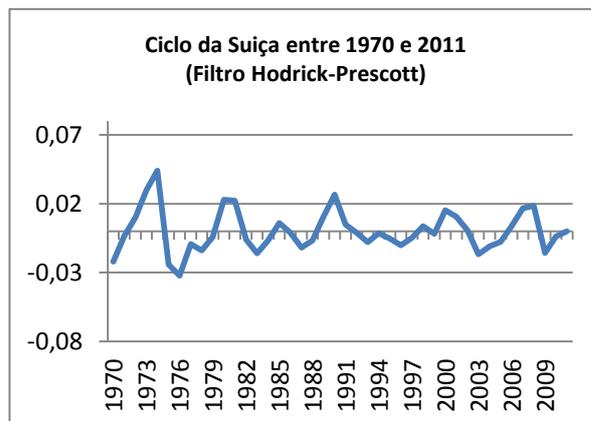
Graf.68 Ciclo PIB Suécia



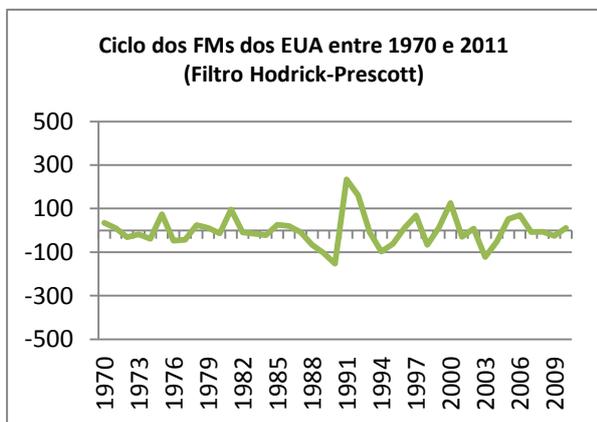
Graf.69 Ciclo FM Suíça



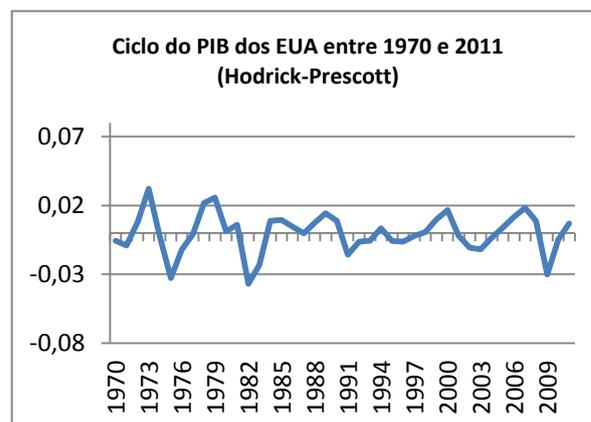
Graf.70 Ciclo PIB Suíça



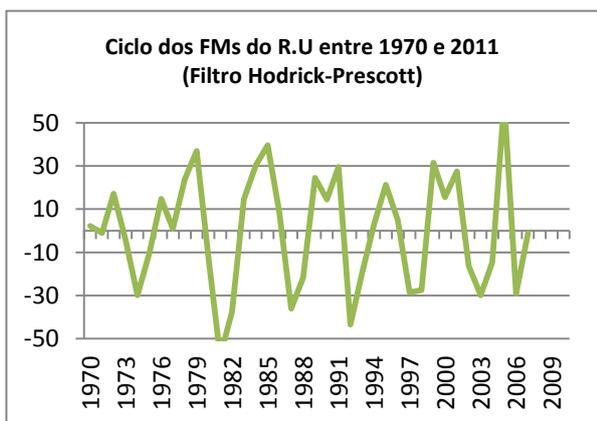
Graf.71 Ciclo FM EUA



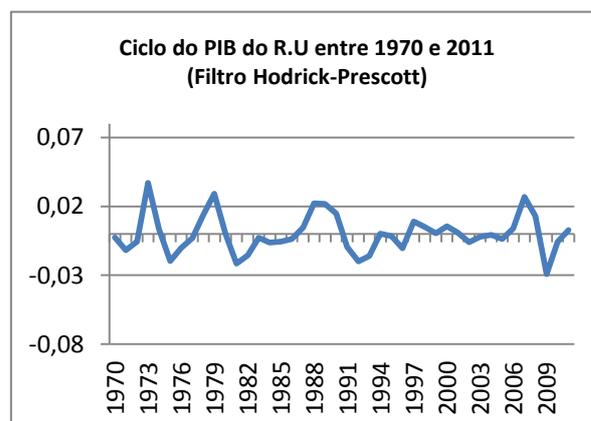
Graf.72 Ciclo PIB EUA



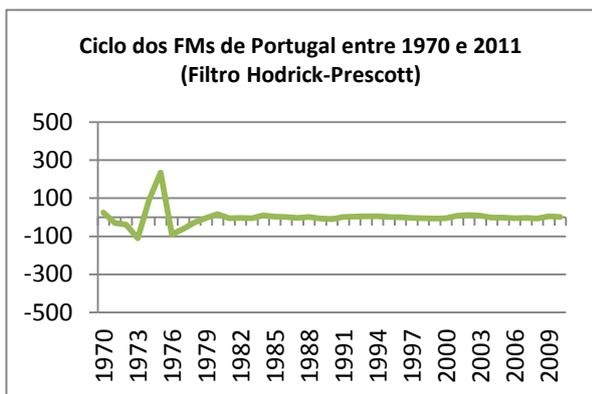
Graf.73 Ciclo FM Reino Unido



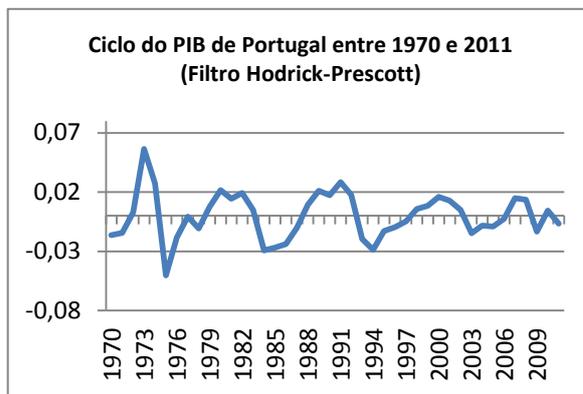
Graf.74 Ciclo PIB Reino Unido



Graf.75 Ciclo FM Portugal



Graf.76 Ciclo PIB Portugal



ANEXO 3 – CORRELAÇÕES DE SPEARMAN ENTRE O PIB E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS, FILTRO HP

País	-2	-1	0	1	2
Países da UE					
Alemanha	-0,128	0,459**	0,611**	0,265	-0,416*
Áustria	-0,029	0,197	0,316*	-0,014	-0,250
Bélgica	-0,233	-0,095	0,161	0,406*	0,230
Dinamarca	-0,338*	0,016	0,574**	0,367*	-0,335*
Espanha	-0,246	-0,132	-0,068	0,220	0,338*
Finlândia	-0,137	0,095	0,238	0,419**	0,144
França	-0,011	0,205	0,099	-0,105	0,339*
Grécia	0,221	0,329*	0,126	-0,329*	-0,242
Holanda	-0,346*	-0,011	0,310*	0,662**	0,315
Inglaterra	-0,042	0,071	0,119	0,195	-0,086
Irlanda	-0,142	0,480**	0,330*	0,064	-0,189
Itália	-0,042	-0,216	-0,382*	-0,260	0,309
Luxemburgo	-0,060	-0,031	0,200	0,249	-0,180
Portugal	-0,386*	-0,546**	-0,251	0,260	0,374*
Suécia	-0,213	0,050	0,302	0,335*	0,156
Grupo de controlo					
Noruega	-0,375*	-0,160	0,242	0,481**	0,211
Suíça	-0,332*	0,061	0,649**	0,445**	-0,066
Canada	-0,198	-0,140	0,262	0,513**	0,277
USA	0,015	-0,068	0,030	0,083	0,229

Fonte: Cálculos da autora, com base em dados da OCDE

Nota: *, ** e *** denotam significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente.